

Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro — 1914-18/1939-45

V — PLÍNIO SALGADO

(continuação)

JARBAS MEDEIROS

4. O integralismo: uma mitologia política em ação — 1932-1937;
5. Do integralismo à democracia cristã: 1937-1945; 6. O integralismo sem o sigma: 1945-1946.

4. O integralismo: uma mitologia política em ação — 1932-1937

Em fevereiro/março de 1932, Plínio Salgado funda a Sociedade de Estudos Políticos — SEP, com sede em São Paulo, e em outubro do mesmo ano, logo depois de cessar a revolução “constitucionalista” paulista, lança o manifesto que fundou o integralismo entre nós. Iniciava-se, segundo suas próprias palavras, “um movimento de opinião brasileira”. (I.V.B. p. 16.) A SEP estendia sua “rede de adeptos... por todo o País... Seriam os primeiros apóstolos do integralismo, que iam sendo preparados para o mister, sem o perceberem. A obra selecionadora da SEP deveria durar um ano. A destruição do jornal em que eu ia formando adeptos precipitou a transformação do instituto cultural, que foi absorvido por uma das suas seções, aquela à qual, de propósito, dei sempre menor importância. Essa seção chamava-se ‘Ação Integralista Brasileira’. Era o fruto que irrompia da flor”. (D.N. p. 20.) Os princípios fundamentais da SEP eram os seguintes: “Somos pela unidade da Nação; somos pela expressão de todas as suas forças produtoras no estado; somos pela implantação do princípio da autoridade, desde que ela traduza forças reais e diretas dos agentes da produção material, intelectual e da expressão moral do nosso povo; somos pela consulta das tradições históricas e das circunstâncias geográficas, climatéricas e econômicas que distinguem nosso país; somos por um programa de coordenação de todas as classes produtoras; somos por um ideal de justiça humana, que realize o máximo de aproveitamento dos meios de produção, em benefício de todos, sem atentar contra o princípio da pro-

priedade, ferido tanto pelo socialismo, como pelo democratismo...; somos contrários a toda tirania exercida pelo Estado contra o indivíduo e as suas projeções morais; somos contra a tirania dos indivíduos contra a ação do Estado e os superiores interesses da Nação; somos contrários a todas as doutrinas que pretendem criar privilégios de raças, de classes, de indivíduos, grupos financeiros ou partidários, mantenedores de oligarquias econômicas ou políticas; somos pela afirmação do pensamento político brasileiro baseado nas realidades da terra, nas circunstâncias do mundo contemporâneo, nas superiores finalidades do homem e no aproveitamento das conquistas científicas e técnicas do nosso século". (P.S. ob. col. p. 35-6.) Em 1958 diria ele dos postulados básicos da SEP: "Concepção espiritualista da existência humana; unidade da Pátria brasileira, coordenação das forças econômicas; justiça social cristã; combate ao totalitarismo do Estado, à luta de classes, aos preconceitos de raça, ao coletivismo e ao excesso de individualismo." (I.V.B. p. 17.) A 6 de maio de 1932, na terceira sessão da SEP, Salgado propõe "uma campanha de ação prática, no sentido de se infiltrar em todas as classes sociais o programa político da SEP... Essa campanha seria denominada 'Ação Integralista Brasileira'". (P.S. ob. col. p. 35-6.) Estoura a revolução constitucionalista e o seu jornal *A Razão* é empastelado. Dirá alguns anos mais tarde: "Era uma revolução com o mesmo programa da Aliança Liberal, porém significativa do justo desespero de um povo durante dois anos abandonado em disponibilidade doutrinária." (D.N. p. 21.) Em 1958, dirá que *A Razão* fora empastelada pelos revolucionários paulistas por sua linguagem "nacional", não regionalista e anti-separatista. Também a sede da Legião Revolucionária de São Paulo (para a qual Plínio, em março de 1931, redigira um manifesto) fora empastelada por ser considerada "esquerdista" — seguindo sempre suas palavras. (I.V.B. p. 17-8.) Ao terminar a revolução, Salgado descreve o Brasil em termos de confusão, incerteza, ausência de rumos definidos. "Para onde iria a Nação brasileira?", exclama. (I.V.B. p. 19.) Com o objetivo de orientá-la lança, em outubro, o Manifesto Integralista, que é dedicado ao "operariado do país e aos sindicatos de classe; aos homens de cultura e pensamento; à mocidade das escolas e das trincheiras; às classes armadas". Destacamos os seguintes tópicos do manifesto: "Deus dirige os destinos dos povos... O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da família, da Pátria e da sociedade... o elevamento moral das pessoas. A riqueza é bem passageiro, que não engrandece ninguém, desde que não sejam cumpridos pelos seus detentores os deveres que rigorosamente impõe, para com a sociedade e a Pátria. Todos podem e devem viver em harmonia... Os homens e as classes, pois, podem e devem viver em harmonia. É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual... Esse é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes cristãs da nossa história e está no íntimo de todos os corações... A Nação brasileira deve ser organizada, uma, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz... Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita... enquanto existirem estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a Nação, classes lutando contra classes, indi-

víduos isolados, exercendo ação pessoal nas decisões do governo... Por isso, a Nação precisa de organizar-se em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe.” O manifesto prega um sistema de eleições indiretas, à base das classes profissionais organizadas, do nível municipal (sendo aqui adotado o voto direto) ao provincial e deste ao nacional, sendo o chefe da Nação eleito, nesta última instância, pela cúpula política. “O princípio da autoridade. Uma nação, para progredir em paz... precisa ter uma perfeita consciência do princípio de autoridade... capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que haverá desordem... Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis o de que precisamos no Brasil”, continua o manifesto. Define o nacionalismo: “O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever... Referimo-nos aos costumes, que estão enraizados, principalmente em nossa burguesia, embevecida por essa civilização que está periclitando na Europa e nos Estados Unidos... Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais. Envergonham-se também do caboclo e do negro da nossa terra... Não conhecem... as aspirações, o sonho, a energia, a coragem do povo brasileiro... Céticos, desiludidos, esgotados de prazeres, tudo o que falam esses poderosos ou esses grandes e pequenos-burgueses, distila um veneno que corrói a alma da mocidade. Criaram preconceitos étnicos originários de países que nos querem dominar. Desprezaram todas as nossas tradições. E procuram implantar a imoralidade dos costumes... E somos contra a influência do comunismo, que representa o capitalismo soviético, o imperialismo russo que pretende reduzir-nos a uma capitania... Temos de invocar nossas tradições gloriosas.” O manifesto alude à criação de “uma cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiros. Queremos criar um direito público nosso”. A “construção nacional” seria “supervisionada” pelo Estado: “O Estado brasileiro exprimindo classes, dirigindo a Nação pelo cérebro das suas elites... A nossa Pátria não pode continuar a ser retalhada pelos governadores de estados, pelos partidos, pelas classes em luta, pelos caudilhos.” Menciona o “domínio estrangeiro” que nos “ameaça dia a dia”. O manifesto condena e repudia as “conspirações”, as “tramas”, as “conjurações”, os “conchavos de bastidores”, as “confabulações secretas” e as “sedições” políticas. Propõe a conquista do “poder da República” pela “força do número”: “A nossa campanha é cultural, moral, educacional, social, às claras, em campo raso, de peito aberto, de cabeça erguida.” Prossegue: “Somos pelo Brasil unido, pela família, pela propriedade, pela organização e representação legítima das classes; pela moral religiosa; pela participação direta dos intelectuais no governo da República; pela abolição do Brasil na República; pela abolição dos estados dentro do Estado; por uma política benéfica do Brasil na América do Sul; por uma campanha nacionalista contra a influência dos países imperialistas, e, sem tréguas, contra o comunismo russo.” Sobre a “questão social”: “A questão social deve ser resol-

vida pela cooperação de todos... O direito de propriedade é fundamental para nós, considerado no seu caráter natural e pessoal. O capitalismo atenta hoje contra esse direito, baseado como se acha no individualismo desenfreado... do sistema econômico liberal-democrático. Temos de adotar novos processos reguladores da produção e do comércio, de modo que o governo possa evitar os desequilíbrios nocivos à estabilidade social. O comunismo não é uma solução, porque se baseia nos mesmos princípios fundamentais do capitalismo, com a agravante de reduzir os patrões a um só e escravizar o operariado a uma minoria de funcionários cruéis, recrutados todos na burguesia. O comunismo destrói a família... a personalidade humana... a religião... a iniciativa de cada um... O que nós desejamos dar ao operário, ao camponês, ao soldado, ao marinheiro, é a possibilidade de subir conforme a sua vocação... uma posição cada vez melhor, tanto na sua classe, como fora dela e até no governo da Nação... Não destruímos a pessoa, como o comunismo; nem a oprimimos, como a liberal-democracia; dignificamo-la." O manifesto reclamava "salários justos" para os operários, afirmando que "as classes organizadas garantirão os seus membros, em contratos coletivos, velarão as necessidades de trabalho ou produção de cada um". Enfatizava: "Livrar o operário e a pequeno-burguesia da indiferença criminosa dos governos liberais. Salvá-los da escravidão do comunismo... Ao estado compete a proteção de todos." Para o manifesto, a família "é a base da felicidade na terra". Afirma que a "felicidade do homem" está nas "pequenas coisas, tão suaves, tão simples". A família é a "fonte perpétua de espiritualidade e de renovação, ao mesmo tempo projeção da personalidade humana... tirem a família ao homem e fica o animal... O homem não pode transformar-se em uma abelha ou num térmita... O homem e sua família precederam o Estado. O Estado deve ser forte para manter o homem íntegro e sua família. Pois a família é que cria as virtudes que consolidam o Estado. O Estado mesmo é uma grande família, um conjunto de famílias..." O manifesto é fundamentalmente municipalista: "Extintos os partidos, o governo municipal repousará na vontade das classes... O município, portanto, sede das famílias e das classes, será administrado com honestidade, será autônomo e estará diretamente ligado aos desígnios nacionais." Define o "Estado integralista" como "livre de todo e qualquer princípio de divisão: partidos políticos; estadualismos em luta pela hegemonia; luta de classes; facções locais; caudilhismos; economia desorganizada; antagonismos de militares e civis; antagonismos entre milícias estaduais e o Exército; entre o governo e o povo; entre o governo e os intelectuais; entre estes e a massa popular".⁷¹ Os três poderes clássicos seriam mantidos — o Executivo, o

⁷¹ Trata-se, em suma, do projeto de Estado "Total" — expressão teórica do totalitarismo político. O instrumento e forma deste Estado "Total" (ou, no caso, "Integral") seria o autoritarismo institucional, estruturado a partir do reforço do "princípio de autoridade". Este "princípio de autoridade", concretamente, parece-nos que nada mais tem sido do que uma forma de autolegitimação ideológica das elites que, a partir de seus aparatos de dominação social, procuram "hierarquizar", segundo seus próprios

Legislativo e o Judiciário — “segundo os impositivos da Nação organizada, com base nas suas classes produtoras, no município e na família”.⁷² Concluía o manifesto: “Pretendemos criar com todos os elementos raciais,

valores e cosmovisão política, as forças e os grupos sociais em conflito. A burocratização (via estatização) destes grupos e forças (corporativismo) visaria, objetivamente, o controle e o contingenciamento do conflito social (da crise), dentro de parâmetros aceitáveis para a ideologia dominante.

⁷² Pensamos que seria oportuno comparar, ao menos ao nível do discurso (pois que nada nos autoriza, ao menos por enquanto, a outras ilações), os termos e conceitos usados por Plínio Salgado para definir o Estado Integral, com aqueles usados por Getúlio Vargas, na mesma década, para definir o Estado Novo. Destacamos os seguintes trechos, colhidos ao longo dos discursos de Vargas: “Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade da pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil... O sufrágio universal passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos”; “É preciso controlar as forças econômicas, corrigir as desigualdades de classe e obstar, por uma vigilância constante, a contaminação do organismo político pelas infiltrações ideológicas que apregoam o ódio e fomentam a desordem”; “...o Estado, instituição até há pouco tolerada como mal necessário, transformava-se completamente, deixando de ser simples aparelho de manutenção da ordem e distribuição da justiça, para assumir o encargo de propulsor da vida coletiva e árbitro supremo nos conflitos entre as forças sociais. A seu turno, a economia, dantes soberana e obediente ao dogma da livre concorrência e predomínio dos mais aptos, teve de adaptar-se à necessidade primordial de amparar as massas sofredoras, em vez de continuar como energia cega...”; “A democracia, para sobreviver, necessita de se adaptar aos novos tempos, na procura de um equilíbrio dinâmico entre concepções políticas que negam ou querem subvertê-la”; “Passou a época dos liberais imprevidentes, das demagogias estereis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. A democracia política substituiu a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas”; “O regime instituído a 10 de novembro é democrático, mantendo os elementos essenciais ao sistema: permanecem a forma republicana presidencialista e o caráter representativo. O reforço de autoridade do Chefe da Nação é tendência normal das organizações políticas modernas... Atendendo diretamente aos interesses do povo, sem necessidade de intermediários, mais democrático ainda se revela. O contrário se dá com os regimes demo-liberais, em que a intervenção do povo não passa de ficção eleitoral... O movimento de 10 de novembro foi, sem dúvida, um imperativo da vontade nacional. Tínhamos necessidade de ordem e segurança para trabalhar, e contra isso conspirava o estado crítico de decomposição política a que chegáramos. Foi assim que o comunismo conseguiu infiltrar-se e chegou a ser, em dado momento, um perigo nacional. Abatido na tentativa violenta da ocupação do poder, continuou, entretanto, a sua obra de propagação dissolvente, utilizando como armas os outros males que faziam tão caótica a situação do País: a fraqueza dos quadros partidários, as preocupações regionalistas e os arremessos caudilhescos... Os partidos políticos haviam decaído da sua função social. Viviam à custa das explorações eleitorais...”; “A grande virtude nacional, neste momento histórico, deve ser uma virtude militar, a disciplina”; “...O estatuto de 10 de novembro criou, entretanto, uma nova estrutura legal. Entre as modificações profundas... apresentam-se: a limitação do sufrágio universal direto... O município como base nuclear do sistema político; a substituição do princípio da independência dos poderes pelo da supremacia do Executivo; o fortalecimento do

segundo os imperativos mesológicos e econômicos, a Nação brasileira salvando-a dos erros da civilização capitalista e dos erros da barbárie comunista.” Propunha-se, para tanto, arrancar os moços da “descrença”, da “apatia” e do “ceticismo”: “Movimentar as massas populares numa grande

poder da União; a participação efetiva e eficiente da economia, pelas suas organizações próprias, na obra integradora e construtiva do Estado... Profundamente nacionalista, o regime assegura e consolida a unidade nacional, faz restrições formais à autonomia dos estados... As profissões se representam em câmara própria e independente, com funções consultivas em todos os projetos que digam respeito à economia nacional e, eventualmente, com funções legislativas”; “Não se dirigem povos contrariando-lhes as tradições, tentando prendê-los a regimes políticos que lhes neguem a história... E, quando vimos pressurosos agitadores apresentarem-se como arautos da democracia e da liberdade, precisamos observar se, sob disfarces de raposa, não são eles ursos moscovitas, procurando destruir o que temos de mais sagrado, as bases das nossas instituições: a Pátria, a religião, a família”; “No regime atual, as relações entre o indivíduo e o Estado estão nitidamente definidas... Nem o indivíduo se opõe ao Estado... nem o Estado o reduz à posição de escravo... Toda a originalidade do Estado brasileiro reside na sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos... A 10 de novembro de 1937, não instituímos um poder despótico, mas poder institucionalmente forte, como expressão da soberania nacional... Na Constituição de 10 de novembro, há um capítulo referente aos direitos e garantias individuais. O regime, portanto, não suprimiu, sim regulou, o respeito a esses direitos. Ele reconhece a iniciativa individual, propiciando-lhe clima de expansão que a torna mais viva do que antes. Coexistem o individualismo... e a ação propulsiva e coordenadora do Estado... Em primeiro lugar, devo salientar o espírito do regime brasileiro. O que existe nele de essencial é uma revisão dos velhos conceitos da democracia meramente formal... Para que a democracia continuasse a viver... Urgia adaptá-la ao sentido da terrível lição dos fatos... Se por democracia se deve entender a instabilidade crônica, com a desordem dos partidos e a luta das facções, salvamos, então, o Brasil e não essa ordem de coisas... Por isso mesmo, a tendência espiritual do Governo afirma-se no reconhecimento de alguns valores eternos do homem, como índices da sua formação cristã”; “O Estado Novo é o Estado brasileiro, segundo as tradições brasileiras, orientado no sentido das nossas realidades”; “Dentro de nossas realidades e diretrizes históricas, instituímos uma democracia realista e funcional”; “Cabe-nos uma missão na América e no mundo”; “O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado... O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos temíveis para a integridade do País... eu lhes disse que o Governo estava, precisamente, pregando uma cruzada nova, e o que eu denominava ‘marcha para o Oeste’ nada mais era que a valorização do sertão brasileiro...”; “o lema bandeirante da marcha para o Oeste... Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que *o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste*” (grifo de Vargas); “O regime instaurado em 10 de novembro fixa, como um dos seus objetivos, a organização civil do País sob a forma corporativa”; “O Estado não quer, não reconhece luta de classes. As leis trabalhistas são leis de harmonia social”; “Fora da representação profissional, não há lugar para a vontade do povo, que já sabe bem o que valem as competições manipuladas pelas velhas máquinas eleitorais...”; “Sempre tive em vista, ao resolver o problema das relações do trabalho e do capital, unir, harmonizar e fortalecer todos os elementos dessas duas poderosas forças do progresso social”; “Quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho!... o trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana!”; “O Estado não compreende, nem permite, antagonismos de classes nem explosões violentas de luta; para esse fim, criou órgãos reguladores, que não só coordenam as relações, como dirimem divergências e conflitos entre as diferentes classes sociais”;

afirmação de rejuvenescimento. Sacudir as fibras da Pátria.” Ambicionava iniciar a “nova civilização”, que viria “incendiar o nosso continente, e influir mesmo no mundo”. (*O integralismo perante a Nação*. 3. ed. p.

“As comemorações da Pátria e da raça deverão ser, daqui por diante, uma demonstração inequívoca do nosso esforço pelo levantamento do nível cultural e eugênico da mocidade.” (Vargas, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Liv. José Olímpio Ed. 1942. p. 27, 29, 32-3, 52-62, 124-8, 138-9, 214-9, 226-8, 284-5, 337; todas estas citações foram produzidas de 1937 a 1940.) Quem correlaciona integralismo, estadonovismo e fascismo é o Prof. Cruz Costa: “Mas logo o integralismo acabaria tomando a feição de movimento de tipo claramente fascista. Incapaz de impor-se pela força, terminaria vencido por outro tipo de fascismo: o Estado Novo, ao qual, também, pouco a pouco, adeririam muitos dos antigos integralistas.” (In: Trindade, Héglio. Prefácio a *O integralismo — o fascismo brasileiro na década de 30*. p. 7; o grifo é do Prof. Cruz Costa.) Levine, por sua vez, assinala que o “tema comum” subjacente à ideologia integralista — “its advocacy of the substitution of organic unity and hierarchical national organization for liberal democracy — did not differ significantly from other demands for change which arose in Brazil in the post-World War I period.” (op. cit. p. 81.) Levine mostra ainda que a “fêlência” da esquerda brasileira, após 1936, “weakened potential integralist appeal. Fatally for the AIB, virtually all politically conscious Brazilians identified themselves sufficiently with the acts of the federal government to render the AIB superfluous. After 1937, the imposition of order and the adoption of an authoritarian central government removed the two strongest bases of integralist appeal: the communist threat and liberal democracy... Brazil remained unified behind the Estado Novo; tradition-minded nationalists welcomed it and abandoned the AIB as excess baggage. Had Vargas taken a left-of-center direction after 1930, or had liberal constitutionalists secured greater gains after 1934, integralism probably would have encountered far more fertile soil in which to grow”. (op. cit. p. 98-9, 152.) Em outras palavras, para Levine o estadonovismo teria “esvaziado” o integralismo, tornando este último inútil e supérfluo. Stanley Hilton salienta a atitude complacente e às vezes mesmo simpática de Vargas para com o integralismo, sugerindo expressamente uma possível “aliança informal” entre ambos: “The administration needed stronger powers to deal with communism, which was, Vargas remarked, a ‘dissolvent of all vital forces of our nationality’. Publicly he kept a ‘discreet silence’ regarding the AIB, but in knowledgeable political circles at that time there was a general impression that the public authorities welcome its help in discouraging communism... Federal sympathy toward the AIB became obvious as the anti-Left campaign gathered steam. To some observers integralism now appeared to be the ‘decisive force’ in national political life... Vargas public speeches in ensuing months sounded increasingly like those of AIB propagandists... Cautious negotiations between the central government and Salgado for a more well-defined political alliance... had in fact been opened by that time. It is not clear which side took the initiative. The intermediary was Oswaldo Aranha... a lifelong friend of Vargas... By the middle of May 1937 objective professional observers were convinced that Vargas was ‘courting’ integralist support... The effects of the partnership between the party and government were visible to all. Catete Palace had drawn ‘extraordinarily near’ the AIB...” E. Hilton, Stanley. *Ação Integralista Brasileira: fascismo in Brazil, 1932-1938*. *Luso-Brazilian Review*, v. 9, n. 2, Dec. 1972.) A discussão das relações políticas e ideológicas do integralismo com o estadonovismo é, a nosso ver, fundamental para a compreensão do pensamento político autoritário brasileiro. Parece-nos que esta discussão deveria tomar como ponto de partida uma análise dos conceitos de fascismo, de ditadura e de bonapartismo, os quais talvez pudessem, dentro do contexto histórico (e apenas aí) de-entre-as duas guerras, ser reelaborados e refundidos, chegando-se a um conceito aproximado de “fascismos possíveis” — uma vez que, segundo pensamos, o fascismo, em relação às ditaduras e ao bonapartismo do período, era a forma política determinante, “recobrando-os” assim ideologicamente.

17-28.)⁷³ Mais tarde, após 1945, Salgado ressaltaria como “elementos” fundadores do manifesto: a “formação espiritualista”, a “educação nacionalista” e a sua própria “intuição”. Suas fontes de inspiração, segundo ele, estariam nos “grandes pensadores, filósofos, poetas, economistas e sociólogos” brasileiros. Cita especificamente: Farias Brito, por seu espiritualismo ético, onde as “virtudes” serviriam como critérios para a regulamentação dos direitos e deveres dos homens, tudo de acordo com uma “hierarquia das virtudes”; Oliveira Vianna, cuja obra lhe teria sugerido a solução dos conflitos de classes, na “exploração do capitalismo ateu”, pelo “princípio democrático da representação política... segundo as suas categorias profissionais”; Jackson de Figueiredo, pela “restauração do princípio de autoridade”; Alberto Torres, por seu anticosmopolitismo — “a nefasta in-

⁷³ O Manifesto Integralista de outubro de 1932 constitui, a nosso ver, uma das mais típicas e sistematizadas (senão a mais típica) expressões de nosso pensamento político pequeno-burguês e, certamente, a melhor síntese do integralismo como doutrina. Plínio, evidentemente, não se reconhece como um ideólogo pequeno-burguês, pois que é também vítima da deformação crítica pequeno-burguesa que define o “intelectual” (como Salgado se considerava a si mesmo) como o “oposto” do pequeno-burguês — este último quase sempre considerado como “mediocre”, etc. O pequeno-burguês típico para Salgado será, certamente, seu personagem Camurça do romance *O esperado* (1931), o qual é por ele descrito como “o pequeno burocrata passivo, esmagado pelas condições sociais em que vive”. (Prefácio à 1. ed.) Observe-se, por exemplo, este trecho de seu livro *Páginas de combate*, de 1937: “É preciso muita estupidez para pensar que o poder me fascina. Não! Se alguma coisa me fascina é ser um homem diferente... combater o cosmopolitismo, o esnobismo, o rastaquierismo, o sensualismo, a jogatina, o sexualismo desenfreado, o alcoolismo, os entorpecentes, a voluptuosidade, os vícios, em nome das energias de uma raça.” (op. cit. p. 104, 113.) (Este “dar de ombros” ao poder, aliás, a nosso ver poderá explicar em grande parte a passividade, a vacilação e a hesitação de Plínio como chefe político.) Em 1933, ele identificará os adversários e os inimigos do integralismo de um lado, nos burgueses capitalistas “argentários” (excluindo-se, naturalmente, os que não fossem “argentários”), e, de outro, nos “comunistas” e “anarquistas”, assinalando: “O ódio de uns e outros contra as mentalidades cultas e contra o espírito elevado e nobre das classes médias, não tem limites.” Os “heróis da Pátria”, para ele, seriam “os chefes de família zelosos e honestos, os mestres, os humildes de todos os labores, das fábricas e dos campos”. (*O que é o integralismo*, p. 58, 129.) Outro excelente indicador de sua cosmovisão pequeno-burguesa é a sua descrição do “burguês”, praticamente equiparado ao “vilão”: “A gente olha para o burguês. Está bem vestido, com o charuto na boca, acaba de descer do elevador do Jockey Club, onde levou duas horas almoçando numa roda elegante. É casado. Daqui a pouco, vai ter um encontro com uma mulher que não é a sua, no hall do Palace. Esta manhã esteve na praia, seminu, fazendo conquistas entre frinérias familiares. Tem uma renda farta. Vive à tripa forra. Sabe de numerosos casos de adultérios galantes e de cavações reles. E tem muita raiva dos comunistas. ‘Oh! O Governo devia fuzilar essa caterva!’ O nosso homem vota um desprezo profundo pelos humildes. Essa gente, para ele, cheira a cebolas e a suor. Grita com os criados. Maltrata os garçons! Faz o maior pouco caso do estudante pobre, do soldado heróico, daqueles que guardam a sua casa, como cães de fila. Caçoa do brasileiro do sertão, que trabalha para sustentar o luxo das capitais... O médio-burguês é ateu, e não respeita a família, e não liga à Pátria... acha muito bonita a religião para os velhos, os proletários, as crianças e as mulheres... Sua paixão constante é o pano verde, a *garçonnière*, as paixões criminosas, a esperteza nos negócios... Convém, para ele, que o operário seja religioso, porque assim não incomoda com rebeliões e desesperos... Para ele a Pátria é uma coisa muito boa... Mas nem isso ele defende, porque é comodista. Deixa essa tarefa,

fluência estrangeira” — e por sua denúncia do racismo; e ainda Olavo Bilac, por seu civismo, José de Alencar, Gonçalves Dias, Couto de Magalhães, Joaquim Nabuco, Elísio de Carvalho (“orgulho da estirpe lusitana”), Euclides da Cunha (a “alma do sertanejo”), Oliveira Lima e Eduardo Prado (o “tradicionalismo”), Afonso Celso (o “entusiasmo patriótico”), Caxias (“sentido da unidade nacional... a ordem interna como base da defesa externa”), Rui Barbosa e Pandiá Calógeras (o problema econômico e social encarado “de um modo integral, sob o aspecto moral-cristão”). Estes, no dizer de Salgado, seriam os inspiradores históricos do integralismo. No mesmo livro, em 1958, afirma que o manifesto representava a “síntese nacionalista do Estado Cristão, o resumo da democracia orgânica”, “genealogicamente” enraizado nos “primórdios da nacio-

a nós, camisas-verdes, ao Exército Nacional, à Polícia, ao Governo... Exige, apenas, que não poupemos o comunista. O Exército, diz o burguês, deve ser disciplinado, não se metendo em política... Lá no fundo de seu coração empedernido, ele pensa que o Governo, o Chefe de Polícia, os militares, os camisas-verdes, devem ser seus capangas, seus criados dóceis.” Ao final, exclama: “Burgueses! Eu e os camisas-verdes viemos para vos salvar e salvar vossas famílias! Burgueses! Eu vos chamo, em nome de Deus e da Pátria! Vinde enquanto é tempo. Nós, integralistas, não vos odiamos quando dizemos estas verdades, que precisais ouvir, porque o Senhor, na sua infinita bondade, permitiu que alguém vos dissesse o que nunca ouvistes de ninguém... Nós, camisas-verdes, amamos profundamente o operário, como vos amamos também, burgueses... Abrandai vosso coração de pedra; aplacai vossos instintos; elevai vosso espírito e vinde dar combate à fonte do comunismo, para que o comunismo se acabe... Satanás é o comunista que assassina à traição. Satanás é o homem rico e feliz, que assiste a esse crime, e sorri... Urge que caminheis para nós. Urge que vos salveis, burgueses.” (op. cit. p. 8-15.) (Na reedição deste artigo, em *Madrugada do espírito*, de 1946, Plínio suprime a alusão ao Jockey Club.) Após 1945, num capítulo intitulado Exame de consciência, num esforço de avaliação histórica retrospectiva de sua vida e de sua obra, Salgado confessar-se-á um “incompreendido” e um “ressentido” com seus adversários. Simulando um diálogo com sua própria consciência, afirma, no que se refere ao integralismo, que “nessa doutrina não há mal. Não é possível que, em razão dela, os bons te detestem... O Estado é o mantenedor dos equilíbrios econômicos, sociais, políticos, visando a justiça e a moralidade que aproveitam a todos e a cada um dos componentes da comunidade social... Contra os indivíduos poderosos ou perversos, ou contra os grupos de indivíduos prepotentes e despóticos, organizados em agremiações econômicas (capitalismo) e em associações políticas opressivas (socialismo totalitário), o Estado precisa possuir meios de manter a harmonia e o equilíbrio de uma sociedade cristã... Nenhum espírito honesto e justo pode condenar essa tua doutrina do Estado... No entanto... muitos são os que me odeiam. Por que motivo? Que teria eu feito de mal? ...o mundo está cheio de agitados e desesperados”. (*O integralismo na vida brasileira*. 1958. p. 189-94.) Idealizando-se a si próprio sempre como “nobre” e “desinteressado”, procurando situar-se acima dos ódios, das incompreensões e dos rancores, vendo-se a si mesmo como imbuído sempre de boas e virtuosas intenções e de propósitos “puros”, Salgado incorre a nosso ver na deformação idealista, comum sobretudo em ideólogos pequeno-burgueses, de julgar que suas próprias intenções subjetivas justificam e legitimam, por elas mesmas, suas doutrinas políticas ou sociais. Parece-nos que Salgado jamais se teria inquirido sobre o que representou, *objetivamente*, abstraídas suas próprias idéias e intenções subjetivas concernentes à sua doutrina e à sua pessoa, em nosso contexto político concreto, o integralismo. Por não tê-lo feito (o que certamente não foi devido às suas limitações de inteligência ou de sensibilidade, mas sim às limitações de sua própria condição de inserção pequeno-burguesa e, portanto, *mediadora*, numa sociedade conflitiva em crise), é que avaliava todo o possível êxito ou fracasso

nalidade, consubstanciado o pensamento político dos reis portugueses das dinastias de Afonso Henriques e do Mestre de Aviz... ao espírito jurídico lusitano, que soube unir o sentimento cristão da Idade Média ao humanismo da Renascença”. (I.V.B. p. 23-30.) Antes, em 1935, vinculara o manifesto ao “nosso novo romantismo... grito rebelde da nacionalidade”, “grito de desespero” de sua geração no biênio 1927-29. (D.N. p. 72.) Após o Manifesto Integralista de outubro de 1932, Salgado publica dois livros de doutrinação, *A psicologia da revolução* e *O que é o integralismo*, ambos de 1933. O primeiro pretende, expressamente, ser um livro para as elites. De fato, logo na introdução, ele assinala que aquele “não é um livro para o povo, mas para os que pretendem influir nos destinos do povo... aos políticos e aos intelectuais é que me dirijo nestas páginas”.

de suas idéias e de seu movimento político em função da maior ou menor “boa vontade”, de “erros” ou “acertos”, da “bondade” ou da “perversidade” de seus interlocutores e de seus adversários. Tudo se passava para ele como se o integralismo dependesse apenas de ser “corretamente” assimilado e compreendido: isto feito, seu êxito estaria *ipso facto* assegurado. E não seria certamente por outra razão — a não ser seu sentido marcadamente intelectualizado (ao contrário aqui das classes médias européias deste período, muito mais fortes e politicamente atuantes) que o nosso integralismo iniciou sua vida política como uma sociedade de *estudos*, somente depois sendo vertido para a *ação*, esta sempre entendida por seus líderes e prosélitos como uma *cruzada* cívica. Virgínio Santa Rosa, em texto laudatório de Plínio Salgado e do integralismo, datado de 1933, faz alusão à “alma ingênua e boa” de Salgado, qualificando-o de “homem providencial” e de “verdadeiro estadista, um homem de Estado na verdadeira acepção da palavra” que viera “despertar a burguesia citadina e mostrar-lhe... os grandes perigos que a ameaçam”. O integralismo, para Santa Rosa, era uma “palavra de ordem para pôr paradeiro na incrível confusão”. (In: *Plínio Salgado*, ob. col. cit. p. 72-86.) No Manifesto Integralista de 1932, assinalamos, entre outras, as seguintes características que, *em conjunto*, parecem-nos configurar o complexo ideológico pequeno-burguês: perspectiva *política* ética, moralista, piedosa; lemas socialistas entendidos a partir de uma perspectiva “igualitária” virtuosa, “caritativa”, paternalista e reformista; inconformismo romântico com a “situação proletária” e com a “situação burguesa”, formulando aí um projeto de síntese, de conciliação e de harmonia de classes sociais, sustentado na “ordem”, na “hierarquia” e na “autoridade” e dirigido por intelectuais; elitismo, à base do “valor pessoal” dos indivíduos e de suas vontades “heróicas”. Percebe-se que numa situação geral de crise, como aquela que se vivia aqui no Brasil e no mundo nos anos 30, nossos segmentos pequeno-burgueses, em “desespero” — colocados a meio caminho entre os estratos e classes superiores de um lado, e de um proletariado incipiente e um campesinato empobrecido, em estado de penúria e politicamente desorganizado, de outro, não podendo por este motivo estes últimos lhes servir de apoio — tenderiam provavelmente (como de fato tenderam então) para uma ideologia de conciliação com os estratos e classes superiores, reivindicando apenas destes a moralização dos costumes. Não é difícil de constatar-se que a “rebeldia” integralista, *em essência e de fato*, jamais ultrapassou os limites de uma “cruzada” contra a “dissolução” e a “paganização” de nossas classes e estamentos burgueses superiores. Sugerimos que a ideologia integralista, tal como focalizada no manifesto, encontrará um certo paralelo histórico no socialismo utópico positivista e pré-marxista e nas diversas formas do populismo europeu e norte-americano, de origem agrária, de fins do século XIX e princípios do século XX. Levine, analisando a composição social da Ação Integralista Brasileira, assinala: “The middle classes, academicians, Brazilians of German and Italian origin, and the Armed Forces (most notably the tradition-centered navy) provided the movement with its most ardent supporters; it also attracted financial backing from industrialists and businessmen.” Em outro trecho assinala que dos 39

Afirma que a crise que então assolava o mundo — a “crise maior” — “é a do pensamento. Sem que esta seja resolvida, não poderemos solucionar o problema da Nação”. Declara que seu livro é um “convite” aos intelectuais e aos políticos “para que restauremos no Brasil o primado do espírito, da inteligência, da virtude”, reagindo-se, assim, contra a passividade. Tendo por determinantes o espírito e a vontade, afirma: “O homem pode interferir na marcha social. E quando a sociedade está se dissolvendo, e quando vai o País a pique de se desagregar, então essa interferência... se impõe como um dever.” Esclarece que neste seu livro “lanço a idéia nuclear, da qual deriva a outra, a fim de que este livro desperte novos apóstolos de um movimento que considero o único salvador da Pátria na hora presente”. (P.R. p. 5-6.) *A psicologia da revolução* pretende repre-

membrados (excluído Salgado) da Câmara dos Quarenta (uma espécie de Senado consultivo da AIB), “twenty-one came from the professions, seven from the Armed Forces, two from government, and nine from industry, commerce, and finance”. E ainda: “White-collar workers, professionals, and career soldiers — usually non-commissioned officers — dominated urban rank and file membership, while rural and outlying cells generally attracted more modest sectors of the working class population... The firmest degree of allegiance to the integralist cause came from city cells and from towns of medium size, particularly in regions settled by Italian and German immigrants. In rural Brazil, AIB officials frequently complained that adherents were illiterate and thereby difficult to indoctrinate.” Mais à frente: “Although integralist doctrine promised the laboring classes the illusion of integration into an organic national society, urban workers and the marginally employed remained largely uninterested: white-collar workers, disgruntled bureaucrats and professionals, career military men of the lower ranks, and smalltown tradesmen dominated integralist cell membership.” Finalmente: “Integralism’s weakness lay in its failure to develop an effective mass base.” (op. cit. p. 28, 85, 90 e 159.) Héglio Trindade também via o integralismo como ideologia e movimento de nossas classes médias nos anos 30. Esclarece: “Define-se como classe média no Brasil dos anos 30, duas categorias sociais: a média burguesia dos profissionais liberais e oficiais das Forças Armadas (*classe média superior*) e a pequena burguesia dos pequenos proprietários urbanos e rurais e os burocratas do setor público/privado (*classe média inferior*).” (op. cit. p. 139, nota 3.) Na mesma página, no corpo do texto, diz que a direção nacional e regional da AIB era recrutada “entre as categorias socioprofissionais representativas das classes médias urbanas em ascensão nesta época”. Na página seguinte, diz que a direção nacional, em sua quase totalidade “pertence às camadas intelectuais da classe média superior, especialmente originárias das profissões liberais”, o que seria também, alega, válido “ao nível dos dirigentes executivos regionais”. Duas páginas à frente assinala que “a aglutinação dos dados sobre a origem social do conjunto dos dirigentes no plano nacional e regional confirma a hegemonia da média burguesia intelectual urbana”. Em resumo, o controle do “aparelho do partido” estaria com a “classe média superior (profissões liberais e oficiais)”, enquanto ao nível local prevaleceria a “classe média inferior (pequenos proprietários, empregados e funcionários)” aliada a uma “relativa afluência das camadas populares, constituída por trabalhadores (a maioria em pequenas e médias indústrias), de agricultores ou trabalhadores rurais (em geral de zonas de pequenas propriedades) e de alguns artesãos”. (op. cit. 139-45.) No mesmo livro de Trindade encontramos transcrito um trecho de Miguel Reale, então um dos teóricos exponenciais da AIB, onde este dizia: “Quando os homens da classe média perdem a sua posição social e econômica, dá-se uma revolução que pode se processar tanto na linha do desespero bolchevista como no sentido orgânico do integralismo.” (op. cit. p. 261, nota 185.) Possivelmente, terá sido esta hegemonia dos dois segmentos, superior e inferior, de nossas classes médias.

sentar o embasamento filosófico do integralismo, tomando o fenômeno revolucionário como eixo e centro do discurso. Plínio parece assumir aqui posições de um certo idealismo neo-hegeliano, de um voluntarismo espiritualista e cristão antimaterialista (antideterminismo) e ao mesmo tempo de um finalismo moralizante: “Não condeno nem louvo as revoluções. Aceito-as, considerando-as uma necessidade tão permanente nos povos como todos os movimentos da natureza. Não se inveciva uma tempestade ou um terremoto. O progresso do espírito humano obedece ao ritmo das revoluções. . . Esta afirmativa não exclui a concepção finalista da sociedade e do Estado: toma, entretanto, as civilizações como fisionomias em perpétua mobilidade. Considero todo *fenômeno histórico* necessário, pelo simples fato de se ter verificado. . . A história é a crônica do desenvolvimento e da transformação do espírito, numa aspiração de perfectibilidade.” Esclarecia: “A consideração, entretanto, do fato histórico segundo o critério da necessidade não deve implicar a accitação do fatalismo cego a que se reduz, em última análise, a concepção determinista. É aqui que devemos reivindicar à ação da idéia a sua capacidade de interferência transformadora. . . O critério evolucionista aprecia o homem segundo o impositivo da seleção natural da espécie; o critério hegeliano segundo a dinâmica dos contrários do movimento social; o método individualista estampa nas figuras de Carlyle o poema solitário dos heróis.” Mas Plínio julgava todos estes “processos” insuficientes, não se reconhecendo, assim, nem hegeliano, nem evolucionista e nem carlyliano: “Nenhum desses processos aprecia a jornada ininterrupta do espírito.” (P.R. p. 9-11, o grifo é dele.) Ele pretendia algo mais e algo “além”: a nosso ver, objetivava algo como “cristianizar” o hegelianismo, ou seja, fazer Hegel retornar às suas origens cristãs. Afirmando que o espírito era autônomo, não o reconhecia, no entanto, arbitrário: “Autonomia do espírito, porém, não quer dizer desarmonia. O primado da idéia não exclui a sua consonância com o ritmo objetivo dos fatos. O *fato* é idéia concreta oposta à idéia abstrata. A predominância desta só se compreende pela existência daquele.” Assim, os fatos, a realidade concreta, para ele, nada mais seriam do que comprovações das idéias ou da “Idéia”: os fatos existiram *em função* das idéias. Concluía: “É aí que se harmoniza o determinismo histórico e o arbítrio individual: a filosofia do fatalismo transformista e a filosofia da ação.” (P.R. p. 11-2, o grifo é dele.) O “espírito” autônomo teria (ou seria) uma “finalidade ideal”: “O critério de *finalidade ideal* (e não de objetivo formal) a que subordino minha crítica, não exclui, pois, a necessidade e permanência das revoluções. Mas essa necessidade não é biológica e essa permanência não obedece ao determinismo materialista; pelo contrário: uma e outra se explicam

no integralismo (assim como no “tenentismo”), a responsável final pela frustração e pelo fracasso político de ambos, dada a debilidade e “imaturidade” históricas (e consequentes hesitação e passividade), congênicas nestes nossos estamentos médios. Por nos parecer historicamente “imaturo” (o que se percebe por seu tratamento quase sempre *literário* da realidade), é que rotulamos o integralismo como uma *mitologia* política — uma reconstrução ideológica “sentimental” e fabulosa da realidade social.

segundo os impositivos do espírito humano, mundo à parte, perpetuamente criador e modificador, agindo paralelamente ao desenvolvimento das forças materiais das sociedades, contendo em si sua própria dialética, exprimindo-se segundo seu próprio sentido.” Eis como expõe sua cosmovisão: “De um lado, perpetuando a evolução das espécies, determinando o crescimento social, multiplicando os fatos objetivos da história, as energias cegas da *matéria* e da *força*, conjugando-se em renovados efeitos; de outro lado, prolongando indefinidamente o rumo da civilização, no que esta tem de ético, especulativo, artístico ou religioso, as energias poderosas da *afirmação* e da *negação*, criando as dúvidas fecundas e as certezas aventurosas. A humanidade caminha segundo esses dois planos: o primeiro coletivo, global, movimento de massas, rumos inconscientes de povos; o segundo individual, singular, atitude isolada do homem, desferindo impulsos modificadores. Esses impulsos, porém, não podem ser anacrônicos ou antecipados... Aceitamos a gravitação harmoniosa dos contrários. Um mundo de fatos históricos girando em torno da idéia suscitadora de novas expressões... o valor consciente da idéia-força em relação ao valor inconsciente do fato histórico... A idéia é, pois, pelo fato de poder manifestar-se errada ou certa, o resultado das elaborações do espírito fora dos impositivos da matéria inconsciente. A idéia revolucionária, portanto, transcende ao materialismo histórico e ao determinismo evolucionista.” (P.R. p. 12-6, os grifos são dele.) Já no final do livro, afirmará: “Nós temos de reatar a tradição do idealismo puro, sem dele tirar as conclusões unilaterais baseadas no absolutismo da idéia, mas concebendo o mundo social como uma expressão mesma do desenvolvimento das idéias puras, segundo a natureza do *inconsciente*, que constitui a essência do fato histórico e do determinismo materialista.” E pouco à frente: “O integralismo aceita a idéia de Deus.” (P.R. p. 168-70, o grifo é dele.)⁷⁴ O marxismo

⁷⁴ Alguns anos mais tarde, em *Palavra nova dos tempos novos* (1936), Salgado voltará a insistir nesta perspectiva filosófica (que, afinal, foi sua ao longo de toda a sua obra) na crônica Ariel e Caliban, que fez também reproduzir no livro *Madrugada do espírito*, de 1946, como um dos textos básicos para a compreensão da doutrina integralista. (Ver nossa nota n. 66.) Se somarmos os dois textos — o de *A psicologia da revolução* e a crônica Ariel e Caliban — perceberemos que, em última instância, a base filosófica do integralismo, tal como formulada por seu fundador e líder máximo, é o *fideísmo maniqueísta*. Lalande, em seu *Vocabulaire technique et critique de la philosophie* assim define o fideísmo, muito a propósito para o nosso caso, também como “sentimentalismo”: “Terme primitivement théologique, appliqué à la doctrine de Huet, de l’abbé Boutain et de Lamennais: la raison ne nous apprend rien sur la nature vraie des choses, elle ne peut que classer et formuler les apparences. La vérité absolue s’obtient par une faculté supérieure et spéciale, l’intelligence, qui nous donne l’intuition de la réalité spirituelle, mais qui ne peut elle-même entrer en action qu’en prenant pour base la révélation, dont elle nous permet de comprendre le sens ésotérique... dans le langage philosophique moderne, s’oppose à *rationalisme*, et s’applique à toutes les doctrines qui admettent des ‘vérités de foi’, et qui leur reconnaissent une valeur égale ou supérieure à celle des vérités qui constituent les principes et les conclusions des sciences.” E como maniqueísmo: “Se dit de toute conception philosophique qui admet deux principes cosmiques coéternels, l’un du bien, l’autre du mal.” Ariel e Caliban representam, para Salgado, esta luta entre Deus e Satã, entre o bem e o mal, entre o espírito e a matéria: “Ariel! Ariel!

é aqui expressamente citado e condenado: “O materialismo histórico é o código pacato da burguesia capitalista. Contra ele se insurge o próprio Karl Marx. A sua filiação em Fuerbach não dissimula a sua origem idealista. Sua obra monumental se opõe à sua própria tese porque exprime a insurreição do pensamento contra o processo natural da evolução capitalista. O marxismo interfere na história.” (P.R. p. 12; ver nossa nota n. 68.) Prossegue conceituando a revolução: “Cada revolução, objetivando restabelecer um equilíbrio perdido... O ato revolucionário é originado de força puramente ideal, atuando de fora para dentro, no sentido de recompor o equilíbrio perdido. Essa força, se deficiente, vem agravar a situação pré-revolucionária; se demasiada, ou mal distribuída, leva ao superavit, ou nos diferenciais, um início de erro... Mas é justamente o erro de cálculo das revoluções que trai o dualismo evidente entre o processo da vida social (econômico, administrativo, político e sentimental) e o processo da força do espírito (filosófico, ideal e gerador de energias próprias).”⁷⁵ Concluiu, resumindo: “1. O desenvolvimento das expressões objetivas da sociedade se processa segundo o ritmo determinista da idéia-matéria (fato histórico). 2. O desenvolvimento das expressões subjetivas se processa segundo o ritmo arbitrário da idéia-força (concepção filosófica). 3. A idéia-força pode interferir no fato histórico. 4. A idéia-força não pode contrariar a índole substancial do fato histórico; em conclusão: 5. A realização objetiva da idéia-

Como esta palavra, à falta de outra que exprima o fenômeno da psicologia integralista, a mística da humanidade e da Pátria, a intuição das coisas eternas, exprime a majestade dos ritmos perenes sobre todas as enfermidades precárias!... Caliban é a grande massa popular inconsciente... é o espírito materialista do século... a negação de Deus... a violência de Sorel e a opressão dos plutocratas, a lei do ódio dos comunistas, a grosseria de uma sociedade governada pelo sexo e pelo estômago... Devemos esmagar, destruir Caliban? Não: devemos dominá-lo. É a lição de Ariel. E Ariel é a força imortal que nos conduz... Essa força não é material, mas governa as forças materiais. Essa força é aquela mesma que proveio, certamente, da força das forças, da energia das energias, e esteve antes das nebulosas, no infinito dos tempos, engendrando os espaços, antes, muito antes que a matéria clamasse na sua treva.” (P.N.T.N. p. 153-61.) Tal suporte ideológico iria, afinal, possibilitar ao nível da ação política, uma prática que se propunha a “corrigir” a história: O “espírito” “autônomo” estaria capacitado para interferir na evolução “cega” dos fatos, buscando orientá-los para finalidades “superiores”, definidas pelo próprio “espírito”. Esta postura ideológica permitia a seus agentes políticos, ao nível doutrinário, “dar de ombros” à realidade histórica concreta, tal como esta se apresenta efetivamente, negando-lhe, ou simplesmente “desprezando” sua racionalidade intrínseca: a racionalidade — ato do “pensamento” — seria um atributo apenas do “espírito”. A realidade histórica como tal era tão-somente uma expressão de forças “cegas” e “inconscientes”. (Ver nossa próxima nota n. 75.)

⁷⁵ Em suma: o fato de as revoluções poderem ser “mal concebidas” ou “mal sucedidas” era, para Salgado, a prova de que elas não se originavam e nem eram determinadas pela “vida social” e, sim, por algo que se colocava “por fora” desta última, ou seja, na ordem do “espírito”: “Erro como demonstração mesmo do mundo à parte da idéia e do pensamento.” (P.R. p. 19.) Como se percebe, a metafísica espiritualista e cristã de Plínio permitia-lhe “julgar”, uma vez que o espírito (autônomo) estava separado do mundo (matéria) — se as revoluções eram ou não “corretas”, “errôneas” e “perversas”, isto segundo critérios e valores que seriam “intrínsecos” ao “espírito” (simplicemente, ao próprio espírito de Plínio). Na análise

força está na razão direta da oportunidade histórica, assim como da interpretação predominante do sentido social de um momento dado.” (P.R. p. 15-7.) A seguir, no exame dos processos revolucionários, Salgado alude aos “erros” da Reforma, do Humanismo e da Revolução Francesa. Concebendo a revolução como a “tendência de harmonização de dois mundos” e como a “procura de um equilíbrio” entre os “dois mundos” — o “objetivo” e o “subjetivo”, ou seja a idéia e a vida social — admitia a possibilidade do “erro subjetivo”, da idéia ou do “espírito” no ato de sua interferência “sobre o desenvolvimento das forças da matéria”. Seu conceito de equilíbrio revela-se como politicamente conservador: “As sociedades, como tudo o que obedece às leis do movimento, aspiram ao repouso, considerado este como uma harmonia de movimentos. O repouso não pode ser a imobilidade, mas o equilíbrio. Tudo tende ao equilíbrio, porque o equilíbrio é a integridade, é a forma do repouso no movimento.” (P.R. p. 19-20.) Do conflito entre o “interesse de afirmação do homem” e o “desinteresse das energias cegas da natureza” na “batalha permanente do espírito no sentido de dominar o objetivo e o subjetivo” resultaria a “conciliação” do livre-arbítrio com o “determinismo da matéria”: “O arbitrio do homem deverá, entretanto, conciliar-se com o determinismo dos fatos.” Operava-se, assim, na perspectiva metafísica de Plínio, o salto do quietismo ao maniqueísmo místico e militante: “O homem é, pois, autônomo e criador, capaz de interferir e modificar aspectos da natureza e da sociedade... Todas as revoluções são atos ideais, porque toda alteração da marcha social pressupõe a autonomia da idéia, o seu valor intrínseco, a sua prevalência sobre as forças desencadeadas pelo determinismo dos fatos.” O homem estaria inserido num sistema de direitos e deveres: “A sociedade só pode funcionar sem angústias, quando esse equilíbrio (entre direitos e deveres — a observação é nossa) é perfeito, quando os contrários se harmonizam... A crise contemporânea é o resultado de um erro filosófico derivado da concepção do mundo.” (P.R. p. 46, 21-3.)⁷⁶ A seguir, Plínio

das revoluções, assim, a consideração dos dados da realidade, da “vida social” era, até o ponto em que o “espírito” o decidisse, de todo secundária e irrelevante. Em seu próprio discurso, isto era apresentado como formulação de uma “nova mentalidade” integralista, “totalizadora das forças materiais e das forças espirituais”, ou seja, uma síntese entre a “dialética dos fatos e o arbitrio da idéia criadora”. (P.N.T.N. p. 76-7.) Assim, o essencial é que as revoluções se processem de acordo com os valores do “espírito”. Diria: “As revoluções se operam segundo os impositivos do pensamento, e este processa sua evolução segundo seu plano próprio e seu próprio ritmo, conquanto aparentemente se revista de formas estruturadas pelas próprias características de um período considerado.” (P.R. p. 17.) O trecho a seguir, explicitará com evidência nossa interpretação.

⁷⁶ O texto anterior, somado a afirmações tais como “revolução é vitalidade, é força do homem. É autonomia da idéia, é interferência histórica, é propulsão, desvio de rota... O fato histórico pode obedecer ao ritmo determinista; a idéia-força é autônoma... a precedência, a permanência e a prevalência de um conceito moral supremo... expressão da finalidade superior do homem” (P.R. p. 28, 42), parecem autorizar-nos a concluir: a) que a ênfase na prioridade e na prevalência do espiritualismo e do idealismo sobre as considerações da realidade social concreta (rotulada de “ordem material” determinista), é certamente a responsável pela carência de estudos

condena o “erro” e o “espírito desagregador” do Renascimento e da Revolução Francesa, que teriam abandonado o “totalismo” e a “concepção integral” medieval, iniciando, assim, o processo de “fragmentação da inteligência humana” e a “quebra do sentido de unidade espiritual”, características da crise moderna. Esta crítica, e aquela outra que faz do cientificismo experimentalista contemporâneo, o qual teria, criminosamente, relativizado a realidade e a verdade, são formuladas em termos praticamente idênticos àquelas de alguns pensadores católicos deste período. Eis alguns exemplos: “A ciência destruiu o senso de subordinação do homem e da sociedade a uma causa, a um fim. Não lhe deu em troca nada que pudesse substituir essas forças dominadoras e repousantes ao atormentado espírito, à inquietude angustiada da consciência humana. E todo o panorama do século XIX é o de forças mentais em rebelião à procura de um novo equilíbrio. . . a marcha cega, implacável dos fatos econômicos, das finalidades e das aspirações econômicas. . . a derrota do espírito é completa. . . nós, do século XX, viemos de 100 anos de sentido dissociativo, de tendência

integralistas *objetivos* sobre economia, política e história; com raras exceções, os estudos nesta área resumem-se em abordagens literárias, de fundo moralista. Levine, referindo-se ao programa administrativo e econômico da AIB, onde se pleiteava, entre outras medidas meramente burocráticas tais como a fusão e criação de departamentos administrativos do setor público, bem como a criação de novos órgãos e ministérios como o da Aeronáutica, também a instauração de um sistema nacional de crédito para nossos setores industriais e agrícolas, a revisão de nossa dívida externa, a nacionalização de minas e quedas d’água, etc., conclui que nada disto inovava ou ultrapassava as reivindicações de outros grupos reformistas brasileiros naquele período. Onde o integralismo, para ele, *excedia* aqueles reformistas era em sua “theoretical projection of a mechanistic totalitarian state”: “In sum, only its theoretical projection of a mechanistic totalitarian state stepped far beyond the boundaries of the solution preferred by other reform-minded Brazilians in the post-1930 world.” (op. cit. p. 82.) E assinala: “. . . it is unlikely that the AIB hierarchy could have reshaped society to the integralist model had Salgado been given the opportunity. Long on elaborate ritual, integralist doctrine only superficially treated social and economic conditions in Brazil, placing excessive faith on the practicality of its theoretical formulas. In the end, its proposed ideal revolutionary order stood on very traditional supports: oligarchic political organization, elitism, paternalistic social relations, and sluggish moral precepts”. (op. cit. p. 98.); b) que, face ao seu conceito de revolução como “equilíbrio” (“O 18 Brumário não é um golpe de morte sobre a revolução: é a própria revolução que encontrou o seu centro de equilíbrio”, (P.R. p. 51), e “harmonização de contrários”, tanto a liberal-democracia quanto o socialismo eram, *ipso facto*, considerados “erros” da “idéia” ou do “espírito”, ambos “interferências” “perversas” no “desenvolvimento das forças da matéria”, subvertendo, assim, a hierarquia “natural” da sociedade; c) face ainda ao seu conceito de “equilíbrio”, do qual decorreriam afirmações como as de que a sociedade só poderia funcionar perfeitamente, “sem angústias”, quando os “contrários” se “harmonizassem”, Salgado se definia, a nosso ver, como um ideólogo tipicamente autoritário e/ou totalitário: a “missão” “correta” do “espírito”, nesta sua “batalha” contra as “forças cegas da natureza” seria, obviamente, a de “eliminar” os conflitos sociais, a fim de “harmonizar” e “equilibrar” “direitos e deveres” do homem. O lugar desta “hierarquização” “compulsória” (naturalmente repressiva) das classes e grupos sociais (pois que, ao longo de toda a sua obra, sempre afirma não pretender a extinção destas classes e grupos), tendo em vista a “eliminação” e/ou “regulamentação” de seus conflitos “perversos”, seria o Estado Integral (Corporativo). O autoritarismo

divisionária... O sufrágio universal consagra a pluralidade das concepções do mundo e a autoridade procede da heterogeneidade das fontes da vontade popular carreadas pelo pragmatismo das aspirações políticas orientadas subterraneamente pelos interesses do progresso material e das forças econômicas... Todas as opressões se fazem em nome da democracia. O século XIX inverteu todos os valores.” (P.R. p. 80-8.) Para Salgado, desta forma, teria sido em consequência da “decadência dos valores espirituais” que ocorrera a “ascendência dos valores econômicos”, a qual, por sua vez, havia arruinado “toda a concepção ética da sociedade”. E tudo devido “ao erro da própria idéia”. Para restabelecer a unidade e a ética perdidas é que se impunha, agora, a revolução: “Por isso a revolução (direito sagrado do espírito, interferência da idéia autônoma, golpe de super-homens animados pela soberana força do pensamento) é hoje, como foi sempre, universal... A idéia revolucionária é sempre moral... As revoluções... não passam de interferência da idéia-força, no sentido de recomposição de um equilíbrio social... A revolução é, pois, o trânsito de uma posição de equilíbrio para uma nova condição de equilíbrio.” (P.R. p. 31.) Revo-

seria, além do mais, *permanente*: “A revolução é permanente porque o espírito não descansa, através do relativo da inteligência, na procura do absoluto que é repouso inatingível.” (P.R. p. 42.) É de se ressaltar, no entanto, neste particular, que Salgado parece nunca ter expressamente reconhecido o integralismo como uma doutrina autoritária ou totalitária, chegando apenas, a exemplo de nossos demais ideólogos autoritários, a reivindicar a necessidade de um Estado “forte”. Ao contrário, intentava mesmo demonstrar que o integralismo era, em essência, democrático — não uma doutrina liberal-democrática, certamente, mas uma doutrina que pregava uma democracia “orgânica”. Além dos textos já citados (e outros que o serão adiante), Salgado diria, por exemplo, em 1936, em seu prefácio ao livro de Jaime Regado Pereira *Democracia integralista*: “No entanto, nós somos os únicos defensores da democracia neste doloroso instante em que a democracia já não existe, senão no papel...” Previa que o “excesso no culto dos preconceitos da democracia formal” levaria certamente o mundo ocidental à “completa negação da democracia”. A Revolução Francesa, para ele, “sendo a revolução da liberdade, tornou-se a negação da liberdade”. Prognosticava, em 1936: “Se a humanidade marcha segundo as linhas predominantes da hora que passa, seremos levados ao regime da violência, da ditadura, da tirania, do estatismo absorvente, seja da extrema-esquerda, ou seja da extrema-direita. O liberalismo tornou-se a negação da liberdade e da democracia. Cumpre-nos, pois, reatar o sentido revolucionário da democracia... somos contrários a ditaduras, que combatemos todo e qualquer princípio de anulação da personalidade humana, que não queremos destruir a democracia, porém realizar a verdadeira democracia. A ‘democracia integralista’, o único sistema que salvará o Brasil das garras do bolchevismo e das garras do capitalismo internacional, secretamente ligado ao imperialismo moscovita.” (C.P. p. 244-9.) Um ano antes, em 1935, Francisco Campos dissera: “Aliás, a crise do liberalismo no seio da democracia é que suscitou os regimes totalitários... A democracia havia criado um aparelhamento de aparência racional, destinado a conduzir o processo político, sem maiores crises de tensão... A irracionalidade dos seus métodos, uma vez que se ampliou a escala dos acontecimentos e o vulto das questões tornou-se porém, de evidência lapidar... No fim de algum tempo, adotada pela democracia a técnica do Estado Totalitário, à qual ela foi forçada a recorrer (por mais contraditório que pareça)...” (A técnica do Estado Totalitário ao serviço da democracia. In: A política e o nosso tempo. *O estado nacional*. Liv. José Olímpio, 1940.) Já nos referimos, também, a Mussolini, que definiu o fascismo como uma “*démocratie organisée, centralisée, autoritaire*”. (*La doctrine du fascisme*. p. 36.)

lução, frisava ele, era somente aquela “subordinada às aspirações do espírito e não aos imperativos da matéria”, a que expressasse o “progressivo aperfeiçoamento do homem no que ele tem de superior na sua essência” (P.R. p. 23-31); as demais, que não se enquadrassem nestas condições, não poderiam ser consideradas verdadeiramente revoluções. No terreno dos “fatos materiais”, da “vida social”, o critério adotado para explicar as revoluções, era a geopolítica: “Se tivermos, porém, em vista, que, até certo ponto, a *geografia escreve a história*, teremos em muitos casos de subordinar uma revolução aparentemente *histórica* a uma causa verdadeiramente *geográfica*.” Admitia, no entanto, na esfera da “ordem material”, que causas históricas explicassem também revoluções geográficas. (P.R. p. 33-4, os grifos são dele.) Referindo-se à revolução de 1930, no Brasil, criticava-a, afirmando que “os maiores inimigos das revoluções são exatamente aqueles que a fizeram e não sabem dirigi-la” e, ainda, que “já não têm nenhum valor revolucionário os elementos que participaram objetivamente da revolução de 1930, pois faltou-lhes o gênio político para interpretar a psicologia de um movimento o qual, já agora, não há de parar e trará o país em contínuo desassossego, enquanto a geração para a qual se escrevem estas linhas não desferir o golpe profundo que dela se espera”. Mais incisivamente: “Aqui entre nós, no Brasil, estamos chamando também ‘revolucionários’ a uma chusma de indivíduos cujo único papel foi pegar em armas para derrubar um governo, sem saber o que fazer depois. . . eles agiram como reflexos de descontentamentos indefinidos e pensam agora que são revolucionários. . . Onde não se transformou o Estado não houve revolução. O que houve foi mazorca de quartéis, motim de populacho, guerra de caudilhos, golpe de aventureiros. . . Ou o Estado se transforma, ou não existe revolução.” (P.R. p. 67-8, 73.) A revolução “verdadeira” seria a integralista. (P.R. p. 36 e 55.) Buscando certamente escapar do conservadorismo e do “reacionarismo” (Salgado acusava de “reacionárias” as nossas oligarquias liberais tradicionais), esforça-se por inserir o seu conceito de revolução integralista numa dialética “renovadora e “progressista”, dinamizada “espiritualmente” e moralmente finalista: “Nossa tese integralista não é uma tese estática; não foge ao sistema universal do movimento: procura abranger o movimento e, por isso, toma como ponto de partida a relatividade do movimento. Na dinâmica social, este subordina-se à harmonia dos contrários, à gravitação dos interesses do homem em face do desinteresse das forças da matéria.” (P.R. p. 39-40.) As revoluções “verdadeiras” (entre as quais, deduz-se obviamente, a integralista) eram obra da juventude e da violência: “Revolução é ato do homem, não da humanidade. . . Revolução é ato de força, portanto, de juventude. Movimento revolucionário é movimento de mocidade. Da eterna mocidade dos super-homens. Por isso é arbitraria, violenta nos seus efeitos. Revolução é sentido de equilíbrio novo, de formas novas. Trazendo, pois, um íntimo sentimento moral, revela-se num alto pensamento estético. . . O homem tem de lutar contra o mundo objetivo. . . Tudo se rebela contra aquele que quer criar uma ordem nova. Todos os preconceitos se levantam. Todo

o passado se mobiliza. Toda a tradição se insurge. Todos os mediócrs conjuram para aniquilar aquele que vai interferir na marcha normal dos fatos... É preciso transformar o adversário passivo, no inimigo ativo. O homem de ação necessita de ser agredido violentamente, porque a luta é a atmosfera da idéia... A idéia revolucionária tem de lutar com o presente e com o passado... A idéia-força tem de ser heróica nas suas atitudes, perseverante na sua luta, cruel nos seus desígnios e nas suas decisões. A intransigência da idéia-força deve ser extremada. Seus métodos devem ser violentos, de sorte a criar inimigos, pois o inimigo é a condição fundamental do êxito.” O exemplo da Itália fascista e o livro de Rocco, *Transformazione dello Stato*, são lembrados por Plínio. Neste último, o jurista procurava mostrar como a participação de liberais e conservadores no estado fascista impedia, negativamente, “una totale trasformazione dello Stato”.⁷⁷ A marcha sobre Roma é aqui considerada por Plínio como símbolo de “reação do organismo nacional” e diz: “A verdadeira revolução, no sentido da idéia criadora, só agora vem se processando na Itália e ainda está muito longe do quanto terá de realizar... A fase histórica que o fascismo atravessa é ainda de esplendor, porque é de luta contra o passado.” E, por fim: “Não se combate impunemente o futuro, de que o gênio é o enviado cíclico e o super-homem o realizador... Contra aquele que interpreta o sentido da história e surge com o poder mediúnico de conter em si as forças ignoradas do futuro que palpitam no recesso das massas humanas, ainda que não pressentidas; contra aquele *que sabe* profundamente, porque traz consigo o esplendor divinatório da idéia criadora, há de crescer necessariamente a grande conjuração do passado, assim como a conspiração tenebrosa do presente, que é toda uma tempestuosa mobilização das mediocridades.” (P.R. p. 44-51.) O “gênio” teria que enfrentar os “mediócrs”, as “maiorias” e os “partidos políticos”: “O mediocre é incapaz de afirmações audaciosas. O respeito à opinião pública assume nele as proporções do terror. O fetichismo pelos valores manietta-o, como um reumatismo... Ele está sempre preocupado com o julgamento dos velhos bonzos, dos tabus que uma época já morta consagrou... A idéia-força desdenha das maiorias, porque ela interpreta sentimentos totais irrevealados, cuja projeção no futuro ela sintonizou... A multiplicação dos partidos é o estertor da mediocridade. O gênio político deverá investir contra todos os partidos. Deverá irritá-los, primeiro, para exterminá-los na primeira oportunidade em que se possibilitar um golpe mortal. As mil cabeças da Hidra de Lerna não resistem ao pulso firme do intérprete de

⁷⁷ Mussolini, por sua vez, dissera: “Le fascisme veut que l’homme soit actif et engagé dans l’action avec toutes ses énergies: virilement conscient des difficultés réelles et prêt à les braver. Il conçoit la vie comme une lutte...”; “Le fasciste méprise la vie commode”; “L’orgueilleuse devise des formations d’assaut: ‘Me ne frego’ (Je m’en fous), écrite sur le pansement d’une blessure, n’est pas seulement une profession de philosophie stoïque... c’est l’entraînement à la lutte, l’acceptation des risques qu’elle comporte...”; “Le fascisme croit encore et toujours à la sainteté et à l’héroïsme...”; “La lutte est à l’origine de toutes choses, car la vie est toute pleine de contrastes...” (*La doctrine du fascisme*. p. 12, 13, 29, 31 e 55.)

uma nova ordem.” Concluiu: “Em meio à simultaneidade dos fatores operantes nos períodos críticos das revoluções vencedoras, é necessário que apareça, afinal, o intérprete de todas as angústias, o enviado do futuro, o homem capaz de desferir o *golpe de Brumário*. Evidente o sentido em que tomamos a atitude de Bonaparte. Na Rússia contemporânea, essa atitude denominou-se o *golpe de outubro*. Na Itália, a *marcha sobre Roma*. Na Alemanha, a *vitória racista*.” (P.R. p. 53-5, os grifos são dele.)⁷⁸ A teoria do Estado de Plínio, neste livro, pode ser sintetizada nos tópicos seguintes: “O Estado é a Nação. É o ordenamento jurídico das forças nacionais. Essas forças modificam-se, transformam-se. O Estado deverá transformar-se. Não se compreende um Estado velho, procurando conter uma Nação nova. . . O que nos interessa, pois, ao idearmos o Estado, não é a intangibilidade de suas expressões formais, porém a inalterabilidade de sua essência. . . A verdadeira política se afirma pela persistência de valores imutáveis segundo a contingência dos valores transitórios. Sem esse senso, a obra construtiva não terá ressonância com as verdades essenciais e as verdades que chamaremos *transitórias*.” E ainda: “O Estado é uma expressão da própria sociedade. O seu processo de vida não pode independe do processo da vida social. . . O Estado que se afirma numa ordem nova deve recompor, por si mesmo, a sua estrutura. . . O Estado é uma expressão do pensamento, que se renova pelo dinamismo da idéia-força. A sua fisionomia, portanto, não pode independe da idéia-força. É no Estado que se realizam os perpétuos dinamismos de dois mundos autônomos e relacionados. O Estado, pois, deve relacionar-se com as duas dialéticas: a do espírito criador e a da matéria no seu eterno movimento. . . O Estado meramente econômico é unilateral e abdica da metade do seu império. O conceito do Estado, como o conceito da revolução, tem de ser forçosamente ético.” O Estado representaria para ele “o centro de aspirações de harmonia e de equilíbrio. . . supervisorador enfim do complexo panorama do país”. Inspirado na “concepção integralista do homem”, rejeitaria o “mecanismo socialista”, o “liberalismo democrático, porque este passa

⁷⁸ Expressões como “enviado do futuro”, “aquele que sabe”, “aquele que interpreta o sentido da história. . . com o poder mediúnico de conter em si as forças ignoradas do futuro”, “gênio político”, etc. revelam bem o messianismo carismático de Salgado. (Ver nota 27.) Por outro lado, percebe-se que o impasse ideológico “revolução-tradição” é comum tanto ao integralismo quanto ao fascismo: Plínio, no seu prefácio a *Democracia integralista* (1936) de Jaime R. Pereira, diria: “Temos que lutar contra o presente. Em nome do passado? Não! Nós lutamos contra o presente em nome do futuro. . . A força que nos arrebatou é o futuro.” Mas, logo a seguir: “Daí o combatermos o passado e, ao mesmo tempo, sermos tradicionalistas.” (C.P. p. 245.) Mussolini, por sua vez, dissera: “La tradition est certainement une des plus grandes forces spirituelles des peuples, en tant qu'elle est une création successive et constante de leur âme. . . Nous utilisons des valeurs morales et traditionnelles, que le socialisme néglige et méprise. . . En présence des mots et des idées de conservation et de rénovation, de tradition et de progrès qui se formulent de droite et de gauche, nous ne nous cramponnons pas désespérément au passé. . . et nous ne nous lançons pas non plus à corps perdu dans les mirages séduisants de l'avenir. . . La négation, l'immobilité éternelle, c'est la damnation. Je suis pour le mouvement. Je suis un marcheur.” (*La doctrine du fascisme*, p. 58-60.)

a constituir uma negação de si mesmo, pela hipertrofia oligárquica e domínio dos mais fortes” e os “esquemas ideocráticos” — os “exclusivismos” “unilaterais”. Enfim, afirma que “o Estado Integral é o Estado que se renova”. (P.R. p. 57-65.) Pouco adiante, ele nos revela que compreende a revolução tal como a definia Alfredo Rocco (que qualifica de “notável jurista da Itália nova”), o qual escrevera, a propósito do fascismo, que este mudara, radicalmente, a ordenação e mesmo a noção de Estado, substituindo a velha classe dirigente por uma nova, atuando, além do mais, sobre a psicologia das massas, transformando-as espiritualmente. Os agentes das revoluções e do Estado seriam as elites: “Reivindicamos também o governo dos povos para as aristocracias mentais, portadores da idéia.” (P.R. p. 66-71.)⁷⁹ E citando um trecho de Alberto Torres sobre Estado e revolução, conclui: “. . . o grande pensador político se hoje vivesse seria integralista”. (P.R. p. 70.) A segunda parte de *Psicologia da revolução* compõe-se de uma série de artigos. Dentre eles, destacamos Formação liberal e romântica do Brasil, onde, ao que nos parece, Salgado segue muito de perto as idéias de Oliveira Vianna, sustentando a inautenticidade do nacionalismo (“afetado nacionalismo”) e do liberalismo (“lírica liberdade”) de nossas elites políticas litorâneas, terminando por afirmar: “O Brasil só fora realmente brasileiro, realmente nacionalista, dentro da Colônia.” Quando colônia, vivêramos “uma vida espontânea, bárbara e selvagem”; com a Independência, nossas elites haviam succumbido ao cosmopolitismo, levando-nos ao hábito de “copiar, operação que nunca deixaríamos mais de praticar, através de toda a Monarquia e através de 40 anos de República”. Nossas elites não possuíam “um sentido da terra e um senso político. . . profundamente brasileiro”. O “sentido da terra”, quem o possuía era o *caboclo católico*, “moreno e forte”, conquistador do sertão e fundador da agricultura: “O Brasil eram as populações interiores. Eram esses numerosos núcleos de agricultores e de pastores, de pequenos comerciantes, de tropeiros. . . a verdadeira nacionalidade brasileira.” (P.R. p. 116-21.) No artigo Democracia bárbara e liberdade selvagem, sempre acompanhando as pegadas de Oliveira Vianna, ele procura enquadrar a “questão social” no Brasil em termos geopolíticos: “Não havia uma liberdade a conquistar, como na Europa: aqui, ao contrário, havia um conjunto de *deveres* a criar, pois a liberdade era ilimitada e se realizavam sem esforço na amplidão da terra virgem. Não havia impor uma democracia, pois a própria vida no vasto *hinterland* brasileiro tinha um cunho absolutamente democrático. Criar um senso hierárquico, traçar normas de disciplina social, essa a necessidade que evidenciava, nas populações bra-

⁷⁹ Percebe-se que as revoluções para Salgado deveriam ao menos: a) operar-se dentro da estrutura do Estado (“O Estado. . . deve recompor, por si mesmo, a sua estrutura”, p. 61); b) transformá-lo em suas formas, resguardando-se sua essência “ética”, a qual seria “imutável”; c) recompor suas classes dirigentes, substituir as velhas pelas novas; estas novas classes dirigentes seriam constituídas pelas “aristocracias mentais”. Mussolini dissera: “L’État, tel que le fascisme le conçoit et le réalise, est un fait spirituel et moral. . . L’État fasciste est conscient, il a une volonté et c’est pourquoi il est qualifié d’État ‘éthique’.” (*La doctrine du fascisme*. p. 41-2.)

sileiras um sentido de marcha absolutamente diverso do sentido da revolução européia.” Para ele, a “*nossa liberdade e a nossa democracia*” eram feitas de “instintos de raça e de fatalidades da terra”: “Essa grande massa rarefeita, espalhada pelo nosso imenso território, não conhecia nem prerrogativas, nem privilégios, nem separações profundas de classes, nem diversidade de situação econômica.” Da mesma forma que Oliveira Vianna afirmava: “A vida entre escravos e senhores era, em regra geral, uma vida perfeitamente democrática... a regra comum era a que imprimia às relações entre o escravo e o senhor o mesmo caráter das relações entre pais e filhos.” As “bandeiras” haviam sido a prova desta nossa “grande democracia selvagem”. A “ação da terra era decisiva... O sentimento de liberdade era um sentimento geográfico, não uma reação histórica”. E reafirmava: “A sociedade em organização precisava, por consequência, não de maiores conquistas libertárias, mas de uma hierarquização dos valores sociais, uma proclamação de deveres, mais do que uma proclamação de direitos.” Faz o elogio a Bernardo Pereira de Vasconcelos, também a exemplo de Oliveira Vianna. A revolução sul-americana era específica: “uma outra revolução, concreta, pragmática, sem postulados de enciclopédias: a revolução cósmica, a afirmação do homem na carta geográfica, antecedendo as atitudes anarquistas e a economia liberal.” (P.R. p. 123-44.) No artigo Carteira de identidade do povo brasileiro, Plínio afirma que, face à crise de “desagregação” e “materialismo” do mundo moderno, o Brasil estava em posição desvantajosa em relação à Europa e aos Estados Unidos. Nestes últimos, houvera uma “reação” contra o espírito do século XIX (nos Estados Unidos, a “moral puritana” servira de escudo a esta reação), o que não sucedera até então aqui: “No Brasil, não tivemos o anteparo dos partidos, nem o contrachoque moral, muito menos uma unidade de desígnios nacionais. A vaga revolucionária do século encontrou o seu *habitat*, o seu clima: na Rússia, na China e na América hispanolusa... A ausência de partidos, a extensão do território, a mistura étnica, a incultura das massas, a subordinação a caudilhos, tudo isso constituiu um conjunto de fatores de dissolução, no Império russo, no Celeste Império e na América Latina. A coexistência de duas classes — uma minoria letrada e uma pesada multidão de analfabetos — agravou entre nós a marcha precipite da destruição dos liames aglutinantes dos núcleos geográficos.” (P.R. p. 145-7.)⁸⁰ Procura situar o Brasil face às outras nações.

⁸⁰ Salgado reproduz aqui, a nosso ver, uma versão da teoria do elo mais fraco, dentro de um contexto ideológico de direita: os países (ou continentes) mais “atrasados” seriam os verdadeiros pontos vulneráveis do mundo ocidental cristão em crise. Logo a seguir, no trecho anterior, procura situar a crise brasileira, vista internamente, no modelo maior a que nos referimos. Vale-se, para tanto, inicialmente, do enfoque “dualista” formulado por Oliveira Vianna. Diz Salgado: “Quem quiser compreender o povo brasileiro tem, preliminarmente, que separar as *duas nações*, as quais coexistem no país, e representam, cada uma, o resultado de *uma revolução distinta*. O Brasil letrado, dos literatos, dos juristas, dos cientistas, dos grandes industriais e comerciantes, dos políticos e diretores de partidos — esse procede do século XIX; é o Brasil constitucionalista, liberal, democrático, cientificista, romântico, retórico. O outro Brasil, dos aglomerados municipais, das populações disseminadas pelo imenso território, das massas proletarizadas, dos bandos sertanejos — esse procede

Elogia o norte-americano (os Estados Unidos como “um quadro admirável de consciência nacional”); ao se referir ao italiano, assinala que “sobre séculos de desagregação, realiza uma prodigiosa unidade”; no tocante ao alemão, diz que lá se “desdobra a cruz suástica, protegendo e garantindo a unidade da Pátria e o poder da raça”. Alinha, depois, os “defeitos” do brasileiro: “egoísmo”, gosto pelas “soluções parciais”, pela

do século XVI; é o Brasil individualista, aventureiro, fetichista por índole, acomodaticio às injunções patriarcais ou imperativos caudilhescos. O primeiro é o Brasil formal; o segundo o Brasil essencial.” Explica, a seguir, que o “Brasil formal”, europeizado e constitucionalista, fora o fruto de uma “revolução já domesticada”, enquanto que o “Brasil essencial”, que ficara praticamente isolado do mundo cerca de 400 anos, infenso ao cosmopolitismo das elites alienadas do “litoral”, permanecia, até o momento (anos 30), numa espécie de disponibilidade política, apenas “adivinhando” e “intuindo” a “idéia de revolução” que “inquietava a civilização do mundo ocidental”. Acrescentava que ambos os Brasis se antagonizavam e se interinfluenciavam numa “luta sem tréguas”. De um lado, o “Brasil concreto, o Brasil — fato individualismo rebelde, utilitarismo egoístico, em situação de dissolvência completa — parece reclamar, como um remédio supremo, a própria subordinação à força do Estado”; do outro lado, o “Brasil-idéia”, que formalmente aparentava “uma certa unidade”, parecendo “pretender impor ao antagonista, novas e mais amplas liberdades, relaxando os freios legais”. Em resumo, o Brasil “essencial”, nacional, paternalista, “autêntico”, sertanejo, o Brasil “em disponibilidade”, *resistia* ao Brasil “formal”, liberal-democrático. Este “Brasil essencial” *adivinhou* a crise maior do mundo ocidental e na sua resistência procurava manter-se íntegro e infenso aos efeitos materialistas desagregadores da crise, *pedindo* e *reclamando*, por si próprio, um Estado “forte”, autoritário e antiliberal, ao qual se sujeitaria de bom grado para se defender do outro Brasil — o democrático-constitucionalista alienado. E o nacionalismo integralista viria, para Salgado, justa e necessariamente colocar-se como intérprete deste Brasil “essencial”, tirando-o da disponibilidade em que se encontrava até então, orientando-o e servindo-lhe de instrumento em sua luta e resistência contra a democratização que o Brasil “formal” lhe queria impor: aquela democratização — “novas e mais amplas liberdades”, “relaxamento” de “todos os freios legais”, acabaria afinal por colocar em risco a própria segurança e integridade do País como um todo, tal como acontecera na Rússia (1917) e estava acontecendo na China (anos 30): mencionaria mesmo a “China desorganizada e escalavrada de competições regionais” como um símile do Brasil. (P.R. p. 148-52.) Desta forma, o Brasil “caboclo” seria a única força autenticamente “nacional” capaz de enfrentar os efeitos ruinosos da crise democrático-liberal ocidental, externa e interna. Em caso contrário, a democratização do Brasil “essencial” pelo Brasil “formal” cosmopolita, nos levaria ao mesmo destino da Rússia e da China, sobretudo porque não possuímos, a exemplo dos Estados Unidos e da Europa, nem uma tradição de “moral puritana”, nem um sistema eficiente de partidos políticos que controlassem os efeitos danosos da crise. Não que o nacionalismo integralista procurasse, na visão de Salgado, imobilizar o Brasil: ele se opunha ao “conservadorismo estreito” de nossas elites oligárquicas e ao tradicionalismo tacanho. Aspirava, sim, a “controlar” e “dirigir”, num sistema “barbaramente liberal e selvagememente democrático” (autoritário, dizemos nós), a evolução brasileira. Por ser um País “dividido” internamente (e portanto não *nacional*) e por não contar com uma “moral puritana” e um eficiente sistema de partidos políticos (a exemplo dos Estados Unidos e dos países “adiantados”), o Brasil arriscava-se a sucumbir na crise mundial, tal qual a Rússia em 1917. O que poderia “salvá-lo” era a sua nacionalização (integração) pelo tradicionalismo autoritário e paternalista. No nosso entender, Plínio procura, com este modelo, dar uma conseqüência política ao discurso *sociológico* de Oliveira Vianna. Não seriam, assim, nem gratuitas nem tendenciosas a sua “admiração” por Vianna e a permanente invocação e citação do sociólogo como um dos inspiradores do integralismo.

“submissão absoluta ao poder”, “preguiça”, “comodismo”, “incapacidade de conceber idéias gerais”, “sentimentalismo mórbido”, “indisciplina”, “verbalismo jactancioso”, “insinceridade”, “desconfiança”, etc. As “qualidades”: “exemplar sentimento de família”, “espírito caritativo, de hospitalidade e de delicadeza”; “capacidade de sofrimento”; “bravura”; “inteligência”; “capacidade de entusiasmo”; “moralidade dos costumes, apenas inexistente em certa parte das classes ricas, ou nos falsos letrados pequeno-burgueses”; “respeito aos velhos”; “sutileza” de instintos, etc. Os “defeitos”, esclarecia ele, eram devidos aos nossos “surto liberais”, à “liberal democracia”, ao “liberalismo desenfreado”. Conclui, afirmando que éramos um “grande povo, que está apenas à espera de seus intérpretes, capazes de transformá-lo energicamente, levando-o à realização de seus destinos”. E isto seria exequível somente através de uma “grande campanha de salvação nacional”. (P.R. p. 152-8.) As responsáveis, ao final de tudo, eram as nossas “oligarquias”, que dominavam e escravizavam a “massa popular” pela “engrenagem hedionda dos partidos” e pela “opressão dos governadores de província e de suas polícias”. Na realidade, o brasileiro, um “povo-criança, mal-educado e ingênuo”, vinha pedindo “exatamente o contrário, isto é: ordem, organização, disciplina”, ao passo que recebia de nossa “pequena elite litorânea”, “liberalismo e expansão individualista”. Esse liberalismo tivera como resultado “favorecer o capitalismo internacional organizado; transportar para o terreno político o caudilhismo social; desmoralizar os costumes”. Concluía afirmando que, no entanto, a “crise de caráter do povo brasileiro” — os nossos defeitos — “são perfeitamente curáveis porque não são substanciais. Não acreditamos em nossa inferioridade racial nem atribuímos a enfermidade geral do país a vícios de origem”. (P.R. p. 156-61.) A parte final de *A psicologia da revolução* intitula-se “A urgente revolução”. Aqui, Plínio recorda que “a revolução é fenômeno essencialmente ético e procede do *interesse* do espírito humano em harmonizar o equilíbrio dos mundos”. Buscando explicar a “aproximação” e “conciliação” possível dos “dois mundos” — o da “idéia” e o do “fato” — numa concepção “integral” que abrangesse ambos, numa tentativa de harmonizar tese e antítese,⁸¹ afirma que uma vez “transformada a *idéia* em *fato*, este desenvolve a sua dialética própria, segundo as leis do determinismo... a matéria inconsciente, ela mesma obedece, sem saber, a um plano estabelecido por uma inteligência ordenadora”. Prossegue: “Não somos ecléticos: nós realizamos a síntese, na consideração da sociedade. O século passado foi de análise. Este será, está sendo, de síntese.” Esta cosmovisão “integral”, integralista do homem, da socie-

⁸¹ Esta aspiração filosófica de *síntese* e de *absoluto* revelava talvez, ao nível do discurso político de Salgado, sua aspiração pequeno-burguesa à composição de classes sociais. A debilidade econômica e financeira da pequena burguesia, no entanto, faria com que esta projetasse aquela “intenção” sobretudo ao nível ético e moral. Da mesma forma, sua aspiração filosófica ao absoluto traduziria seu desejo de imobilidade e “congelamento” histórico: afinal, a evolução e o progresso capitalista só haviam trazido à pequena burguesia falências, ameaças, desagregação e proletarização.

dade e do mundo — a revolução espiritual integralista, enfim, constituiria a condição preliminar para a ação política: “A ordem — equilíbrio de forças, harmonia de movimentos — nós só a conseguiremos pondo ordem, antes de tudo, no pensamento nacional... Só então poderemos impor unidade moral, unidade econômica e unidade política a esta triste sociedade do nosso País, que sofre os mesmos males das sociedades de todos os países fatigados de ciência. Este papel incumbe às elites intelectuais. Temos de restaurar o prestígio da inteligência e o primado do espírito... criar o Estado finalista, de plasticidade revolucionária, totalizador dos movimentos sociais... Em vez de *reformatar*, *transformar*. Essa é a Revolução Integralista.” (P.R. p. 165-72.)⁸² Se *A psicologia da revolução* fora dedicado às elites, *O que é o integralismo*, também editado em 1933, é dedicado à “massa popular”. (P.R. p. 6 e Q.I. p. 15.) Enumera os setores que compõem a “massa popular”: “Este livro pertence ao operário das cidades e aos trabalhadores do campo, ao soldado e ao marinheiro, ao estudante que ainda não atingiu os cursos superiores, aos pequenos proprietários, aos pequenos comerciantes, aos animadores das modestas iniciativas agrárias ou industriais.” (Q.I. p. 16.) Face às ameaças de dissolução da família; ao perigo comunista; à anarquia; à divisão e ao separatismo da Pátria; à ameaça de guerra civil, propunha-se “conscientizar” a “massa popular”, a fim de construirmos a “Pátria organizada”, pois que a “Nação é a moradia eterna da nossa raça”. Reafirmando aqui que havia dois “conceitos de vida” — um *materialista*, ateu, amoral, naturalista, apátrida, aesteta, egoístico, utilitarista, anárquico, etc. e outro *espiritualista*, “que considera a vida humana como um fenômeno transitório, condicionando uma aspiração eterna, superior, religioso, moralista, patriótico, esteta, altruista” — indica como chegara a estes conceitos: “É ainda no recesso do coração que o cérebro pode encontrar os materiais necessários ao estudo das grandes questões humanas... Quando o homem perde o senso da obediência ao eterno, ao imutável, ao princípio e fim de todas as coisas, ele se torna um ser miserável...” (Q.I. p. 9-24.)⁸³ A história do homem, afinal, seria a luta entre materialismo e espiritualismo

⁸² O conceito de Estado integral como “Estado totalizador dos movimentos sociais”, finalista, a nosso ver contém, implícito, o de Estado autoritário. O Estado integral, necessariamente “forte”, intervencionista e programador, a fim de abranger, ordenar e regular a multiplicidade dos “movimentos sociais”, seria “naturalmente” autoritário. Já a “plasticidade revolucionária” referir-se-ia à capacidade de autocorreção e de modificação interna do Estado finalista totalizador integralista. O “transformismo” — e não o reformismo — significaria uma alteração *por dentro* do Estado, uma nova *forma* político-institucional substituindo a forma antiga.

⁸³ É mais um texto revelador do intuicionismo e do fideísmo, os alicerces teóricos do integralismo. Trata-se, *em essência*, da mesma “revolução interior” do pensamento católico (Alceu Amoroso Lima) e do mesmo tipo de romantismo político (a inteligência do “coração”, em Francisco Campos). No entanto, ainda que o intuicionismo se considere a si próprio como um anti-racionalismo, percebe-se que, de fato, ele tem seus princípios e seus dogmas, realizando, à sua maneira, uma racionalização e uma sistematização dos mesmos a exemplo de qualquer sistema racionalista.

— “civilizações materialistas” (“êxito e fortuna”, “conforto” e “prazer”, “orgulho” e “ vaidade”) e “civilizações espiritualistas” (“bondade”, “solidariedade humana”, “aperfeiçoamento moral”, “predomínio do senso estético e religioso”). O século XIX fora o símbolo da civilização materialista, com sua crise de autoridade causada pela prevalência de valores materiais provocando a luta de classes, com os burgueses materialistas, vencedores, de um lado, e com os proletários, vencidos, feitos à imagem dos burgueses vencedores, de outro. Em livro de 1936, diria: “O século XIX alvoreceu com os guerreiros e anoiteceu com os banqueiros.” (P.N.T.N. p. 34.) Ambas as classes aludidas — burgueses materialistas e proletários — vinham se empenhando numa luta “sem coração” e “sem espírito”, “suicida”, que desaguaria fatalmente no “oceano coletivista... escravidão pavorosa em que vibra o chicote de novos faraós alucinados”. (Q.I. p. 22-7.) Define, então, a concepção integralista: “Consideramos que a finalidade do homem é transcendental, é superior, é intelectual e moral... A concepção integralista do mundo... considera o universo, o homem, a sociedade e as nações, de um ponto de vista totalitário, isto é, somando todas as suas expressões... fundindo o sentido materialista do *fato* ao sentido interior da *idéia*, subordinando ambos ao ritmo supremo espiritualista.” O sigma era o “símbolo do cálculo integral. Quer dizer que a nossa preocupação é somar tudo, nem nos perdendo na esfera exclusiva da metafísica, nem nos deixando arrastar pela unilateralidade do materialismo... O mundo é como é, e não como pretendem que seja os teorizadores de tantos sistemas que desorientaram o século XIX”. (Q.I. p. 27-9.)⁸⁴ A concepção integralista, tal qual a cristã, teria o homem como “ente autônomo, com sua dignidade própria, sua personalidade de todo o ponto respeitável”, repudiando, por conseqüência, a “concepção materialista do universo”, de capitalistas e de comunistas, os quais consideravam o homem como “peça de máquina”. Mas a concepção integralista não “descambava”, a exemplo da concepção liberal, para o individualismo “hipertrofiado” das “proclamações de direitos e anseios de liberdade”. O homem “ser pensante e raciocinador” da concepção integralista compreendia “os impositivos da harmonia social... uma personalidade que aceita, com dignidade e por espontânea vontade, a disciplina e a hierarquia, porque compreende que só assim poderá evitar a crueldade das lutas sem respeito à autoridade da Nação”. O integralismo queria “a sociedade funcionando harmoniosamente; a Nação, como autoridade efetiva, através dos seus órgãos de governo, mantendo o equilíbrio entre o homem e a sociedade”. Para tanto, Salgado reclamava uma “guerra de morte à liberal-democracia”, a fim

⁸⁴ Ocorre aqui, ao que nos parece, uma típica inversão ideológica idealista: o “mundo” que “é como é”, ou seja, o mundo real, concreto, objetivo, é o mundo dos conflitos de classes, da pluralidade de interesses em choque, das contradições, etc. Na visão de Salgado, este mundo real passa a ser o mundo dos “teorizadores” de sistemas, o mundo falsificado dos teóricos, enquanto o mundo real, para ele, é o mundo da harmonia “integral”, “transcendental” e “superior”, o mundo de suas próprias idéias, onde tudo se soma e é somado, numa síntese abstrata de materialismo e espiritualismo, de *fato* e de *idéia*, de Estado e de sociedade, assim como das classes sociais entre si.

de que se chegasse a um Estado com “orientação diretiva”, abolindo-se o Estado absenteísta, “espectador”, etc. Condena o voto, qualificado por ele de panacéia, fruto de um conceito deturpado de liberdade: “O voto é a grande mentira que serve de instrumento à opressão das massas trabalhadoras, iludidas na sua boa-fé... O sufrágio universal subordina todo um sistema de realidades sociais a uma pura abstração, isto é, ao conceito da soberania oriunda das fontes primárias da ‘vontade geral’”, esta última um “preconceito artificioso e utópico”. O sistema do sufrágio não seria, afinal, “representativo” porque iludiria os “interesses diretos” do cidadão: “A democracia individualista afoga o indivíduo no oceano do sufrágio.” O Estado liberal “é fraco... está agonizando na Europa e na América... O mundo está em desordem porque o Estado liberal é fraco, é anêmico, é gelatinoso... inerte... A liberal-democracia, realmente, só aproveita aos poderosos, que exploram os pobres e os fracos, e aos demagogos marxistas, que exploram a ignorância das massas trabalhadoras... A democracia liberal significa o país desorganizado... o liberalismo é a indiferença diante do duelo de morte de duas classes. É a impotência governamental... É o suicídio da burguesia e a véspera do suicídio proletário”. Declara a falência da liberal-democracia, que fora a responsável pela Grande Guerra, pela “tragédia russa”, pelas “revoluções sul-americanas”, pela “mazorca chinesa”, pelo banditismo norte-americano, pela superprodução, pelas “legiões de desempregados”, pelo “pânico do capital e o desespero do trabalho”, pela “angústia universal”. E revelando certamente grande dose de ingenuidade, assinala que o Estado liberal fora incapaz de “resolver em conjunto com outros estados, *as questões mais simples*, como as do desarmamento, das dívidas de guerra, ou do equilíbrio da produção e do consumo” (o grifo é nosso). Concluía, finalmente, que “o liberalismo democrático é hoje defendido apenas pela grande burguesia e pelas extremas-esquerdas do proletariado internacional”. (Q.I. p. 30-61.) Diversamente, “o integralismo quer realizar uma democracia de fins e não uma democracia de meios. Quer salvar a liberdade humana da opressão do liberalismo... O integralismo surge como a única força capaz de implantar ordem, disciplina. A única força capaz de amparar o homem, hoje completamente esquecido pelo Estado liberal-burguês, como aniquilado e humilhado pelo Estado marxista soviético”. O integralismo era o “Estado orgânico”, “organização corporativa da Nação”, “economia dirigida”, “representação corporativa”, “harmonia das forças sociais”, o “princípio de autoridade”, o “primado da inteligência”. No integralismo, a representação “autêntica” seria encontrada ao nível das regiões, das famílias, das profissões e das classes, sob o “pensamento dominante de disciplina e coordenação do Estado”: “o voto cívico... não admite a presunção de interesses de classes ou de interesses individuais próprios”. Concluía: “Nós, integralistas, que pretendemos realizar a verdadeira democracia, que não é liberal, mas orgânica... Combatemos o voto desvalorizado e a liberdade sem lastro... a mentira dos partidos.” (Q.I. p. 42-62, o grifo é dele.) A seguir, Plínio dá o brado de “alerta contra o socialismo”. Citando Leão XIII, qualifica o socialismo

de “filho da filosofia materialista”. Mostra que ele pretendia “internacionalizar o proletariado; propagar as idéias materialistas, de sorte a destruir a religião, a família, a Pátria; facilitar o desenvolvimento da luta de classes; combater... a inteligência, a cultura, os padrões morais e tradicionais”. Os socialistas e os liberais precisavam “de agitação, de desordem, de choques entre o capital e o trabalho. Eles vivem das desgraças da humanidade”. O socialismo, além do mais, “conflita com realidades humanas imperativas... O socialismo materialista pretende deformar o homem... É o unilateralismo científico... O homem não é apenas o estômago... O marxismo é a contradição, em todos os sentidos. A própria felicidade individual objetivada redundando no sufocamento do indivíduo pela compressão das massas... O socialismo, portanto, oriundo do marxismo, não pode trazer a felicidade ao gênero humano. O seu sentido não é de construção, mas de manutenção da luta de classes. O integralismo considera o marxismo um ideal anti-revolucionário, porque se baseia na evolução determinista, que é a filosofia burguesa do século passado, e condena-o como antidinâmico... O integralismo proclama-se a única força revolucionária, porque pretende integrar no Estado, não só as expressões totalitárias da economia, da sociedade e da moral, como a sua dinâmica, transformando a luta desordenada que se fere fora dos âmbitos do Estado, em harmonização de contrários...” E, a seguir, procura distinguir a sindicalização liberal e socialista da integralista: “Nós... queremos o sindicato profissional, porém um para cada classe. A multiplicidade de sindicatos na mesma classe profissional fere o sentido grupalista da nossa concepção orgânica e totalitária da sociedade... Desejamos, ainda, que o sindicato seja uma figura de direito público e não de direito privado. Só assim organizaremos a Nação na base sindical e da representação de classes, o que destruirá para sempre a liberal-democracia com os seus partidos e os extremismos anarquistas ou socialistas.” (Q.I. p. 68-78.) Mais tarde, diria noutro livro, referindo-se ao nosso Ministério do Trabalho: “O sindicalismo revolucionário, estruturado segundo a ‘luta de classe’ de Sorel, é um fenômeno de velhice que se transplantou criminosamente para o Brasil depois da revolução de 30. O Ministério do Trabalho obedecendo inconscientemente as ordens da Internacional Comunista, escravizou o operariado, a serviço do bolchevismo. Esses velhos timbram em envelhecer nossa Pátria.” (Q.H. p. 111, nota 1.) Voltando a *O que é o integralismo*, no capítulo Notas sumárias da vida brasileira, Plínio nos revela que “o estudo da vida brasileira deve ser feito sob o critério da metodologia marxista... se condenamos o marxismo como filosofia, se o repudiamos como finalidade e como processo político, nós, integralistas, o toleramos como documentação e como o único método para deixar bem claro: a) o verdadeiro sentido do liberalismo-democrático na sua evolução econômica; b) a unidade de pensamento e a identidade de propósitos do capitalismo-burguês e do marxismo-comunista”. (Q.I. p. 82.)⁸⁵ Numa retrospectiva

⁸⁵ Domingos Velasco, um ativo participante da vida política brasileira deste período, testemunha, por sua vez: “O integralismo surgiu fazendo uma crítica agressiva ao

histórica, Salgado assinalava que, no Brasil, “temos sido um mero instrumento nas mãos do capitalismo internacional... A escassez de capitais e a necessidade de progresso material conjugaram-se de tal forma que tivemos de adotar uma política extremamente liberalista, a fim de facilitar o emprego do dinheiro estrangeiro em iniciativas no País... O grande rumo liberalista da política brasileira obedeceu sempre ao interesse dos capitais estrangeiros e de grupos incipientes da burguesia capitalista nacional... subordinando a nossa vida de povo às oscilações caprichosas de Londres e depois de Nova York”. (Q.I. p. 83-91.) Na República Velha, os partidos políticos eram “máquinas eleitorais, destinadas a manter as aristocracias e plutocracias rurais ou industriais de cada província... as burguesias dos grandes estados... mandaram e desmandaram... e, por fim, acabaram odiando-se e arrastando na sua onda de ódios mesquinhos... a mocidade da Pátria”. Predominavam, então, o “pragmatismo americano”, o positivismo, o liberalismo agnóstico, utilitarista, materialista, corrupto, demagógico, de um individualismo “sem peias”, os “chefetes” e os “caudilhos”, o empreguismo, o nepotismo, a compra de votos, a prepotência e as violências de todo gênero. O Brasil chegara a 1930 endividado, com desemprego e “a questão social a se esboçar, clara e eloqüente”: “Estávamos em estado de suficiente desespero para nos inclinarmos às soluções esquerdistas... da religião só existia um falso catolicismo de batismos e missas de sétimo dia; da família só restava o último resquício do instinto animal. A burguesia brasileira tolerava perfeitamente todas as amoralidades e até muitas imoralidades... Estávamos em pleno regime de tolerância. Não éramos uma Nação, éramos um bordel. Não éramos uma Pátria, mas uma feira de interesses regionais, individuais. Não seguíamos idéias, mas homens. O Brasil tinha chegado ao auge da corrupção política. Chegava o momento da liberal-democracia ministrar a peçonha do comunismo.” (Q.I. p. 94-105.) Quanto às nossas Forças Armadas: “Implantou-se nas classes armadas a indisciplina e a descon-fiança... À desgraça dos caudilhos civis, juntou-se a desgraça, ainda maior, dos caudilhos militares.” Nos meios intelectuais, por sua vez, imperava a “confusão”. Assim definia o Brasil em 1933: “Somos hoje um povo que acompanha caudilhos e uma turba de caudilhos que trabalha mesquinamente por desmoralizar os valores nacionais.” Tudo isto, afinal, fora “obra do liberalismo-democrático e é contra ele que se levanta o integralismo, com a sua concepção de Estado totalitário”. (Q.I. p.

liberalismo econômico e às suas conseqüências funestas... o capitalismo burguês era atacado de frente... Mas a crítica integralista ao capitalismo não era integralista: era marxista. A genialidade não era de Plínio Salgado: era de Marx.” E a seguir: “A crítica marxista à economia burguesa capitalista coincide com a que a Igreja Católica vinha fazendo ao liberalismo econômico e que culminou com a publicação da *Rerum Novarum*, em 1891... Mas as soluções políticas e econômicas que a Igreja sugeria e ainda preconiza diferem tanto das marxistas quanto das integralistas ou fascistas... Aliás, a técnica fascista é sempre a de utilizar palavras cristãs e dar-lhes o espírito anticristão.” (*Rumos políticos*. 1946. p. 67-70.)

107-8.)⁸⁶ A seguir, Plínio indica as “ameaças que pesam sobre o Brasil”, naquele ano: “1. Reorganização das oligarquias estaduais, com a volta das lutas entre os grandes estados desejosos de conquistar a hegemonia federal. 2. Regresso ao regime agnóstico, materialista, à República sem outra finalidade senão a do progresso material. 3. O separatismo. 4. O comunismo.” Esclarece que fora para “salvar o Brasil” destes males que surgira o integralismo, o qual queria “realizar a verdadeira democracia, que é a democracia de fins, e não de meios”. Traça o programa (“em contraste com a liberal-democracia”) do integralismo: “Identificar o Estado com a Nação; subordinar a luta de classes (operários e patrões) ao supremo critério da Pátria; submeter a produção aos interesses nacionais”; unidade nacional, impondo às províncias “um ritmo uniforme de política nacionalista”, traçando “nítidos limites à autonomia política das unidades federais e aos municípios”; “reformatar de alto a baixo o ensino, criando a universidade... moralizando os cursos de humanidade, e imprimindo um caráter de extrema brasilidade à escola primária”; “disseminar o crédito, nacionalizar o aparelhamento bancário”; “reprimir o comunismo”, sobretudo por uma “ação enérgica contra os responsáveis intelectuais na propaganda desnacionalizadora do bolchevismo”, tirando-lhes “os cargos que ocupam” e expulsando-os da “comunidade brasileira”; “reprimir os abusos do capitalismo, sua ingerência nos negócios do Estado, sua crueldade para com as massas proletárias, sua ganância, sua avareza, a opressão que exerce contra os produtores”; “sufocar o cosmopolitismo, o esnobismo, as imitações dos costumes estrangeiros, o sibaritismo materialista das classes burguesas, ensinando-as a amar o Brasil, a cultuar a Pátria, pela razão ou pela força”; “fundar toda a moral brasileira nos sentimentos religiosos, base da honestidade e da disciplina social”. Anuncia que o integralismo moveria “desde já, guerra de morte a todos os partidos... A Nação é una e indivisível e os partidos dividem a Nação”.⁸⁷ O Estado

⁸⁶ Salgado admite aqui, expressamente, como vemos, o Estado totalitário como a concepção integralista do estado. Ainda que procure dar a entender que, no caso do integralismo, *totalitário* significava *totalidade* — Estado *de e da* totalidade social — (podendo aqui empregar alternativamente o termo Estado *totalista*), mesmo assim, ao que nos parece, não estaria basicamente em divergência com a concepção fascista de Estado totalitário e, em decorrência, do totalitarismo político *tout court*. Afinal, os fascistas justificavam suas concepções de Estado totalitário com os mesmos argumentos e com as mesmas pretensões — a de um Estado de todas as classes sociais, de todos os homens e do homem todo. Era em nome desta *unidade* totalitária ou totalista que se montava o fascismo, como ideologia. E o integralismo, como doutrina. (Ver nota n. 93.)

⁸⁷ Outro intelectual antifascista, ativo participante dos acontecimentos políticos brasileiros deste período foi Hermes Lima, que depõe, contemporaneamente: “Entretanto os fascistas afirmam que as liberdades acabam conduzindo a sociedade à indisciplina, porque cada qual seria tentado a usá-las como melhor lhe parecesse. Afirmção pueril... Ora, o fascismo tem medo das liberdades, porque o povo, através do

integral é o Estado corporativo: “É sobre a base corporativa que o integralismo construirá a Pátria brasileira.” Quanto à juventude, “o integralismo exige que a mocidade não se entregue aos prazeres materiais, mas dignifique a sua Pátria no trabalho, no estudo, no aperfeiçoamento moral, intelectual e físico”. Quais eram os “inimigos da Pátria”? Eram todos os sofistas, os comodistas, os “preguiçosos mentais”, os vaidosos, os “alardeadores de luxo e de opulência”, os “opressores de humildes”, os maus familiares, os liberais e os marxistas, os *blasés*, os “céticos”, os “irônicos, míseros palhaços desfibrados”. O integralismo, assinala Plínio, “quer a Nação unida, forte, próspera, feliz, integrada no Estado, com superior finalidade humana... O integralismo não é um partido: é um movimento. É uma atitude nacional. É um despertar de consciências. É a marcha gloriosa de um povo”. (Q.I. p. 111-31.) De 1933 são também as “diretrizes integralistas”. Estas, afirmam a hierarquia integralista do “espiritual sobre o moral, o moral sobre o social, o social sobre o nacional e o nacional sobre o particular”. Revela que “considera a autoridade como força unificadora que assegura a congruência e o equilíbrio das vontades individuais”, define a sociedade “como união moral” e a Nação “como uma grande sociedade de famílias”. Situa o Estado como a “suprema autoridade político-administrativa da Nação, controlando todo o seu dinamismo vital, subordinando-se, porém, em tudo, aos imperativos da hierarquia natural das coisas, da harmonia social e do bem comum dos brasileiros”, respeitando, assim, a “personalidade intangível” do homem. Haveria, assim, um entrosamento harmonioso de direitos e deveres recíprocos entre Estado e indivíduo. A família é definida como “a primeira e a mais importante das instituições sociais”, cabendo ao Estado protegê-la, dando-lhe estabilidade. O divórcio é condenado. Fala num “bem de família”, num “salário familiar” e no “voto familiar”. Menciona a “criação de universidades inspiradas nos princípios de uma filosofia cristã”. Condena

exercício dessas liberdades, chegará a formar uma imagem do mundo diferente da imagem que ele, fascismo, impõe como a única verdadeira. O fascismo cala todas as vozes da razão para que só fale a voz da autoridade sustentada pelas milícias mercenárias. O fascismo é bem a agonia de uma ordem social que não comporta o exercício de nenhuma liberdade e só pode viver de submissão e aviltamento da personalidade. É natural, pois, que todos os reacionários sejam contra as liberdades e falem da liberdade como um pesadelo de que o mundo se libertou.” (Que significam liberdades democráticas? *A Manhã*, 18.10.1936.) E ainda: “Ao fazer suas invocações ao espírito, ao apresentar-se como defensor das tradições, ao exaltar idéias e preconceitos morais e políticos, o fascismo deseja mitigar, pensará talvez mesmo em eliminar a luta de classes, criando acima das divergências humanas, políticas e sociais, um campo de símbolos em que todos se sintam como que na obrigação suprema de sacrificar-se por eles. Como a interpretação sobre a melhor maneira de ser fiel a esses símbolos é privativa dos que governam, que para impô-la aos demais dispõem até da força, segue-se que os detentores da terra, das máquinas e do capital, com influência decisiva no Estado, não têm senão que regozijar-se com a política dessa filosofia. Ela é apenas uma nova maneira de utilizar para os fins, interesses e afirmação do poder da classe dominante a decantada ‘renascença espiritual’ dos nossos dias.” (Ordem burguesa e ordem socialista. *A Manhã*, 12.7.1935.)

“formalmente a liberdade descontrolada de cátedra”.⁸⁸ Defende a censura, — “fiscalização direta do Estado sobre o cinema, o teatro, a imprensa, o rádio” — falando em “sanear a imprensa”. Garante a “liberdade de cultos”: “O princípio do integralismo em matéria de cooperação religiosa é o do regime de concordata... dentro do ideal cristão da sociedade”. Dentro deste ideal, também, manter-se-ia “o princípio de organização sindical”. Na economia, o “agiotarismo” seria combatido, assim como a “orgia dos trustes, cartéis e monopólios”... bem como os “juros onerosos” e as especulações da Bolsa. A iniciativa privada é reconhecida como “o fator mais fecundo da produção econômica”, mas propõe a nacionalização das estradas de ferro, navegação, minas, fontes de energia e aparelhamento bancário. O sufrágio universal seria substituído pelo voto corporativo, “eficiente” e “digno”. Prega a “centralização política e a descentralização administrativa, de modo que uma pluralidade de meios realize uma unidade de fins”. Conclui, afirmando que “o integralismo não fere a democracia, uma vez que a democracia verdadeira é a que se não escraviza às mentiras do democratismo, que originam as oligarquias prepotentes... O integralismo é pela organização corporativa não meramente econômica, à maneira do fascismo, porém econômico-política exprimindo assim a democracia orgânica”. (*O integralismo perante a Nação*. 3. ed. p. 31-8.)⁸⁹ De 1934 é o artigo A alma de uma Nação, inserido em *Despertemos a Nação!* Neste artigo, Plínio procura mostrar a inutilidade do “manobrismo” e das “jogadas” políticas, dos golpes, dos teorismos e do jurisdicismo como formas de atuação política no Brasil. Pede, ao contrário, campanhas doutrinárias consoantes “as forças profundas da Nação” — “o instinto da raça, o espírito nacional, o sentimento das multidões”. Mostra que a presença da “massa popular” no cenário político do século XX estava a indicar que o caminho para o poder deveria passar por ela: “Os governos fortes não podem sair nem das conspirações nem dos golpes militares, como não podem sair *dos* conchavos de partidos, do jogo maquiavélico das cor-

⁸⁸ Foi ainda Hermes Lima um dos mais destacados defensores da liberdade de cátedra e da universidade leiga, neste período. Dizia ele então: “O reacionarismo clerical acaba, mais uma vez, de investir contra a liberdade de pensamento e de cátedra, a propósito da instalação da Universidade do Distrito Federal... As universidades visam aumentar o saber humano e, portanto, o poder dos homens. Para isto, só há um recurso: permitir que elas trabalhem e pensem livremente... Uma universidade não pode tomar por modelo a Companhia de Jesus.” (Universidade e clericalismo. *A Manhã*, 8.9.1935.) E ainda: “No Brasil de hoje, a Igreja Católica não é mais uma comunhão de almas, mas um partido político. As autoridades eclesíásticas intervêm na política, apóiam candidatos, vetam candidaturas, querem que o Estado enverede pelo caminho das perseguições ideológicas... Precisamos impedir o clericalismo para defender o papel e a dignidade da religião.” (Madariaga e o clericalismo na Espanha. *A Manhã*, 30.8.1935.) Noutro artigo, dizia: “A Igreja faz hoje de Jesus Cristo um capanga do capitalismo, sob o seu disfarce fascista. Mas Cristo deixou uma mensagem profundamente humana e demasiado bela para que dela se faça a muralha de reação contra os anseios de liberdade e justiça, que movem a nossa época.” (Sentimento religioso *versus* Igreja. *A Manhã*, 24.5.1935.)

⁸⁹ Segundo Héglio Trindade, esta última frase, alusiva ao fascismo não existia no original, tendo sido acrescentada por Salgado após 1945. (op. cit. p. 239, nota 106.)

rentes políticas. Eles só podem nascer das próprias faízes da Nação. Eles só podem surgir à luz do dia, no desafoço das campanhas abertas sobre o rebojo das massas populares.” “É por isso”, exclamava, “que o integralismo brasileiro não transaciona, não entra no jogo medíocre dos partidos, não se interessa pelas situações governamentais... nem se dá ao trabalho de criticar a Carta Constitucional votada por uma Assembléia Constituinte, que foi um ajuntamento de alfaiates talhando a roupa para o defunto... O Brasil, para o qual se elaborou uma Constituição, já morreu, de há muito, desde os primeiros tiros de canhão de Copacabana, em 1922. O que existe agora é uma Nação nova, cuja alma estamos começando a despertar.”⁹⁰ O “despertar” desta alma, no entanto, só seria realizado e efetivado “com sacrifício e com dor. Sacrifício de toda a vaidade e de toda a pressa de conquistar o poder... Sacrifício de todas as horas para suportar o cheiro dos cadáveres putrefatos que o liberalismo, o materialismo, o ceticismo, o oligarquismo e a política facciosa deixaram sobre o campo onde ainda ressoam as vozes dos demagogos”. Mas a coragem era também necessária: “A alma de um povo só se desperta com coragem, com fé, com energia... contra os entorpecentes liberais... o cosmopolitismo despersonalizador... o grosseiro oportunismo... o aviltante pragmatismo... os pântanos morais onde se afogam as raças decadentes e se escravizam as nacionalidades.” (D.N. p. 193-8.) De 1934 é ainda o romance *A voz do Oeste*, do qual já reproduzimos alguns trechos, inseridos em partes diversas deste nosso estudo.⁹¹ Faremos agora somente uma referência ao prefácio deste romance, que é apresentado como um “romance-poema da época das bandeiras”. Aqui, Salgado assinala que o Brasil “espera o seu poeta” e indaga: “Quem decifrou o segredo das marchas bandeirantes?... Apelo do Oeste, voz do centro da América do Sul, ensinando ao Brasil o seu papel histórico.” Ele retoma, em 1934,

⁹⁰ Não obstante toda esta crítica de Salgado ao regime constitucional de 1934 e à política de conchavos de nossos partidos, alguns poucos anos depois a Ação Integralista Brasileira seria registrada como partido político com candidato próprio à Presidência da República. Por volta de 1936/1937 encontramos textos de Salgado afirmando a fidelidade de seu movimento ao constitucionalismo então vigente e isto será mesmo, após 1945, invocado como prova do democratismo e das intenções “ordeiras” do integralismo nos anos 30. Da mesma forma, apesar de condenar os conchavos, Salgado participou daqueles que levaram ao golpe de 10 de novembro de 1937, com o qual concordou previamente. (Hélgio Trindade, op. cit. fala em “cumplidade” da AIB na instauração do Estado Novo, p. 186.) Esta nossa observação não tem como objetivo principal colher uma contradição de Plínio e da AIB, mas antes evidenciar uma contradição bem mais ampla, que nos parece ser talvez comum a todos os movimentos políticos, entre o discurso ideológico e a prática política: as situações conjunturais e objetivas “empurram” o discurso ideológico para “reconsiderações” e novas racionalizações, sem as quais, talvez, os referidos movimentos não sobreviveriam.

⁹¹ Entre *A voz do Oeste* e *O esperado*, Plínio publicou também o romance *O cavaleiro da Itararé* (1932), onde, segundo Hélgio Trindade, Salgado “faz a análise crítica das revoluções brasileiras”. Para um resumo deste romance, qualificado como “romance pessimista e sarcástico”, ver Trindade, Hélgio. op. cit. p. 56, 63-4, 72-6.

os termos principais de seu Manifesto do Verdeamarelismo, de 1926, buscando agora pô-lo a serviço do movimento integralista. A evocação das lendas pré-colombianas que conteriam em si o “germe da nossa Pátria”, seria o caminho para a inteligência estética e política brasileira “penetrar o íntimo sentido cósmico” de nosso nacionalismo moderno e do “expansionismo pacífico” a que estava destinado nosso país. A evocação das bandeiras continha um “pensamento de ressurreição espiritual. Alegria criadora. Perpétua mocidade. Força viril. Expansão da raça, em horizontes dilatados. E, principalmente, capacidade de sonhar, que é tudo, como sinal da alma e de energia de um povo”. (V.O. p. 7-10.)⁹² *A quarta humanidade*, cuja primeira parte (uma conferência realizada por Plínio em 1931) já mencionamos anteriormente, é de 1934 também. Na segunda parte do livro, intitulada *No limiar do século XX*, o movimento integralista brasileiro é definido por ele como um “movimento de cultura”, abrangendo “uma revisão geral das filosofias dominantes... das ciências: sociais, econômicas e políticas” e visando “a criação de um pensamento novo, baseado na síntese dos conhecimentos que nos legou, parceladamente, o século passado”. A seguir, procura marcar a diferença entre o integralismo, o nacionalismo francês, o integralismo lusitano, o “racismo alemão e o fascismo”: “O integralismo, pois, no Brasil, é bem diverso do integralismo francês de Charles Maurras, porque ele não passa de um ‘nacionalismo integral’, com a preocupação de restaurar as tradições; diverso é, também, do integralismo lusitano, que transplantou o sentido tradicionalista da corrente gaulesa, com a tendência de reatar o processo social moderno ao espírito medievalista; e diferente é, por outro lado, não só do ‘racismo’ alemão, cuja tese da superioridade étnica exprime um prejuízo de cultura, como, ainda, do ‘fascismo’ italiano, ao qual somente nos ligamos no concernente à nova atitude do Estado, em face da luta social. Trata-se, portanto, de um movimento original, genuinamente brasileiro, com uma própria filosofia, um nítido senso destacado na confusão do mundo contemporâneo.” (Q.H. p. 87-8.)⁹³ Acrescentava: “Aos prejuízos culturais de

⁹² Carl Schmitt diria, a propósito do romantismo político: “Les romantiques s’étaient élançés à la poursuite de la réalité totale et cosmique. Ils n’atteignirent que des projections et des résorptions, des prolongements, des concentrations, des points, des cycles, des ellipses, des arabesques... Ils réussirent à éviter le contact des choses, mais par contre ils manquèrent les choses elles mêmes... Les romantiques ont aimé ces représentations de l’invisible puissance d’un libre subjectivisme... Les romantiques à la recherche de la réalité, voyaient avec joie une puissance irresponsable et fantaisiste disposer des hommes.” (*Le romantisme politique*. p. 90, 91, 92.) Velasco, Domingos. op. cit. diria: “O deus integralista era uma espécie de demônio que somente poderia ser adorado pelos integralistas.” (*Rumos políticos*. p. 71.)

⁹³ Parece-nos evidente, no entanto, que a pretendida originalidade do integralismo face aos demais movimentos de direita deste período histórico, tal qual colocada por Salgado, não corresponde à realidade. Se originalidade houve, foi mínima e inexpressiva: as semelhanças e os vínculos do integralismo com aqueles movimentos avultavam muito mais do que suas possíveis características próprias. O integralismo, realmente, parece-nos ter sido um “estilo” brasileiro no contexto dos movimentos fascistas dos anos 30. Todos os seus componentes básicos, teóricos ou não, eram,

uma civilização capitalista e burguesa, contrapôs-se a superstição e o fanatismo das correntes socialistas. Nos dois campos, a visão dos problemas é unilateral, de sorte que o Velho Mundo (ao qual podemos juntar os

afinal, *comuns* aos fascismos de então, como se depreende desse texto e do conjunto dos textos já citados e dos que o serão, à frente. Não afirmamos que o integralismo tivesse sido uma “cópia” dos fascismos da época: o que nos parece é que, se partirmos de uma perspectiva que considere o sistema capitalista ocidental como um *todo*, o integralismo, à semelhança dos demais fascismos, foi uma “resposta” local e nativa a uma *mesma* série de desafios, de ameaças, de temores e de reação assumidos pelo sistema aludido. Diríamos que os diversos fascismos representariam *variações* em torno de um mesmo vetor ideológico e político. Além das “diferenças”, mencionadas, que Salgado procura levantar entre o integralismo e os demais movimentos de direita e fascistas do período, também deve ser arrolado aqui o texto intitulado Estado totalitário e Estado integral, publicado inicialmente em *Páginas de combate* (1937) e, mais tarde, reproduzido em *Madrugada do espírito* (1946), quando Plínio, como veremos, suprimiu todo um período do texto original de 1937. Neste artigo, a exemplo do que já mencionamos em nossa nota n. 86, Salgado procura distinguir o Estado integral, do Estado totalitário: “Os integralistas querem o Estado totalitário? Não; os integralistas querem o Estado integral. O Estado totalitário não é a mesma coisa que o Estado integral? Não. O Estado totalitário tem uma finalidade em si próprio; absorve todas as expressões nacionais e sociais, econômicas, culturais e religiosas; subordina a ‘pessoa humana’ e os grupos naturais ao seu império. O Estado integral, ao contrário, não tem uma finalidade em si próprio; não absorve as expressões nacionais e sociais, econômicas, culturais e religiosas; não subordina a ‘pessoa humana’ e os grupos naturais ao seu império; o que ele objetiva, é a harmonia entre todas essas expressões, a intangibilidade da ‘pessoa humana.’” (*Madrugada do espírito*. p. 171.) Prossegue: “Os integralistas são lógicos, tendo uma concepção totalitária do mundo e uma concepção não totalitária do Estado... O Estado tem de ser considerado como uma ‘parte’ do conjunto. Se adotarmos o Estado totalitário e não (o Estado integral) é que ficamos em contradição, fazendo uma ‘parte’ absorver as outras partes... Nós, integralistas, consideramos a autoridade do Estado como uma força mantenedora do equilíbrio, de harmonia, dentro das quais gravitarão interdependentes e sem choques, os grupos naturais e a personalidade humana... A missão do Estado integral é manter equilíbrios, sustentar as harmonias sociais... O Estado totalitário seria o Estado arbitrário. O Estado integral é o Estado de direito, o Estado mediador, o Estado ético, conforme um princípio espiritualista e cristão... O Estado integral... é o único Estado forte, justamente porque não é arbitrário, nem absorvente, nem anulador de legítimas liberdades... Como consegue o Estado integral ser forte? Criando a consciência das ‘diferenciações’ dos grupos humanos e das expressões sociais que passam a gravitar harmoniosamente no sentido do bem comum... Princípios imutáveis fixam os limites da ação de cada pessoa e de cada grupo... O integralismo brasileiro... é a própria doutrina da ordem no que ela tem de mais profundo... O Estado integral quer restaurar a democracia que já não existe no Brasil. Não é um destruidor do regime, mas o criador de novos órgãos capazes de revitalizar um regime morto.” (*Madrugada do espírito*. p. 172-79.) A parte do texto original (1937), suprimido por Plínio após 1945, dizia o seguinte: “O que há de comum entre o fascismo e o integralismo é a exaltação nacionalista e o sentido de harmonia social. O fascismo marcha para o integralismo... O fascismo não é, pois, um extremismo, é uma reação nacional e uma revolução idealista.” (*Páginas de combate*. p. 179.) Percebemos então duas coisas: a) que Salgado procura aproximar sua concepção de Estado integral do conceito católico de Estado (Estado ético-corporativo); toma-se aí como certo (o que nunca foi historicamente comprovado nos tempos modernos, dada a inexistência de um Estado cristão como tal), que a “pessoa humana” e as “legítimas liberdades” seriam “respeitadas”, ao contrário do Estado totalitário que seria, presumivelmente “arbitrário”; b) que o fascismo italiano *não* era um *extremismo* e, portanto, não “arbitrário” ou totalitário. Ambas

Estados Unidos da América do Norte), tem hoje uma vista vasada... Falta, pois, ao Velho Mundo, o senso das perspectivas exatas, o equilíbrio visual, o sentido das proporções." Revela que a AIB estava criando aqui uma "elite cultural": "A formação das elites dirigentes é o escopo da

as coisas nos evidenciam a fragilidade da concepção integralista de Estado e a sua equivalência, *na prática*, ao Estado fascista. Mussolini, além de declarar expressamente que o Estado fascista era católico ("...L'État fasciste... il est catholique..." op. cit. p. 62, nota 12), também o definia como "la forme la plus pure de la démocratie" e como uma "démocratie organisée, centralisée, autoritaire". (*La doctrine du fascisme*. p. 17, 36.) Também ele afirmava que o Estado fascista era expressão da individualidade e do homem "verdadeiros": "le fascisme réaffirme l'État comme la véritable réalité de l'individu. Et, si la liberté doit être l'attribut de l'homme réel, et non du fantôme abstrait auquel pensait le libéralisme individualiste, le fascisme est pour la liberté... L'individu dans l'État fasciste n'est pas annulé, mais bien plutôt multiplié... L'État fasciste organise la nation, mais il laisse cependant aux individus une marge suffisante... il a limité les libertés inutiles ou nuisibles, mais il a conservé les libertés essentielles... Dans notre État, la liberté ne manque pas à l'individu. Il la possède plus que l'homme isolé: puisque l'État le protège". (op. cit. p. 15, 45-6, 63.) Também Hitler dizia: "O grande princípio que nunca deveremos perder de vista é que o Estado é um meio e não um fim. O Estado é um meio para um fim. Sua finalidade consiste na conservação e no progresso de uma coletividade sob o ponto de vista físico e espiritual... Como o Estado em si é, para nós, unicamente, uma forma e que o essencial é o seu conteúdo, isto é, o povo, é claro que, aos interesses soberanos deste, tudo terá de subordinar-se." (*Minha luta*. p. 246-7, 359.) É de se observar aqui que o "intérprete" do povo era, no caso, o Führer. E não encontramos alusão de Hitler ao Estado nacional-socialista como um Estado "arbitrário". Voltemos à consideração das relações do integralismo com os fascismos. Levantamos os seguintes elementos comuns entre eles: anticomunismo, anti-socialismo, antianarquismo, antiliberalismo (aí compreendidos a condenação e o repúdio a todas as instituições e valores democrático-liberais); a afirmação de uma doutrina da ordem, de disciplina e da autoridade (o Estado "forte" intervencionista e mediador) como condição fundamental para a superação da crise do Estado liberal "decadente"; a substituição do liberalismo econômico pelo corporativismo (os princípios da ordem, disciplina, hierarquia e autoridade transportados para a esfera econômica, com vistas, sobretudo, à composição harmônica das classes sociais); a afirmação de uma filosofia intuicionista, maniqueísta e naturalista (religiosa ou não), em substituição ao racionalismo científico liberal e/ou socialista; a afirmação de um nacionalismo de fundo étnico e racial — latino, no fascismo italiano e no maurrassismo francês; ariano, no nacional-socialismo alemão; tupi, no integralismo brasileiro); afirmação de uma cultura *cívica*, embasada em valores épicos ("coragem", "fé" e "energia virilizantes") e éticos (espiritualistas e morais) em substituição à cultura agnóstica, cética, pragmática, utilitária e "grosseiramente" oportunista do materialismo burguês e do socialismo "decadentes"; apelo a um tradicionalismo que se queria "moderno" e "revolucionário", onde a tradição e o passado histórico são tidos como *forças nacionais*, como expressões "naturais" e "verdadeiras" do povo e da comunidade étnica, sendo então esta tradição utilizada como fator dinâmico e orientador para uma revolução "moderna" (aqui, o liberalismo e o socialismo são tidos como símbolos de um passado "anacrônico"; ambos são considerados, por seu cosmopolitismo, como "desnacionalizadores"); substituição de uma cultura materialista, determinista e epicurista por uma cultura espiritualista, romântica, idealista e antiintelectualista, com afirmação do indivíduo, do gênio, da força física e do livre-arbítrio (e conseqüente afirmação da juventude como uma permanente força em potencial, dada a sua disponibilidade; a juventude é sempre colocada em antagonismo "construtivo" face ao conservadorismo "estreito" e "medíocre" das gerações liberais e socialistas mais velhas); ação política inicialmente voltada para a mobilização das massas populares e dos setores marginalizados das classes médias: enquanto as elites "estabelecidas" se estruturam em torno dos partidos

primeira fase desta campanha... devemos ir formando a nova consciência das massas populares... A mobilização de pensadores, estudiosos, intelectuais, é condição fundamental do êxito desta campanha. São eles que devem transmitir ao povo o conceito sereno da verdade.” (Q.H. p. 88-90.)⁹⁴

políticos tradicionais, os fascismos recorrem sobretudo a organizações paramilitares; afirmação de uma política econômica reformista, visando não abolir o capitalismo e a propriedade privada dos meios de produção, mas sim “regulamentá-los”, “saneá-los”, corrigindo-lhes os abusos e excessos. Como se percebe, não nos parece possível excluir o nosso integralismo deste contexto comum aos fascismos dos anos 30. Domingos Velasco, um político católico militante que testemunhou o surgimento do integralismo entre nós, depõe: “Ao surgir, em 1932, o integralismo no Brasil, aqueles que se dedicam ao estudo dessas questões, sentiram, desde logo, que o movimento era fascista, tipicamente fascista, com todas as características fascistas. Não lhe faltou nem mesmo o cacete de afirmar que era um *movimento brasileiro*, adequado às necessidades de nossa Pátria, sem ligações internacionais. Na Espanha se disse a mesma coisa. Em Portugal, também. Em toda a parte do mundo, o fascismo se dizia adequado às *realidades nacionais*... Diante do fato novo, que era o fascismo no Brasil, tomei posição contra ele, por me parecer que, embora a Igreja não tenha nenhum regime político a propor aos povos, o integralismo contrariava princípios fundamentais do cristianismo... E fui preso como comunista, pela reação fascista-integralista... as razões pelas quais, como cristão e católico, discordava do integralismo são pontos pacíficos da doutrina cristã... O integralismo, ressalvada a sinceridade de sua maioria, foi um *bluff* passado à consciência cristã do povo brasileiro.” (*Rumos políticos*. p. 66, 69, 74, 77.) Também Levine assinala: “Salgado borrowed Hitlerian trappings for his party and claimed to have been influenced by Charles Maurras, Gil Robles, Oliveira Salazar, Haya de la Torre, and a host of others...”; “...he (Plínio) used his daily column as a sounding board for his newly confirmed fascist ideology”; “As integralist national Chief, Plínio Salgado created an indigenous fascist movement within Brazilian political life. He permitted diversity within his AIB: the faction headed by Miguel Reale and others looked toward Italy and Portugal and advocated less violent solutions than the pronazi wing led by Barroso”; “The AIB is best viewed as an authoritarian, hierarchical movement borrowing from foreign fascist sources but rooted deeply in Brazilian nationalism and culture as well. Doctrinally, Salgado copied from the Latin fascist countries — Portugal, Italy and Franco’s Spain. From the German Reich, the Brazilian national chief took his movement’s love of ritual and its preoccupation with anti-semitism.” (op. cit. p. 81, 88, 97-8.) Para uma opinião em contrário, na época, ver Virgínio Santa Rosa, que, em texto datado de 1936, simpático e laudatório do integralismo, negava que este fosse “uma imitação ridícula do fascismo”. Para Santa Rosa, o integralismo incluía-se no campo comum do “fenômeno contra-revolucionário” do século XX, juntamente com o fascismo, o nazismo e o salazarismo — e este seria o único “traço comum” entre eles: o antimaterialismo e o neo-espiritualismo. Não era lícito, assim, falar-se em “cópia servil de um para outro já que não se utiliza esse argumento para as diversas modalidades de governo democrático...” Rosa achava que o repúdio de Salgado à violência e o seu proclamado respeito, “em nome dos princípios cristãos”, à “personalidade humana” eram suficientes para marcar a originalidade do integralismo em relação ao fascismo e ao nazismo. Dizia: “O integralismo avançou muitos passos sobre o fascismo e o hitlerismo e esboçou o grande quadro da Idade Nova.” (Plínio Salgado. ob. col. cit. p. 86-92.)

⁹⁴ Oliveira Vianna, anteriormente, dissera: “O nosso grande problema... não é acabar com as oligarquias: é transformá-las — fazendo-as passarem da sua atual condição de oligarquias brancas para uma nova condição de oligarquias esclarecidas.” (*Instituições políticas brasileiras*. v. 2, p. 205.) Amoroso Lima, por sua vez pretendia

A verdade é definida em termos metafísicos: “A *verdade* está no *absoluto* das coisas e nós a atingiremos, pela concepção integral do universo... O nosso pensamento tem o sentido expressivo deste século, cujo espírito os pensadores da Europa ainda não aprenderam. Esse espírito é de *síntese*... O integralismo brasileiro, portanto, não vem condenar e proscriver, de um modo absoluto, as filosofias do século passado; vem ampliar-lhes o ângulo de visão... vem restaurar o prestígio da concepção aristotélica... não se trata de destruir completamente o século passado, mas de inaugurar um novo sentido... Trata-se, principalmente, de uma questão de nova perspectiva.” E Henri de Man é citado, em apoio. (Q.H. p. 88-98, os grifos são dele.) Ao contrário, a filosofia burguesa dominante seria sobretudo estoíca: “O estoicismo é a filosofia dos povos em decadência... É a indiferença, a passividade, a incapacidade de reação. E esse é o espírito que domina o Estado burguês... É o ceticismo anatoliano, flor esquisita do agnosticismo burguês e do *laissez-faire, laissez-passer* do liberalismo democrático... A religião da humanidade de Comte, ou a filosofia do pragmatismo americano não passam de superstições, destinadas a substituir o elemento espiritual abandonado.” Plínio assinala as diferenças entre o marxismo e o integralismo: “A diferença entre o marxismo e o integralismo está, aliás, evidente neste: o marxismo aceita a premissa burguesa, nós integralistas nos rebelamos contra ela. O marxismo verifica uma situação, subordina-se a ela, e prossegue. Nós verificamos essa situação, reagimos contra ela, primeiro pelo pensamento e finalmente pela ação. O marxismo é uma filosofia de escravos. O integralismo é uma filosofia de homens livres. A visão estreita da burguesia capitalista é a mesma do marxismo... Era preciso que aparecesse Marx, para mostrar as conseqüências de uma civilização materialista. Marx, por certo, é o próprio intérprete da burguesia, falando uma linguagem estranha, que a sociedade materialista, em pavor, não reconhece. E a voz de Marx é a sua própria voz!... Para sermos anticapitalistas, precisamos ser anticomunistas.” O integralismo, para ele, como que “dava de ombros” ao capitalismo (Q.H. p. 105-115)⁹⁵ e os integralistas seriam “os primeiros homens

“cristianizar” a burguesia, como forma de sua “salvação”. (Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro, 1914-18/1939-45, IV — Alceu Amoroso Lima. RCP, n. 4, 1974.)

⁹⁵ Salgado, a exemplo aqui de Alceu Amoroso Lima (doutrina social da Igreja Católica), incorria na ilusão tipicamente pequeno-burguesa de que “desdenhando” ou “chamando a atenção” do capitalismo o estava “combatendo”. Repudiando, ao nível do discurso ideológico, o capitalismo, deixava na realidade, em seu programa político e econômico, intatas todas as instituições básicas capitalistas, tais como a propriedade privada dos meios de produção, a livre iniciativa individual no terreno econômico, o respeito aos contratos, a mesma hierarquia de classes sociais, etc. Diria: “Não nos colocamos no ponto de vista nem da burguesia, nem do proletariado. Não estamos nem com os nacionalistas cegos... nem com os internacionalistas utópicos... Não rompemos ofensiva contra a burguesia, mas contra o espírito do século do qual ela é um produto concreto; não contrariamos as justas aspirações do proletariado, mas queremos arrancar o proletariado da concepção unilateral da vida em que o

novos do século XX”: “Somos mais avançados do que o fascismo, no qual, diga-se de passagem, temos muito que observar e aproveitar; deixamos atrás, com uma distância de 50 anos, o socialismo marxista, o sindicalismo revolucionário, como perdemos de vista, na curva de 100 anos, a liberal-democracia, filha da filosofia materialista e irmã gêmea do comunismo... Todas essas concepções foram parciais, obedeceram ao sentido de análise do século XIX; mas, nós vivemos o século da unidade, o século integral... Apreendendo o desenvolvimento da sociedade, segundo os dois fatores; do ‘movimento das forças materiais’ e da ‘interferência da força da idéia’, apreciando aquela do ponto de vista determinista, e tomando esta na expressão do livre-arbítrio, nós proclamamos a existência e continuidade de uma dinâmica social, cuja origem mais remota encontramos no sentimento da moral e da justiça, com fundamento espiritual.” O integralismo, idealista e metafísico, admitia, como vemos, a “interferência da idéia como manifestação do espírito” no “fatalismo cego” das

lançaram, para explorá-lo... Negamos a lição de Marx, quando diz que a revolução do operário deve ser feita por ele próprio... para nós só existe uma revolução: a revolução do século XX contra os preconceitos do século XIX.” (P.N.T.N. p. 77-8, o grifo é nosso.) Ele se diria contrário ao “sentido capitalista da civilização burguesa e liberal, pois o capitalismo atenta contra o princípio da propriedade, absorvendo, dia a dia, as posses dos pequenos, prosseguindo na sua obra marxista de proletarização das classes médias, sufocando as pequenas iniciativas com juros onerosos e escravizando as nacionalidades através de operações financeiras leoninas”. (Q.H. p. 119.) Salgado, como se vê, parecia acreditar ser possível “corrigir” o “sentido capitalista da civilização burguesa”, quando, na verdade, este “sentido” parece ser da própria essência e condição histórica desta civilização. Julgava também que a “proletarização das classes médias” era “obra marxista” do capitalismo, quando na verdade é um mecanismo intrínseco do modo de produção capitalista como tal. Por fim, a defesa da pequena propriedade e das “pequenas iniciativas”, aí está para caracterizar seu discurso ideológico pequeno-burguês. Mussolini também buscara, com o fascismo, resolver “les contradictions dramatiques du capitalisme”. (op. cit. p. 43.) Hitler, da mesma forma, assinalara que o nacional-socialismo alemão reconhecia e acatava a propriedade privada e a iniciativa particular, desde que com “fins sociais”, mas afirmava que não fora pelos capitalistas alemães que ele empreendera sua luta, e sim pelo trabalhador alemão, qualificando-se, ele próprio, como um filho do povo. (*The speeches of Adolf Hitler*. cit. p. 258-9, 830.) Diria: “I have won the German workingman for the German Reich.” (op. cit. p. 864.) Alegava Hitler que, na ordem econômica, o nacional-socialismo era conservador e reformista (defendendo um equilíbrio entre a grande, a média e a pequena propriedade), enquanto era revolucionário na ordem política e ideológica. (op. cit. p. 685.) Hitler denunciava também o capitalismo financeiro internacional. No plano interno, pregava a defesa da herança, a qual seria regulamentada para impedir a subdivisão da propriedade rural e condenava a exploração das animosidades entre cidade e campo. Enfatizava a necessidade de uma política econômica e financeira de apoio ao agricultor: “We wish further to build up this people, first of all with the German peasant as its foundation... He is the essential pillar on which all political life must rest.” (Discurso em 10.2.1933. op. cit. p. 829.) Pleiteava um “desenvolvimento econômico orgânico”. (op. cit. p. 837.) Sua política de combate ao desemprego, afirmava, baseava-se em duas medidas principais: a) o estímulo à indústria privada de construções, pelo bom índice de ofertas de empregos; e b) uma política, dirigida pelo setor público, de obras públicas, tais como construção de estradas, etc. (op. cit. p. 837-44, 871.) Privilegiava, da mesma forma, a indústria automobilística: “The reason I admire Ford is... because he produces for

forças econômicas, para corrigir o desequilíbrio destas forças, entregues a si próprias. Essa interferência do “espírito” é o que Plínio denomina de revolução, “a qual tem um caráter ético, um fundo moral, um cunho espiritual”. (Q.H. p. 110-14.) O Estado, que seria para ele o “interferente modificador”, se proporia sob o integralismo: “A subordinação das forças econômicas e sociais da nacionalidade ao Estado, a transposição da luta social, do embate econômico para o âmbito estatal, o estabelecimento de normas plásticas, de leis flexíveis (como já preconizava Alberto Torres), a adaptação do pensamento filosófico e do conceito jurídico às realidades e transformações do organismo nacional, eis o escopo integralista... Nós concebemos a revolução como um direito do Estado. E aos socialistas, que tudo querem socializar, diremos que a primeira coisa que o integralismo pretende, não socializar, mas estatizar, é a dinâmica revolucionária... Só o Estado tem o direito de agir para manter o equilíbrio social... Mas o Estado, para os integralistas, não é o fetiche atarrador do socialismo absorvente. Ele não destrói o indivíduo e as suas projeções morais: a família, a propriedade, a Pátria, a religião... O Estado integral defende, violentamente a idéia de Pátria.” Recorre aqui ao termo “Estado

the masses. That little car of his has done more than anything else to destroy class differences. You may envy the man who owns a better machine than yours, but you don't hate him...” (op. cit. p. 867, 906-7.) Após assumir o poder, declarava: “Business can now once more make long-term plans.” (op. cit. p. 870.) A livre-concorrência é enaltecida, desde que controlada por um Estado imparcial, acima das classes sociais: “This freedom in economic life is as natural as is conflict in the world of nature — a conflict which also is waged ruthlessly and destroys many a living creature so that only the healthy survives. If through ‘socialization’ one should destroy this principle... we should suffer a lamentable shipwreck.” (op. cit. p. 897.) Definia-se favorável ao planejamento, chamando a atenção para os riscos e perigos da burocratização e estagnação dele decorrentes; declarava-se forçado ao planejamento, dada a crise econômica existente. (op. cit. p. 910-11.) Recusava-se, de uma forma geral, a aceitar teorias e doutrinas na área econômica; sustentava que tudo aí se resumia no aumento da produção: “Every increase in production benefits the whole people and not only the wealthy few.” (op. cit. p. 928.) Se defendia para o Estado uma função intervencionista e regulamentadora, negava-lhe, contudo, assumir diretamente funções empresariais: “But the new State will not and does not wish to assume the role of entrepreneur. It will regulate the working strenght of the nation only in so far as such regulation is necessary for the common good... Under no circumstances will the State attempt to bureaucratize economic life... The National Socialist State repudiates the right of economic coercion.” (op. cit. p. 928, 938.) Plínio Salgado concluía: “A família é a defesa moral do homem... Conseqüentemente, sustentamos o princípio da propriedade. Porque ela é a garantia da família, a defesa material do indivíduo... A propriedade é a esperança do trabalhador... Sustentamos os princípios da família e da propriedade, na defesa do operário, do pequeno artífice, do lavrador ou comerciante, na defesa das classes médias e liberais.” (Q.H. p. 119.) Abendronth e Lenk, por sua vez, assinalam: “En el estado fascista se conservaron todos los elementos esenciales de la ordenación económica capitalista existente, como la propiedad privada, la libertad empresarial, el carácter obligatorio de los contratos, el derecho del patrón a controlar a los obreros, los derechos de autor y de patente... La limitación de la *praxis* decisionista nacional-socialista en la esfera de la economía, constituye una importante característica del sistema de dominación fascista, dado que en ella queda claramente de manifiesto el acuerdo de colaboración entre los nuevos gobernantes y los jerifaltes del capitalismo.” (*Introducción a la ciencia política*. cit. p. 138.)

Novo” para definir o Estado integralista. (Q.H. 116-9.)⁹⁶ As constituições são por ele qualificadas como “reumatismo do Estado”: “O liberalismo algemou o Estado democrático com a pesada cadeia das constituições e das fórmulas jurídicas estáticas... o Estado liberal sofria de um constitucionalismo reumático, que o impedia de caminhar acompanhando a marcha do mundo... Tinha ficado fora da ação do Estado o fenômeno econômico, o desenvolvimento dos grupos sociais... A guerra entre os homens está declarada nas barbas do Estado impotente e ridículo da democracia liberal. O capital e o trabalho, na sua luta desenfreada e egoística, não conhecem autoridade... Toda a legislação do Estado liberalista em relação às questões sociais não passa de cafiaspirina para as dores de cabeça das nações.” Para Salgado, as medidas altruísticas e filantrópicas (montepios, caixas de pensão, hospitais, etc.) não passavam de “ridículas atitudes do Estado” “mascarando” a “opressão dos trabalhadores”. A sindicalização levada a cabo por nosso Governo, uma vez que se fazia sob critério meramente econômico, era, por isso mesmo, inadequada: “É que o Estado liberal esqueceu-se de que o sindicato tem, não só um caráter econômico, mas um caráter ético e uma função política.” (Q.H. p. 121-7.) Noutro livro deste mesmo ano, Salgado, ao se referir ao operariado cearense, diria que este fora organizado “altivo e livre dos funcionários comunistas do Ministério do Trabalho”. (C.C.V. p. 114.) Também na ordem internacional ele constatava a “fraqueza e insuficiência do Estado liberal-democrático”, afirmando que “os banqueiros é que governam o mundo”, que a crise principal era a “falta de ordem” e elogiando Salazar e Roosevelt (este último procuraria “impor uma ditadura econômico-financeira”), o “Estado forte”, enfim: “O Estado forte é a transição para o Estado integral. Um dia, a Europa virá aprender com o Brasil.” Finalmente, Plínio qualifica Farias Brito como o profeta do integralismo brasileiro e afirma que os “camisas-verdes” eram os “batedores dos tempos novos, anunciadores da próxima alvorada humana”. (Q.H. p. 128-31.) O último ensaio do livro é *A resposta da Atlântida: face à Europa decadente*, “o sonho da Atlântida se desloca para uma visão do futuro, e a América do Sul ganha uma importância jamais atingida”. Para europeus e norte-americanos nada mais seríamos do que “um comensal incômodo, um intruso no convívio das grandes nações... Só uma espécie de gente nos conhecia na Europa: os banqueiros”. Fustiga nossa intelectualidade “oficial”, qualificando-a de “chusma”, “lacaio”, “capachos”, “sovados serviçais das democracias imperialistas manobradas por ocultas forças escravizadoras”. Mas justamente este “isolamento da América do Sul... durante os 100 anos últimos”, tornara possível a nós, “caboclos do Brasil... desenvolver-nos à vontade”: “Um espírito novo nasceu na América do Sul. Nasceu no Brasil. O espírito do sertão está invadindo as cidades... A América do Sul vai erguer-se, pelo milagre do Brasil. O Brasil caboclo, o Brasil forte,

⁹⁶ Como se vê, o Estado (certamente “animado” pelos intelectuais), e não as massas populares ou quaisquer outros estamentos sociais, era o sujeito e o agente da revolução, para Salgado.

o Brasil do sertão, o Brasil bárbaro e honesto, num ímpeto selvagem, vestiu uma farda cor das matas e desfraldou uma bandeira da cor do céu... É o despertar de uma nação. É um destino que se cumpre. É a resposta da Atlântida.” (Q.H. p. 178-83.) Ao final do livro, pelo índice onomástico, constatamos que o autor mais citado por Plínio foi Marx (22 citações), seguindo-se depois Hegel (12 citações), Nietzsche (7 citações), Kant e Keyserling (6 citações), Alberto Torres (5 citações), Comte (5 citações), Farias Brito, Euclides da Cunha, Graça Aranha e Sorel (5 e 4 citações) e Rui Barbosa (4 citações). O livro *Cartas aos camisas-verdes*, uma coletânea de discursos, é de 1935. Aqui, Salgado aborda o problema do maquiavelismo político. Afirmando que por sua voz falava “o sonho de uma nação” e que “o Brasil está irrecorrivelmente em minhas mãos”, fustiga as “revoluções sem programa”, os “partidos sem idéias”, as “conspirações”, o “desrespeito à autoridade, o despistamento, a hipocrisia, o malabarismo político, a indefinição... de todos os despeitados... oportunistas, de todos os perturbadores da ordem”. Revela-nos que, apesar de aconselhado, recusa-se a aceitar os métodos de transação e de compromisso político para atingir o poder, mencionando, expressamente, seu repúdio às “regras de Maquiavel”: “...um governo de mãos sujas não terá nunca força moral e... um governo, sem a base de uma consciência formada na massa, é um governo sem estabilidade”. O maquiavelismo, dizia ele, poderia servir para “vencer em política”, mas “não é com esses processos que se desperta a alma de uma nação, que se educa um povo para ser alguma coisa no mundo, ou se lançam os alicerces de uma obra duradoura”.⁹⁷ Condena a “enfermidade nacional”, ou seja, a “adoração dos homens, dos manipanços, dos budas, dos tabus, dos medalhões, dos caudilhos, dos chefes de clã”. Já o integralismo, este, possuiria “uma coisa superior: uma idéia”, “um pensamento político”, seria um verdadeiro “estado de consciência... uma nova expressão da vida brasileira”. Mais uma vez procura distinguir o integralismo do nazismo e do fascismo: “Tenho dito e repito que o nosso movimento não se confunde com o hitlerismo e o fascismo... É justamente porque o nosso movimento difere do italiano e do alemão, que devemos libertar-nos, definitivamente, da adoração dos homens, que é ainda um remanescente de uma época morta... A idolatria da massa, na Rússia, como a idolatria do homem, na Alemanha ou na Itália, como a idolatria do voto, nas liberais-democracias, são todos resíduos de um século morto.” Para ele, o integralismo “é muito maior, é muito mais profundo do que ambos” — nazismo e fascismo: “Estamos criando uma nação, onde apenas existiu um país. Estamos criando uma cultura, onde somente existia uma erudição. Estamos despertando a alma de um povo. Estamos realizando uma revolução, não apenas nos domínios intelectuais, sociais e políticos, porém nos secretos miste-

⁹⁷ Hitler dissera: “Enquanto o programa de um novo partido político consiste apenas em uma receita para o triunfo nas eleições, o programa de uma nova doutrina deve se traduzir na fórmula de uma declaração de guerra contra uma ordem de coisas existentes, em uma palavra, contra as atuais maneiras de compreender o mundo.” (*Minha luta*. cit. p. 283.)

rios domínios do espírito... Nós somos os primeiros homens do século XX... O chefe não é uma pessoa: é uma idéia.” (C.C.V. p. 5-20.)⁹⁸ Logo à frente revela, num discurso de 1934, que ao assistir, em 1930, o “espetáculo deslumbrador” de um desfile de *ballilas* em Nápoles, exclamara para si mesmo: “Meu Brasil! Por que também não se levantava?” Quatro anos depois, numa parada integralista, dizia evocar, sob a lembrança napolitana: “Sim: Deus está despertando o meu povo. O Brasil não há de ser a eterna ‘republicueta’. Não havemos de viver perpetuamente a tremer de medo da Inglaterra e dos Estados Unidos. Uma Pátria se constrói assim. Com otimismo, com energia, com alegria, com mocidade.” À esta época parece, de modo inequívoco, projetar uma “marcha sobre Roma” no Brasil: “Um dia, assim mesmo, ó ‘camisas-verdes’ da Pátria, deveis viajar em todas as estradas de ferro do Brasil, num mesmo dia e numa mesma hora. Não vos precipiteis. Formai a cultura de vossas elites dirigentes pelo estudo e organizai vosso exército dentro da rigorosa disciplina. Fazei a revolução interior. Que morra em cada um de nós o homem de ontem. Matemos o dia de ontem, no que ele tem de tirânico e opressor.” (C.C.V. p. 37-8.)⁹⁹ Num outro discurso, indaga: “Se Euclides da Cunha vivesse,

⁹⁸ Em adição à nota n.º 27 deste nosso trabalho, assinalamos que também neste livro Salgado menciona que, por sua voz, falava “o sonho de uma nação” e logo à frente, transcrevendo trecho da carta de um sertanejo fluminense semi-analfabeto de apoio ao “Chefe”, ele conclui: “Tu me revelas a força que tenho no meu pulso, e com a qual construirei a Grande Pátria.” (C.C.V. p. 147.) Alude aqui aos “sinais de alvorada do grande sol que, sob o comando de minha voz, nasceu para iluminar uma nova era no Brasil”. (C.C.V. p. 184.) São manifestações inequívocas, ao que nos parece, do messianismo integralista. Num discurso de 1937, Salgado exaltarà o papel e a missão do chefe na AIB em termos de “autoridade suprema do Partido... na afirmação de sua mística”. Sustenta que a comunhão mística do chefe com o movimento e com suas bases é processo “genuinamente democrático”, pois a autoridade do chefe é “forte, porque não surge de conchavos; é reta, porque não precisa de dispender esforços para sustentar-se; é sem contrastes, porque não proveio da escolha de chefes e, sim, da determinação da coletividade” (integralista). (*O integralismo perante a nação*. cit. p. 88-9.) Mas, de toda maneira, Salgado não aceitava seu messianismo. No livro que comentamos, à frente, constata que as “grandes massas dos ‘camisas-verdes’ o contemplavam como um ser estranho e super-humano... fascinadas e presas do misterioso magnetismo que os atrai a mim... um arcanjo”. Assinala, porém: “Desde o primeiro dia o chefe combate o ‘messianismo’, a idolatria, a desumanização a que o querem submeter as massas integralistas fascinadas.” (C.C.V. p. 187-8.) Exclama, patético: “Ó ‘camisas-verdes’ mortos! Velai pela nossa Revolução, para que ela não degenera na paranóia religiosa do chefe. Para que ela não pare no misticismo, no messianismo em torno de um super-homem, de um semideus.” (C.C.V. p. 195.) Já Virgínio Santa Rosa nega que Plínio fosse “um candidato a Duce botocudo”, vendo-o mais com os “seus modos de Jeca-Tatú — com algo de chaplinesco”. (*Plínio Salgado*. obra col. cit. p. 86.)

⁹⁹ A formação e atuação das milícias integralistas (“...organizai vosso exército dentro de rigorosa disciplina”), sugere o estudo das relações da Ação Integralista Brasileira com as nossas Forças Armadas. Em seu livro *O integralismo perante a Nação*, Salgado faz publicar um ofício do Ministro da Guerra (General Góis Monteiro) aprovando o uniforme da AIB (22.6.1934) e, no mesmo livro, mais à frente, em documento datado de 1938, revela-nos que “a influência do integralismo na sociedade brasileira e nas Forças Armadas, atingira amplísimas áreas”. (op. cit.

seria integralista? Essa idéia me perturba... Quase tenho a certeza de que ele, Alberto Torres, Farias Brito e Olavo Bilac seriam integralistas... Euclides não me saía do pensamento... Não há dúvida. Euclides é integralista." (C.C.V. p. 40-1.) É interessante assinalar aqui que, mais tarde, em 1945, numa fase em que, como veremos à frente, Plínio procura se situar numa perspectiva democrático-cristã, ele irá reavaliar, de certa forma, seu juízo sobre Euclides da Cunha. Comentando então o prefácio de Euclides ao livro *Poemas e canções*, de Vicente Carvalho, Salgado nos apresenta um Euclides evolucionista, materialista, cientificista, positivista e nietzschiano, procurando então contrapor a este Euclides a poesia de Augusto dos Anjos, que Plínio agora exalta e elogia, afirmando que este poeta "não encontrava no ideal científico nada que lhe substituísse a alegria perdida com o desfalecimento de sua crença religiosa". (C.C.D. p. 154-5.) Noutro discurso, assinala "que o integralismo é uma revolução do proletariado, dos estudantes, dos humildes, dos jovens em espírito... O nosso combate ao comunismo é justamente por ser ele ateu como os burgueses;

p. 49, 116.) Ainda no mesmo livro cita uma declaração do então Ministro da Guerra, o qual reconhecia que a AIB "é um partido brasileiro... e seu esforço de expansão deve ser respeitado". (op. cit. p. 76.) À frente, Salgado diz confiar no Exército e na Marinha como repositórios históricos de nossa unidade nacional (op. cit. p. 93) e revela que o General Eurico Dutra, já agora Ministro da Guerra, "elogiava os oficiais integralistas". (op. cit. p. 120.) Por ocasião do golpe de 10 de novembro de 1937, Salgado invoca um pacto dele com o General Newton Cavalcanti, então na Vila Militar. (op. cit. p. 121.) No livro *O integralismo na vida brasileira*, ele nos revela que a influência integralista se fizera sentir "nas classes armadas, inscrevendo-se em nossas fileiras centenas de oficiais de terra e mar. Para evitar que o convívio político daquela seção do integralismo que constituía um partido, desgostasse as altas autoridades do Exército e da Marinha, fundamos, separado de todas as atividades partidárias, o Centro Caxias, de caráter puramente cívico e cultural, que mereceu sobretudo do Sr. Ministro da Marinha, Almirante Guilhem, assim como de ilustres generais, palavras de estímulo e de apreço... O Centro Caxias dava assistência educacional a inferiores e praças, mantendo cursos secundários e primários e, principalmente, criava um sentido superior de mística nacional, um clima onde o comunismo jamais poderia medrar". (op. cit. p. 247.) Em *Cartas aos camisas-verdes* alude à "grande penetração também do comunismo entre as praças, alguns oficiais e suboficiais do Exército". (op. cit. p. 122-3.) Relata-nos que, em Curitiba, ele fora saudado pela banda da Força Pública e do 9.º Regimento do Exército, os quais tocaram o Hino Integralista (op. cit. p. 77-8); que em Ponta Grossa foi saudado por uma banda do 13.º RI, tendo aí discursado no quartel do 11.º RI onde, segundo seus dizeres, o integralismo e o Exército se "confraternizaram" e "toda a oficialidade do 9.º Regimento" teria comparecido ao seu bota-fora. (op. cit. p. 83-4.) À frente, assinala a propaganda integralista no Exército e afirma que "hoje é muito grande o número de oficiais tanto do Exército como da Marinha e das polícias que se fortaleceram na doutrina sagrada... da sustentação das idéias de Deus, da Pátria e da família". Conclui então "que o Brasil de hoje só encontra uma salvação e essa está na milícia integralista". (op. cit. p. 122.) Lamenta que o Ministro da Guerra tenha punido um oficial do Exército porque esse teria vestido uma camisa verde. (op. cit. p. 179.) Em *Palavra nova dos tempos novos* (1936) revela que a AIB abrigava em suas fileiras "alguns milhares de jovens militares do nosso Exército, de nossas brigadas estaduais". (op. cit. p. 39.) Em *Páginas de combate* (1937) menciona que "cerca de mil oficiais do Exército, da Marinha e das brigadas estaduais" estavam filiados a AIB. (op. cit. p. 100.) No mesmo livro, protesta contra a prisão de um coronel do Exército ordenada pelo então Ministro da Guerra Eurico Dutra,

cruel, como os burgueses; sexualista como os burgueses; sem amor aos filhos, às esposas, aos irmãos, aos pais, como os burgueses; e finalmente porque o comunismo é a última consequência de uma civilização materialista”. Refere-se aos literatos comunistas como “burguesotes esnobes”. (C.C.V. p. 92-3.) Plínio parece dar a entender que aquilo que o afastava do comunismo não era o ideal humanitário deste, mas sim o seu “burguesismo” inerente. E mais: o comunismo pretendia “destruir todo o ímpeto selvagem da nossa personalidade estuante de vida tropical, para criar ‘homens-tipos’, mediocrizados e apagados na massa tangida pelos burocratas eunucos dos técnicos das finanças”. (C.C.V. p. 98.) Afirma ainda que o “capitalismo internacional ligado secretamente aos bolchevistas, ameaça a liberdade dos brasileiros e a integridade da nossa Pátria... Hoje, querem escravizar-nos ao supercapitalismo, ao banqueirismo hediondo, querem destruir nossa independência, para submeter-nos ao tirano moscovita... a lição de Floriano Peixoto está viva e presente no coração dos integralistas... o único inimigo do comunismo é o integralismo”. (C.C.V. p. 101-20.) Logo a seguir, correlacionará os do “credo verme-

pelo fato de ter o coronel pronunciado conferência na AIB vestido com a camisa verde. (op. cit. p. 107.) Ainda aqui alega que “temos cooperado com o chefe de polícia da capital da República, com os comandantes de regiões militares e delegados de polícia de todo o país, na manutenção da ordem, todas as vezes em que os comunistas ameaçam dar seus golpes. Informo que tenho tido entendimentos pessoais com vários comandantes de regiões militares, ora para combinar ação conjunta na repressão do comunismo, ora para receber agradecimentos por serviços que os integralistas têm prestado à sustentação das autoridades da República”. (op. cit. p. 58.) Ao lado destas afirmações de Plínio Salgado, coloquemos o depoimento do General Góis Monteiro, referente à posição das Forças Armadas no mesmo período histórico. Em voto emitido numa reunião de generais, realizada a 3 de dezembro de 1935, logo após a intentona comunista, analisando a situação nacional de então, o General Góis Monteiro concordava com a necessidade de “obter medidas de salvação pública, em face de acontecimentos de extrema gravidade, cuja reprodução provável poderá ocasionar até a desagregação nacional e a completa subversão social”, aludindo aos “destinos sombrios do Brasil”. Dizia: “Estamos em presença da crise mais terrível por que já passou a Nação brasileira, pondo em perigo a sua existência e arruinando quase que definitivamente o organismo das classes armadas, que devem ser a espinha dorsal da Nação. Ninguém tenha dúvida de que o organismo militar entrou no período pré-agônico...” Prosseguia o general, buscando encontrar e sugerir uma “rota segura e inflexível”: “Tomar medidas extraconstitucionais, com a Constituição em pleno vigor, é mais do que um erro... Considerar somente o aspecto punitivo, é dar-lhe unicamente o caráter verdúgico... Não houve Estado em que as repressões se tornassem tão violentas como na Rússia e, entretanto, não impediram a catástrofe. O mal é institucional.” Enunciava, então: “Como primeira contribuição, posso lembrar que a base, o ponto de partida é de ordem institucional, estrutural, e não apenas policial e repressivo. Estes últimos aspectos são condicionados e subordinados ao primeiro, que deve ser jurídico e excepcional, como é premente o caso de salvação pública.” Propunha alterações na Constituição Federal de 1934: “Sem mudá-la ou reformá-la, impossível será garantir o Estado brasileiro e manter em bom ponto as condições da segurança nacional... O Governo é responsável por esta segurança... As Forças Armadas têm o dever de garantir e nunca de tutelar os poderes públicos.” Por acreditarmos na importância deste texto para a compreensão da posição e das perspectivas políticas das nossas Forças Armadas àquela época, transcrevemos sua parte final, onde o General Góis Monteiro formaliza

lho” com os “judeus internacionais”. (C.C.V. p. 120.) O integralismo seria um “novo bandeirismo, em que tomava parte toda a nacionalidade”, e salienta: “. . . o eco da minha voz, conclamando o sertão para a conquista das metrópoles cosmopolitas!” (C.C.V. p. 111-16.) A Lei de Segurança Nacional, votada naquele ano de 1934, é repudiada por Plínio, que a toma como dirigida contra a Ação Integralista Brasileira. Exclama, então, patético: “Camisas-verdes! Vós, os 600 000 brasileiros de todas as províncias, que zelais pela segurança nacional contra o comunismo e a anarquia, que lutais pela salvação da Pátria das unhas do capitalismo internacional, do materialismo dissolvente. . . ide. . . e anunciais às famílias. . . as calamidades que estão para cair. . . sobre a dignidade das velhas matronas, sobre a severa virtude das esposas, sobre a candura virginal das moças do Brasil. . . O comunismo, mais do que nunca, está triunfante com a atual Lei de Segurança. . . a gritaria dos comunistas contra a Lei de Segurança não passou de uma ‘fita’, a fim de se fingirem muito preju-

suas sugestões e onde relata alguns fatos que se seguiram ao seu voto, os quais vieram a culminar no golpe de 10 de novembro de 1937. Dizia o general: “Omitindo, por inoportunas, quaisquer outras divagações analíticas, ou justificação, a meu ver, o Governo só poderá seguir, na presente emergência, três vias: 1. Golpe de Estado, consistente em declarar abolida a Constituição atual até que outra seja promulgada. . . Reconheço que a solução é perigosa e poderá produzir maiores abalos, dada a confusão social e política, a falta de coesão e de unidade de vista das classes armadas e outras classes. . . Como revivescência do passado, a guerra civil seccionista e oportunista, com a intervenção estrangeira, o desmembramento, a servidão econômica e política. Somente com a certeza do consenso geral, será admissível a solução. 2. Execução pura e simples dos preceitos constitucionais vigentes. Significa a impunidade, recrudescimento da desordem, a desmoralização, o caos, a anarquia, dificuldades invencíveis até a ruína completa. 3. O *suicídio* que atrairemos sobre nossas cabeças. Nesta conformidade, sem ceticismo, é perder toda esperança e sujeitarmo-nos ao regime *au jour le jour* até à consumação, à fragmentação e anarquia social e militar. 4. Reforma constitucional. Solução intermédia e cheia de arestas jurídicas. Entretanto, com boa vontade do Governo, da Câmara, do Senado, do Poder Judiciário e outras instituições do Estado e das unidades federativas, tudo se poderá acertar. . . Desde que se convençione que a atual Constituição não deverá mais subsistir em toda plenitude, nada impede que em 48 horas. . . O Governo fique habilitado, por deliberação da Câmara e Senado, com plenos poderes para enfrentar a situação sob todos os aspectos. Uma lei de emergência lhe facultará esses poderes. . .” E concluiu o general: “Mas, insisto: o momento exige que, em vez de panacéias, se apliquem doses maciças, tanto quanto o organismo possa suportá-las. Todas as questões que afetam direitos ou interesses das classes armadas devem ser resolvidos dentro delas mesmas, sem nenhuma interferência estranha, ou pelo simples arbítrio da autoridade governamental. A gendarmizá-las, será preferível a dissolução.” A seguir, as consequências: “Depois de ler o meu voto escrito, o General Dutra concluiu pela última proposição, a mais drástica — golpe de Estado. Combinamos, então, que assim se faria e, logo que o Ministro do Justiça retirou-se, não tendo chegado a uma conclusão, o General Dutra fez os presentes assinarem um documento-compromisso para a mudança de regime. . . Os comandantes das Regiões Militares nos estados tiveram conhecimento do que fora combinado através de telegrama cifrado, e quase todos deram o seu assentimento. Naquele mesmo dia, eu e o General Dutra fomos ao Ministério da Marinha convidar para a ação o seu alto comando. Falamos nesse sentido ao Almirante Guilhem, Ministro da Marinha, que nos hipotecou sua solidariedade, adiantando mesmo que o almirantado estaria de acordo. . . Na semana seguinte, os dois ministros militares foram à residência do Sr. Francisco Campos,

dicados.” A Câmara dos Deputados, que aprovara a lei, teria “enlouquecido” e a emenda da Comissão de Justiça que proibia a “organização de milícias com quadro e hierarquia” é, por ele, condenada como a emenda de “Moscou contra o Brasil”, inspirada pelo “espírito do Anticristo”. Tudo isto agravado pelo fato da Comissão de Justiça ter se recusado a aceitar uma emenda que visava punir os professores que, na cátedra, “escarnecessem” de “Deus, da Pátria e da família”.¹⁰⁰ Afirmava que “o

a fim de ouvir a leitura da nova Constituição elaborada, o que eu já havia feito anteriormente...” E logo à frente o General Góis Monteiro se refere ao integralismo nos seguintes termos: “Parece, dada a sua analogia com o fascismo, que o integralismo desejaria estabelecer entre nós instituições semelhantes às da Itália: deveria haver um soberano, tipo Victor Manuel III, e um Duce, tipo Mussolini.” (Coutinho, Lourival. *O General Góis depõe*. . . 2. ed. 1956. p. 307-14, 321.) Já Robert Levine diz o seguinte no que concerne às relações do integralismo com as Forças Armadas: “White-collar workers, professionals, and career soldiers — usually non-commissioned officers — dominated urban rank-and-file membership... Top military spokesmen so often praised the goal of the AIB that membership flourished in Brazil’s Armed Forces, especially in the tradition-centered navy.” (op. cit. p. 90.) Mas, conclui, afinal, Levine: “But the integralist militia failed to pose a serious threat; the AIB lacked genuine support in the Armed Forces.” (op. cit. p. 98.) Menciona ainda à frente que, em 1937, “a War Ministry report advised the President that over one quarter of the active army officers could be classified as integralist or integralist sympathizers, as well as about half of their navy counterparts”. (op. cit. p. 147.) E após o golpe de novembro de 1937: “The refusal of the Armed Forces to move in Salgado’s favor following the november *golpe* represented one of the greatest surprises of the post-1935 political drama... The military, supposedly a repository of integralist support, stood unmoved, united behind the new dictatorship.” (op. cit. p. 158-9.) Já Stanley Hilton assinala a ostensiva simpatia, estímulo e apoio discreto de vários oficiais da cúpula de nossas Forças Armadas ao movimento integralista (não contando os oficiais inscritos efetivamente na AIB), tais como o General Góis Monteiro (que teria, segundo ele, sugerido mesmo a cor do uniforme integralista), o então Major Juarez Távora (o qual declarara que, face a uma opção forçada entre os *ismos*, por “natural inclination and education” ficaria ao lado do integralismo), o General Pantaleão da Silva Pessoa, Chefe da Casa Militar do Presidente da República (1933-1935) e o General Newton Cavalcante, comandante da Vila Militar, entre outros. Diz Hilton: “The party’s economic nationalism, anti-communism, and stress upon discipline, order, national unity and international prestige appealed to military leaders... considerable qualitative evidence on military participation in the movement is available.” (Hilton, Stanley E. *Ação Integralista Brasileira: fascism in Brazil, 1932-1938. Luso-Brazilian Review*. v. 9, n. 2, Dec. 1972.) No Manifesto-Programa do Chefe Nacional (1936), a milícia integralista era mencionada como “uma reserva das Forças Armadas... tendo ainda a missão de criar uma atmosfera de simpatia e de entusiasmo nacional pelo Exército, pela Marinha e pela Aviação”. (Trindade, Hégio. op. cit. p. 191, nota 33.)

¹⁰⁰ Stanley Hilton menciona, além deste golpe da oposição parlamentar contra a Ação Integralista Brasileira, também um manifesto assinado por 21 deputados federais, condenando-a como “inimiga declarada” das liberdades constitucionais. Além da oposição de parlamentares liberais e “classistas” ao integralismo, Hilton menciona ainda a oposição em geral dos sindicatos operários mais ativos, assim como dos governadores de estado às atividades da AIB. Ele sugere que a classe operária brasileira estaria então mais magnetizada pelos comunistas e pela própria política trabalhista de Vargas, não restando, assim, “espaço vago” para qualquer liderança integralista mais atuante. (op. cit. p. 5-7.)

único inimigo do comunismo é o integralismo” e mostrava os “quadros ascéticos, severos e místicos” da milícia integralista, a qual salvaria a juventude brasileira do “materialismo desvirilizante”, tornando os moços “bons filhos, bons irmãos, bons esposos, bons chefes de família, bons patriotas... inculcando hábitos de respeito à autoridade, de hierarquia, de disciplina, de obediência, de sacrifício... o Brasil de hoje só encontra uma salvação e essa está na milícia integralista”. Enquanto a nossa “sociedade paganizada” se divertia no carnaval, “festa orgiaca de bacanais”, as milícias integralistas, em “plantão cívico”, “montavam guarda à honra dos lares”. (C.C.V. p. 117-24.) Plínio alegava que “na revolta comunista de Recife, em 1931, ficando um bairro em poder dos extremistas, verificaram-se, só numa rua, 38 defloramentos”. Enquanto isto, afirmava que “o integralismo é o brio nacional organizado... é a verdade onde só existe mentira... é a franqueza e a lealdade... é a fé, onde lavram os vermes da descrença... é a esperança... é a primavera da Nação... é a predestinação da raça... é a comunhão nacional... é a honra das esposas, das irmãs e das filhas... é a segurança dos lares”. O Brasil, então, “vive o instante mais triste, mais desmoralizador, mais tenebroso... um país onde se conspira todos os dias”. (C.C.V. p. 120-33.) Num discurso fortemente espiritualista, cristão e piedoso, afirma que “o mundo esqueceu-se d’Ele... Só Ele nos poderá indicar os seguros caminhos... toda a lição de coragem está na morte do Nazareno”. Exclama: “Que queremos nós? Uma Pátria cristã”, e indica que o integralismo pertence aos “desígnios eternos”. (C.C.V. p. 135-40.) Noutro discurso, exaltando Gonçalves Dias, a quem qualifica de “o grande integralista de outrora”, pergunta: “Não está ameaçada a independência da Pátria, pelo capitalismo e pelo comunismo, principalmente pela liberal-democracia?” O projeto do Estado integral: “Restaurar a grandeza e a majestade do Brasil, reconstruindo sobre os alicerces das tradições nacionais e das forças bárbaras da terra a suprema autoridade da Pátria.” (C.C.V. p. 143-4.) Mais adiante dirá que o integralismo é o “dominador dos complexos e decifrador dos instintos, o gênio familiar das florestas nativas e do sangue racial” e que “não haverá mais forças humanas que nos detenham, porque o Brasil está em nossas mãos e não o largaremos mais... É preciso que a liberal-democracia saiba que somos a única força nacional, que somos audazes e que estamos dispostos a morrer... Eu vos afirmo que não estamos conspirando, que não temos pressa de atingir o poder, mas vos afirmo também que espero que nos tratem com respeito, que não impeçam nossa marcha pacífica nem queiram nos coagir... Só conheceram estas coisas que estou vendo os que viveram na época do bonapartismo em França, ou os que viveram na época bolivariana na América. Os políticos não vêem isto. Eles sempre foram cegos, em todos os tempos”. (C.C.V. p. 152-64.) Saudando um grupo de jovens intelectuais integralistas, exclama: “É gente saudável, violenta nas suas atitudes, definida e decidida. Não perde tempo em literatice... É bárbara, é americana, é gente da nossa terra.” Plínio ameaça os velhos políticos, os jornalistas, os parlamentares e os professores liberais e comunistas, a quem qualifica de “decrépitos” e “paranóicos”:

“Ireis pagar-me dentro em breve.” (C.C.V. p. 170-1.) O integralismo seria “a boa lei... a lei de Deus e da Pátria, da justiça social, da independência do Brasil, da unidade nacional, da ordem, da disciplina, da liberdade da pessoa humana”, inimigo dos “banqueiros bolchevistas de Londres” e dos “comunistas capitalistas de Moscou”. (C.C.V. p. 173-4.) O Brasil que Plínio “idealizava” era uma “grande nação, unida, livre, disciplinada, ágil, fecunda, com o sentido do heroísmo, que é a única justificativa da vida dos homens e dos povos”. Assinalava que as crianças entendiam mais o integralismo que “os doutores”. (C.C.V. p. 177-80.) Noutro discurso, assinala: “Eu vi a Nação despertar como a princesa encantada.” E ainda: “Só a morte é a decifração dos enigmas.” (C.C.V. p. 184-7.) Ao final do livro, exclama e afirma, patético: “Falamos no meu sangue as vozes de todas as tabas... Eu me arremesso com a mocidade na conquista de uma nação... Falo com essa petulância, para que todos os imbecis fiquem rindo e julgando-nos loucos, enquanto nós marchamos para os esmagar... Nós temos despertado a alma da Pátria, assim: arrogantemente... A irreverência é o nosso método... Não viemos para nos submeter à opinião pública, mas para subjugar-la e fazer dela o que quisermos... surgimos com um pensamento desfraldado, e isto tem qualquer coisa de romântico, porque todas as coisas jovens, enérgicas e alvo-rescentes são românticas... o canto da juventude perene.” (C.C.V. p. 197-204.) *Palavra nova dos tempos novos* (1936) é uma coletânea de artigos. Inicia pelo elogio de Plínio à “mocidade eterna”: “Mocidade é, antes de tudo, libertação de si mesmo... Mocidade é luta contra o minuto que acaba de passar. Mocidade é convivência com o dia de amanhã... é antimaterialismo, é anticeticismo, é anticomodismo, é antimelancolia... Mocidade, porém, não é análise: é síntese; não é crítica: é energia fecundadora... é arbítrio do espírito indomável... Aos decrepitos de 20 anos... aconselhamos as escolas de *jiu-jitsu* e de luta romana. Aos pesados juristas, aos tardos magistrados, aos medalhões da política e da literatura, convidamos a tomar parte nos conflitos que a juventude impetuosa promove, ou a escutar as heresias e barbaridades com que achincalhamos em nossas tertúlias o velho direito, a velha literatura e as velhas constituições... Todo homem imparcial é medroso. Todo liberal é imparcial. A liberal-democracia é o regime da imparcialidade. Os moços não podem ser liberais porque não são imparciais e não têm medo. Medo é impotência. Impotência é senilidade... Ser moço é... gastar a vida, como um meteoro gasta o seu clarão.” (P.N.T.N. p. 8-14.)¹⁰¹

¹⁰¹ Carl Schmitt (op. cit.) menciona que “le romantisme a débuté comme un mouvement des jeunes contre les anciens”. E que, necessitando de um símbolo, tomava como tal a sua própria condição, sua própria juventude, com suas características de vitalidade, de força, sua potencialidade ilimitada e imprevisível, o seu “perpétuel devenir”. (op. cit. p. 73.) Mussolini, por sua vez, afirmaria: “De que depende o segredo desse sentido de vitalidade e continuidade da revolução fascista? Há para isso duas razões principais. Primeira, porque houve desde o início unidade de conduta, resultante da unidade de chefia. Segunda, porque foi uma revolução de gente moça.” (*Aspectos da crise mundial*. cit. p. 178.)

No capítulo O drama dos construtores de pátrias, Plínio qualifica a “massa popular” como o “multiforme Proteu... monstro em perpétua transformação, complexo de paixões numerosas, de sentimentos e opiniões contrastantes... O povo é um monstro que se doma com a mesma paciência com que se domam os leões e os tigres... Não podemos, de nenhuma maneira, cortejar a massa popular. Ela é o monstro inconsciente e estúpido. Pelo contrário, devemos irritar o monstro, para que ele nos agrida. Precisamos provocar agressões violentas, sem o que não poderemos exercer ação decisiva. O povo já se escravizou, de há muito, aos seus exploradores. Não devemos bajular o escravo, e sim salvá-lo do cativo, não com agrados, mas com imposições de novas formas de mentalidade”. Conclui que toda revolução, em última análise, “é uma luta contra o fato concreto na história; é, portanto, uma luta contra a massa, porque esta já se subordinou a uma idéia-força anterior, agora transformada em fato... Construir uma Nação é difícil justamente porque a massa popular habitua-se a carregar às costas os cadáveres das idéias-mortas”. (P.N.T.N. p. 15-7, 83.) Prossegue: “A massa popular é, então, o monstro incoerente, angustiado, sofredor, gerando antítese e uma multiplicidade de atitude e feitos que se apresentam aos olhos do observador superficial como *realidades objetivas*, mas que não têm nenhuma relação direta com as *realidades essenciais*.” Estas “realidades essenciais” só se revelariam por sua vez aos que “têm olhos para ver”, criadores estes últimos da “nova idéia-força” com a qual construiriam a “nova nação”.¹⁰² Os “criadores de Pátria” (esta, antes de tudo, uma “arquitetura moral e espiritual”), teriam que intuir acima da “superfície da vontade geral”: “A Pátria, encarnada num grupo de heróis, fulgura com uma grandeza épica.” (P.N.T.N. p. 18-9, 86.) Os grandes líderes e chefes políticos, segundo Plínio, eram “interpretadores da raça e da história” e estariam “intimamente ligados à força poderosa do subconsciente, do sentimento, dos instintos da massa humana que é a argila em que se plasmam as expressões da história”.¹⁰³ O líder estaria em “secreta afinidade” com as

¹⁰² Spengler, um dos mais destacados teóricos simpatizantes do fascismo desta época, em livro de 1933, definia as grandes massas populares urbanas como “as fezes das grandes cidades, o populacho propriamente dito, o *submundo* em qualquer sentido, que se forma em toda parte em oposição consciente ao mundo grande e distinto... O que os reúne é um vago sentimento de vingança da má sorte que lhes estragou a vida, a falta de quaisquer instintos de honra e de dever, e uma sede insaciável de obterem dinheiro sem trabalho e direitos sem obrigações... Esse submundo, no seu baixo sentir e pensar, *serve-se* das massas desarraigadas das grandes cidades, cujos instintos se tornaram inseguros, para poder alcançar seus próprios fins e prazeres na vingança e na destruição. Por isso inoculam nessa multidão desnorteada, por meio de incessantes discursos e escritos, a ‘consciência de classe’ e o ‘ódio de classe’; por isso, as classes dirigentes, os ‘ricos’, os ‘poderosos’, invertendo-se exatamente a sua verdadeira significação, lhe são descritas como criminosas e exploradoras... A democracia do século XIX já é bolchevismo, ainda que lhe falte a coragem de tirar as últimas conseqüências”. (*Anos de decisão*. cit. p. 87-8, 90; os grifos são dele.)

¹⁰³ Hitler dissera: “Devemos ter sempre presente no espírito que quando certa soma de grande energia e eficiência de um povo é concentrada em um determinado

“forças obscuras”. A teoria da chefia e liderança políticas era, para ele, objeto da “psicologia social, onde se descobrem as leis do dinamismo dos fatos históricos, do perpétuo movimento e ação criadora da idéia”. (P.N.T.N. p. 20-1.)¹⁰⁴ Noutro artigo, assinalando o “panorama de materialismo grosseiro, em que o prazer se torna a única finalidade” de “nossa civilização burguesa” (“escandalosa ostentação dos ricos”, “luxo”, “esbanjamento dos milionários”, “roletas”, “champanhas” e “esplendor pagão”), afirma que o “Brasil Novo vai nascer desta luta entre comunistas e integralistas. Aqueles possuem uma ideologia: querem destruir o culto de Deus, querem acabar com a Pátria, querem dissolver a família... querem implantar o amor-instinto. Estes, querem garantir o culto de Deus, da Pátria e da família, querem implantar um governo finalista e disciplinador, querem combater o capitalismo internacional que escraviza o Brasil e resolver a questão social interna pela organização corporativa, extinção dos partidos, orientação da economia nacional num sentimento de bem coletivo e base material para as famílias”. (P.N.T.N. p. 25-7.) Condenando a “infame licenciosidade liberal” e o “eunuquismo impotente das fórmulas liberais”, advertia: “Inermes, os governos liberais presenciarão nosso sacrifício. Que podem fazer os governos cingidos aos princípios da imparcialidade democrática? ... Os partidos não ficarão. O sistema liberal não subsistirá. Porque dois são os caminhos, duas as fatalidades: o comunismo ou o integralismo.” (P.N.T.N. p. 29-30.) Numa aparente resposta ao escritor e militante católico Alceu Amoroso Lima, que salientava elogiosamente algumas conquistas católicas na Constituição Federal de 1934, advertia: “E não creiam que artigos de caráter religioso conquistados na Carta Constitucional tenham força para se garantir, eles próprios, num sistema que permite passeatas comunistas, livros de propaganda comunista para as massas ignorantes, professores comunistas, jornalistas comunistas... A Nação está desorganizada. Permite-se a anarquia. Os brasileiros estão divididos. Aproxima-se uma tempestade.” (P.N.T.N. p. 29-30.) No que se refere à luta de classes: “Nós, integralistas, mais modernos do que os marxistas, não aceitamos nem mesmo o dualismo do capital e do trabalho. Preocupa-nos o sentido ético do Estado e o problema da organização do trabalho, segundo o sentido das aptidões e da justiça social, da produção e da distribuição dos produtos. Toda a nossa preocupação se concentra na idéia do Estado.” (P.N.T.N. p. 34-5.)¹⁰⁵ Assinalando que “somos a única força nacional organizada”, afirmava: “Nós somos os caboclos do Brasil, criando uma civilização genuinamente nossa... Não

fim e segregada definitivamente da inércia das grandes massas, essa pequena minoria está destinada a dominar o resto. A história do mundo é feita pelas minorias, desde que elas tenham incorporado a maior parte do poder de vontade e de determinação do povo.” (*Minha luta*. op. cit. p. 251.)

¹⁰⁴ Ver nossa nota n. 98.

¹⁰⁵ Mussolini dissera: “*Un État éthique — la nation, en tant qu’État, est une réalité éthique... L’État fasciste, qui est la forme la plus puissante de la personnalité, est un force mais une force spirituelle...*” (op. cit. p. 19.)

pretendemos a ditadura. . . O que nós queremos é aperfeiçoar o regime.” (P.N.T.N. p. 36-8.) Profetizava, afinal: “E, se a Constituição é débil; se toda a organização e estrutura do Estado não são suficientes para defender nossa Pátria da invasão dos soviets da Rússia, talvez nas forças bárbaras da terra, nas energias profundas da raça, que produziu a epopéia do Conselheiro e o romance de aventuras de Lampião, estejam as últimas esperanças da vergonha, da moralidade, da fé cristã e do espírito imortal de um povo.” (P.N.T.N. p. 41.) Num artigo, afirma que o integralismo é que dera “sentido lógico” às aspirações “revolucionárias” do Brasil: “A Revolução de 30 era apenas uma voz desconexa. O integralismo é uma palavra. Em 30 tínhamos a onomatopéia. Em 33, temos a proposição com sentido lógico. O Brasil aprendeu a falar.” (P.N.T.N. p. 44.) Eis como descreve o nosso País: “Esta longa escravidão ao capitalismo internacional; este longo trabalho de 100 anos da gleba, para opulentar os cofres de Wall Street e da City; esta situação deprimente em face do estrangeiro; este cosmopolitismo que nos amesquinha; estas lutas internas que nos ensangüentam; esta aviltante propaganda comunista. . . este tripudiar de regionalismos, em esgares separatistas, a enfraquecer a grande Nação; este comodismo burguês; a miséria em que vivem as nossas populações sertanejas; a opressão em que se debate o nosso proletariado, duas vezes explorado, pelo patrão e pelo agitador comunista e anarquista. . .” Face a tudo isto, explicita o seu conceito de revolução necessária: “Revolução não é mazorca de soldados amotinados; não é rebelião de camponeses ou proletários; não é movimento armado de burguesias oligárquicas; não é movimento de tropas de governos provinciais; não é golpe de militares; não é conspirata dos partidos; não é guerra civil generalizada. Revolução é movimento de cultura e de espírito. Transforma-se uma cultura, assume-se nova atitude espiritual, como consequência, abala-se até aos alicerces os velhos costumes, destruindo tudo, para construir de novo, porque destruir apenas, não é revolução.” (P.N.T.N. p. 45-6.) Reafirma que “o terror vermelho do comunismo gera o integralismo. O integralismo vai ser a lei da bondade, a lei da harmonia social, a lei da solidariedade humana, do respeito à personalidade, da distribuição equitativa da liberdade. . . Para salvar o Brasil da humilhação a que pretendem submeter estrangeiros que organizam complôs terroristas com literatos pequeno-burgueses e ante a indiferença criminosa de uma burguesia podre e o beneplácito de um capitalismo indecente. . . Para um povo, como o brasileiro, que ama a sua liberdade até ao delírio, a técnica não pode ser a de Sorel, mas a de Cristo. . . Nossa vitória não virá em consequência de ‘golpes técnicos’ nem como resultado de conspiratas contra os governos constituídos; virá, automaticamente, pela infiltração poderosa das idéias”. (P.N.T.N. p. 52-4.) Procura, a seguir, distinguir mais uma vez o integralismo do nazi-fascismo, já agora com base na “revolução da família”: “Os movimentos do moderno nacionalismo, na Itália e na Alemanha, proclamaram os direitos do Estado. Nós, integralistas, proclamamos o direito da família. . . O homem, no estatismo racista ou imperialista, estandardiza-se, uniformiza-se nos movimentos de um todo que é a finalidade inumana

do Estado. Mas o homem, no integralismo, não é nem o gigante, nem o pigmeu, nem o autômato: é simplesmente o homem... A família é que dá ao homem o senso das proporções exatas. É ela que lhe imprime o sentido profundo de humanidade... Hoje, nós pensamos em restaurar o equilíbrio social criando um Estado ético... Esta fonte de moralidade do Estado é a família... O Estado ético é o que se propõe manter o equilíbrio dos grupos, a fim de assegurar a intangibilidade do homem. A família é o grupo síntese, que oferece ao Estado o sentido dos lineamentos exatos." (P.N.T.N. p. 57-60.)¹⁰⁶ Adiante, Plínio assinala que,

¹⁰⁶ Em seu artigo "Carta de Natal e fim de ano", datado de 1935, Salgado volta a insistir na sua crítica ao "totalitarismo" nazi-fascista, já agora a partir de uma perspectiva ideológica muito semelhante, senão mesmo idêntica, àquela da doutrina social da Igreja Católica tal como focalizada entre nós naquele período por Alceu Amoroso Lima (também "Oração de Natal da Pátria-Criança", no mesmo livro, é um texto revelador de uma acentuada mensagem cristã: a "traição" e o "esquecimento" de Jesus pelo mundo, p. 91). Amoroso Lima, em seu pseudônimo de Tristão de Athaide é mesmo expressamente invocado e citado, em apoio, por Plínio. Dizia: "Aquilo mesmo que aparece... como uma reação aos cataclismas morais contemporâneos, traz, muitas vezes, no fundo, a essência de uma das numerosas expressões do erro que solapou os fundamentos cristãos da sociedade. É o caso da perigosa tendência pagã do hitlerismo... É a própria concepção do Estado totalitário, no seu máximo exagero, no estilo de César: chefe militar, chefe civil e pontífice." Condena a "mística racista" do nazismo e pergunta: "Chegará a Alemanha a essas loucuras?" Plínio se define como cristão: "O integralismo não quer construir o Estado totalitário pois quer construir o Estado integral, o Estado harmonioso, o Estado imutável na sua essência e mutável na marcha revolucionária que lhe impõe os deveres do espírito e lhe faculta o livre-arbítrio do espírito... Nesse estado de espírito em que o mundo se encontra, é na lição de Cristo que poderemos encontrar a verdadeira linha do Estado, da sociedade, da família e do homem... É no Divino Mestre que encontramos a lição admirável: a César o que é de César, a Deus o que é de Deus... É claro que César não deverá passar os limites do seu império. Quais são esses limites? Os do respeito à personalidade humana, ao livre-arbítrio, pois este já pertence ao reino de Cristo... O povo não pode ser uma criação de César, nem César uma criação do povo. Seria usurpar direitos que só pertencem a Deus. E toda vez que César quer criar o povo, fabrica um monstro; e toda vez que o povo quer criar César engendra um Anticristo... Daí o senso realista do integralismo. Tem de tomar a massa na sua verdade histórica e tem de considerar os grupos naturais... O conceito cristão da vida deve ser o dos equilíbrios perfeitos... organizar o Estado isento das deturpações que lhe poderiam trazer a mística estatal, a adoração de César, o absolutismo do gênio, o sentido exagerado das exaltações revolucionárias." (P.N.T.N. p. 122-7.) Neste texto, aliás, Salgado se confessa "inquieta" (traduzindo, talvez, um nítido "temor" de chegar ao poder) com os rumos prováveis do movimento integralista: "Não temo os inimigos nem as adversidades, porém temo os próprios integralistas. Eles, na exaltação revolucionária, poderão perder... a consciência de si mesmos... o conceito da autoridade, como eu a quero, e a concepção do Chefe, como é necessária a uma nação cristã." (P.N.T.N. p. 120-2, 128.) Este temor de uma radicalização de seu próprio movimento, leva-nos, a título de especulação, a aventurar a hipótese da superação da liderança de Plínio dentro da AIB por aqueles setores mais à direita, no caso de uma vitória integralista em 1937 ou 1938 e desde que a onda nazi-fascista na Europa e na Ásia perdurasse vitoriosa um maior lapso de tempo. Finalmente, para a ênfase da família como base ética do Estado, Héglio Trindade nos assinala que "neste particular, o integralismo se aproxima do fascismo belga (rexismo), no qual a família é reconhecida como 'uma das comunidades naturais constitutivas do Estado.'" (op. cit. p. 288, nota 69.)

antes do marxismo, os “liberais materialistas” (Spencer, Buckle, etc.) haviam considerado, nas suas teorias sobre o homem, a sociedade e o Estado, a “ação do homem” e a “reação da terra”. Depois, os marxistas haviam “reunido” estas duas realidades na economia, através do “sistema dinâmico” do capital e do trabalho. Os integralistas, no entanto, considerariam tudo isso, acrescentando o “arbitrio do espírito”, “como modificador da expressão e do dinamismo daquelas forças, no sentido de uma ‘finalidade moral’”. E reafirma o destino continental do integralismo: “Não me contento com a implantação do Estado integral no Brasil. Quero que esta idéia se irradie por toda a América do Sul. . . Esta Revolução Integralista é a revolução do continente.” (P.N.T.N. p. 69-72.) Também a exemplo de Francisco Campos e de Alceu Amoroso Lima, Plínio nos descreve em termos de “nação em formação”, em “embrião”: “País sem tipos uniformes de cultura, sem unidade étnica, temos de criar nele uma consciência, uma homogeneidade, uma força que tenha, sobre as formas larvares de todas as outras, a firmeza dos lineamentos precisos.” (P.N.T.N. p. 82.)¹⁰⁷ No artigo Oração de Natal da Pátria-criança, Salgado nos transmite uma visão apocalíptica do mundo: “Estamos dominados pelas loucuras primitivas” e os homens “são governados pelo pânico”. Afirma, no entanto: “Tu, porém, Jesus, és bom, porque és criança como o Brasil.” (P.N.T.N. p. 92-6.) A seguir, ele procura construir um modelo ideológico, “substituindo” a “luta de classes” pela “luta de civilizações”, numa espécie de externalização, de transferência “para fora” de uma crise nacional interna. Aludindo, de início, à “nossa violência”, diz que ela não é a de Sorel, nem se subordina “ao materialismo do *struggle for life* aplicado à luta de classes, de acordo com a dialética hegeliana e a concepção marxista da história. A nossa violência deve ter um sentido do espírito, da sua intervenção na marcha dos fatos, da imposição de um novo sentido de vida. A ‘luta de classes’ é um fenômeno do século XIX. A ‘luta de civilizações’ é o fenômeno do século XX”. Definido o caráter “espiritualista” da “violência” integralista, Plínio busca correlacioná-la à “revolução espiritual” que teria chegado ao mundo ocidental depois da I Grande Guerra: “Passada a Grande Guerra, entrou mais um fator no desenvolvimento da história: a força moral, o sentido da finalidade humana, a concepção ética das nacionalidades.” A “violência” e a “revolução espiritual” do pós-guerra, assim, correspondiam a um nacionalismo “ético”. Este nacionalismo ético se definiria, essencialmente, como contrário ao “internacionalismo proletário”: “Os movimentos tendentes a restaurar o prestígio da autoridade da Nação tiveram um caráter de luta contra o internaciona-

¹⁰⁷ A alusão às “formas larvares” estaria certamente implícita no conceito de nação “atrasada”, “em formação”: o modelo “adiantado” e “acabado”, a ser atingido, era aquele das grandes potências industriais e militares. Estas teriam uma “personalidade” definida. Nós, ao contrário, seríamos um “povo-criança”. Salgado, no texto alude ainda aos “pântanos amorfos do *complexus nacional*”. (P.N.T.N. p. 82.) O integralismo seria para ele a vocalização lógica e conseqüente das “forças do limbo”: “Este movimento é o despertar de uma nação. . . Nossa campanha durará pelo menos um século.” (P.N.T.N. p. 82.)

lismo proletário.” Mas, diversamente do que ocorria na Europa, “na América do Sul, o sentido da luta é diferente. Não estamos em presença de uma luta de classes. Estamos diante de totalidades nacionais oprimidas por uma civilização... Ao iniciar-se este século, repete-se o fenômeno. Não é somente o operário que tem aqui sede de reivindicações: é toda a nacionalidade... Hoje, temos de considerar extremamente ridículos aqueles que pretendem traduzir ao pé da letra a ‘luta de classes’ genuinamente européia, ou pelo menos, característica dos países de adiantado capitalismo... A Nação assume na América Latina o papel que o operário assume em face dos patrões no Velho Mundo.” (P.N.T.N. p. 99-103.)¹⁰⁸ Daí, certamente, o permanente culto de Plínio a Simón Bolívar, de quem queria “reatar” a “intuição” e o “sonho” da “unidade americana”. A América Latina, como Zarathustra, carregava às costas o “cadáver da Europa”: “...sinto, no meu esforço e na própria fatalidade da minha vida, a continuação daquele estado de espírito que arrebatava Bolívar na aurora da independência política dos povos americanos”. (P.N.T.N. p. 108-10.) Indagava, afinal: “Que temos nós, nos dias presentes, com a chamada civilização ocidental? Nós não somos os veladores de cadáveres. O penúltimo Ocidente está morto. O Oriente marcha sobre ele como o cavalo de Atila. Nós, porém, somos o último Ocidente... Somos um Mundo Novo.” (P.N.T.N. p. 116.) Em Luz ausente, Plínio, diagnosticando a “inquietação”, “angústia” e “desequilíbrio” do mundo moderno, afirma que este “está morrendo de ausência de ‘espírito’”. E procura definir a sua concepção de “espírito”: “Como é fácil e, ao mesmo tempo, difícil compreender o que seja o ‘espírito’! É preciso ter uma noção integral da própria criatura humana. E a humanidade de hoje perdeu completamente o senso da personalidade, o sentido das proporções e dos limites, a percepção de harmonia das formas, a intuição dos equilíbrios exatos, o sentimento das euforias perfeitas.” (P.N.T.N. p. 139-41.) O feminismo é assim definido por ele: “Luta da mulher à procura de uma ridícula emancipação que

¹⁰⁸ O nacionalismo ético e anticosmopolita parece-nos sobretudo um esforço de unificação das forças e classes sociais internas — elidindo-se seu conflito, larvar ou efetivo — face a uma ameaça externa: a luta de classes seria, assim, “utópica”, enquanto que a luta de “civilizações” seria real. A consciência de nosso “atraso”, no entanto, levava à camuflagem ideológica: na luta entre “civilizações”, a nossa “arma” seria antes “sentimental” do que militar ou econômica: “Hoje, em nosso tempo, não devemos principiar pelas armas, porque somos nações econômica e tecnicamente inferiores às grandes potências. Temos de reatar o fio da política bolivariana, iniciando, porém, a campanha por um esforço no sentido de uma unidade sentimental, cultural e econômica. Essa unidade deve fundir todos os instintos bárbaros da América... A criação dessa unidade... exige uma racionalização da democracia, uma disciplina de liberdades, a fim de que se possa criar na América, antes de tudo, os governos índices, os governos fortes, os governos autoritários, mantenedores das liberdades políticas e disciplinadores das liberdades privadas... A criação das autoridades nacionais é o primeiro passo para a independência definitiva da América... Essa obra política deve operar-se paralelamente à criação de uma cultura genuinamente americana... Estamos vivendo o século, por excelência, da América do Sul. O século da ‘intuição’.” (P.N.T.N. p. 113-4.) E o autoritarismo funcionaria, como se percebe, como o instrumento adequado para a unificação nacional.

a torna mais escrava, mais miserável, mais deslocada do centro de interesse da espécie e da própria sociedade.” (P.N.T.N. p. 143.) A “Revolução Integralista . . . muito mais profunda do que uma simples revolução política”, lançaria “uma ordem nova no mundo”, baseada nas “leis do espírito”: “No Estado, daremos a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. na vida privada, aplicaremos a mesma regra, com o senso profundo das virtudes cristãs . . . É preciso clamar pelo retorno do espírito.” (P.N.T.N. p. 144-6.) Finalmente, na “concepção integralista do trabalho”, Salgado afirma que “o trabalho não pode ser o objeto de exploração do capitalismo, nem o objeto de escravidão do comunismo . . . o trabalho não é antagonista do capital, porque este é uma condensação do próprio trabalho, uma soma de energias concretizadas num potencial econômico. Nestas condições, não compreendemos, nós integralistas, que o trabalho seja, nem antagonista, adversário, inimigo do capital, e nem tampouco, que trabalho e capital devam harmonizar-se, no sentido que esta palavra adquiriu na técnica verbal dos teóricos burgueses. Só se harmonizam elementos ‘diferentes’, coisas distintas, e, para nós, integralistas, não há distinção entre capital e trabalho, pois um e outro representam a mesma coisa, em circunstâncias diversas . . . O trabalho, para os integralistas, é base do Estado e do Governo. Ele procede de um alto pensamento espiritual. Essa a razão por que combatemos o capitalismo, que se inspirou no materialismo, na negação de Deus e do espírito, para justificar sua tirania e opressão sobre os trabalhadores. Essa a razão também por que combatemos o comunismo, pois este aceitou o conceito materialista do trabalho . . . A luta de classes, segundo Marx, é um conceito do século passado. É um conceito burguês e materialista . . . Só nós, integralistas, podemos festejar o trabalho com a compreensão exata do século XX”. (P.N.T.N. p. 149-52.) Mais tarde, em livro de 1958, Salgado explicaria: “Antes de tudo, a ‘Ação Integralista Brasileira’ rejeitava a concepção marxista de classe e a concepção soreliana do sindicalismo revolucionário . . . Objetivando criar a democracia orgânica, a ‘Ação Integralista Brasileira’ unia, numa mesma expressão, empregadores e empregados circunscritos a cada ramo das atividades produtivas do país. Ainda que elegendo em separado os seus representantes, empregadores e empregados formavam . . . um bloco único e interessado na prosperidade do seu ramo. Era o começo de uma ‘unidade social’ dentro da ‘unidade nacional’.” No mesmo livro, esclarecerá que o “voto de classe” instituiria no Brasil a “hierarquia das competências, suprimindo a equiparação absurda que se faz hoje do voto de um professor universitário e de um semi-analfabeto, que mal sabe assinar o nome”. Este “voto de classe” contribuiria para a “elevação” do “nível mental e moral das Assembléias Legislativas e da Câmara Federal”. O voto dos analfabetos seria admitido somente no primeiro grau, “desde que exercessem (os analfabetos) profissão honesta”: “Seria uma extensão do

sufrágio, mas condicionada a uma hierarquia de discernimentos.” (*O integralismo na vida brasileira*. p. 90-2.)¹⁰⁹ Em 1935, os estatutos da AIB são registrados pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, transformando-se a Ação em partido político (os estatutos anteriores, de março de 1934, definiam a AIB como “centro de estudos e cultura sociológica e política”, o qual, por meio de “propaganda” “moral” e “cívica” propugnava pela implantação do Estado integral e a doutrina integralista era apresentada como “nacional-corporativa”), objetivando, como tal, “a reforma do Estado, por meio da formação de uma nova cultura filosófica e jurídica”, nos termos e limites da Constituição Federal de 1934. Os estatutos aprovados no II Congresso da AIB, realizado a 7 de março de 1935, em Petrópolis, pregava “o culto de Deus, da Pátria e da família”, a “unidade nacional”, “o princípio da ordem e da autoridade”, “o prestígio do Brasil no exterior”, a justiça social, a paz entre as famílias “mediante o sistema orgânico e cristão das corporações”, a propriedade e a iniciativa privada limitadas pelo “bem comum”, a soberania financeira da Nação, “a liberdade da pessoa humana dentro da ordem e da harmonia social”, “a grandeza e o prestígio das classes armadas” e “a união de todos os brasileiros”. (*O inte-*

¹⁰⁹ Ressaltamos aqui ao menos duas coisas: a) partindo de uma perspectiva espiritualista, Salgado julgava que se se chegasse a “convencer” através de uma campanha “cívica”, os patrões e os operários a se “entenderem” cristãmente e em nome dos interesses superiores da Pátria, toda a “questão social” estaria, *ipso facto*, “resolvida” e integrados o capital e o trabalho. Tudo se resumiria, assim, a “converter” patrões e empregados ao cristianismo “social”; é a mesma perspectiva, aliás, da doutrina social da Igreja Católica, aqui focalizada nos anos 30 por Alceu Amoroso Lima. Plínio diria: “...concitava a todos os meus companheiros a realizar em si mesmos, aquilo que eu chamava ‘revolução interior’, ou seja o combate do mal, que reside dentro de cada ser humano, e o aprimoramento das virtudes, a fim de que, havendo homens bons, o conjunto dos homens, que nós chamamos ‘sociedade’ fosse também bom”. (I.V.B. p. 262-4); b) o chamado “voto de classe” seria uma reivindicação típica de setores sociais médios: a “hierarquia de discernimentos”, o voto “selecionado”, lhes garantiriam posição e *status* privilegiados no corpo político nacional. Vejamos, ainda, como Hitler e Maurras conceituavam a luta e a harmonia de classes. Hitler enfatizava sua crítica e condenação à idéia e à prática da luta de classes sociais, assim como à pregação do ódio entre elas. (*Speeches...* cit. p. 231, 916.) Acusava, aqui, a cumplicidade do centro liberal-democrático com os bolchevistas no estímulo à luta de classes, que, segundo ele, favoreceria a ambas: “Democracy is the canal through which bolchevism lets its poisons flow...” (*Speeches...* cit. p. 239, 683.) Por isso, pleiteava o desaparecimento do sistema de partidos, os quais seriam os responsáveis pela divisão das classes: “All classes must be welded together into a single German nation.” (op. cit. p. 263.) Um bom desenvolvimento econômico somente seria possível, segundo Hitler, quando as disputas políticas cessassem: “A sound economic life could arise only when political disputes were at last decided... In the parliamentary system we do not recognize any true expression of the will of the people, but we see in it a perversion, if not a violation of that will.” (op. cit. p. 503, 505 e 819.) A recuperação da economia deveria assim necessariamente começar pela recuperação do Estado, por sua racionalização e pelo barateamento de sua burocracia: “Power has ever been the path-finder for economic progress. We have to reduce the government’s cost and its size.” (op. cit. p. 854, 867 e 870.) Charles Maurras diria em 1925, formulando seu “nacionalismo integral”: “Comment une démocratie aspirerait-elle, sincèrement, fermement, continûment à diminuer les haines de classe, à réconcilier le riche et le pauvre, l’employeur

gralismo perante a Nação. p. 41-6.)¹¹⁰ Em 1936, são lançadas as preliminares do “Manifesto Programa” da AIB, que serviriam de base para a campanha eleitoral de Plínio Salgado à Presidência da República. Este documento reproduz as “Diretrizes Integralistas” (1933), reafirmando, ao final: “O integralismo não é antidemocrático... O integralismo... não é a doutrina ou a apologia da ditadura. O Estado integral será um Estado forte, não para comprimir as liberdades legítimas e naturais, porém, para garanti-las contra o abuso dos poderosos.” (I.P.N. p. 62.)¹¹¹ O livro *Páginas de combate* é de maio de 1937. No artigo Carta aos inconscientes, comentando a guerra civil espanhola, Plínio se declara favorável e simpático a Franco. O caudilho simbolizaria “as forças que representam a última reação da alma nacional”, enquanto que os comunistas seriam degoladores de padres e defloradores de freiras. À frente, mencionará “as

et le travailleur? Elle vit de leurs conflits, et ce conflit fait vivre, grandir et prospérer le personnel politicien dont elle est formée. Le gouvernement des partis a toujours tendu à devenir le gouvernement des classes et les factions de classes à se battre avec plus d'entrain que les factions de partis. Il a la révolution dans le sang... La révolution sociale forme l'horizon naturel de l'État démocratique comme la centralisation administrative est son armature, comme l'individualisme anarchique, antidomestique forme le stimulant de toute son activité... Si l'on veut réformer l'État, il faut le faire d'une position qui permette de réformer aussi ce que l'État démocratique déforme et pervertit... si l'on attend quelque bien de cette réforme primordiale, il faut commencer par renoncer au principe qui la rend impossible, au principe de la démocratie et de l'élection. Il faut rechercher un autre principe: un principe qui évoque la paix des classes et non leur guerre fatale... un principe qui comporte dans sa nature essentielle le respect de l'héritage, de la tradition et, pour tout dire, de la famille protectrice et formatrice de l'individu, cellule-mère et génératrice de la Nation.” (Pour en sortir — Ce qu'il faut à la France. Ce que l'Action Française veut, ce qu'elle fait, ce qu'elle pense. p. 62.) Uma vez mais, assim, constata-se a inanidade da afirmativa de Salgado, em 1958: “...tratei de construir um sistema político novo, em tudo diferente a todos do mundo... (*O integralismo na vida brasileira*. cit. p. 261.)

¹¹⁰ Héglio Trindade assinala: “Mais tarde, por volta de 1935, sob a influência de Salgado, a posição oficial começa a se modificar. O chefe integralista, diante da perspectiva de uma tomada de poder por via eleitoral, começa a frear o radicalismo do movimento.” (op. cit. p. 217.)

¹¹¹ Neste mesmo livro, Salgado anexa, como documentos pró-integralistas, além de vários trechos do livro *Indicações políticas*, de Alceu Amoroso Lima, também uma citação de um ensaio do Pe. Ludovico, onde este afirma que “sob o ponto de vista católico é preciso reconhecer que o integralismo satisfaz as exigências de liberdade formuladas pela Encíclica ‘Non Abiamo Bisogno’... Em comparação com o Estado totalitário, o Estado integral representa um progresso, porque não inclui a idéia cesariana da autoridade e exprime melhor a iniciativa das partes no todo... Conclusões: 1. A religião não impõe nem impede a adesão dos católicos ao integralismo”. (I.P.N. p. 68-73.) Entre os inúmeros documentos de apoio e simpatia ao integralismo, firmados por altas personalidades de nossas Forças Armadas, clero e burocracia estatal, destacamos a de Azevedo Amaral, qualificado por Plínio como “ilustre pensador e polígrafo brasileiro”. Segundo Plínio, Azevedo Amaral também confirmava que o integralismo não era um extremismo e que nem podia ser equiparado ao comunismo para efeito de combate, sob o rótulo de “doutrina perniciosa à nação brasileira”. (I.P.N. p. 78-9.)

tropas heróicas do General Franco”. (P.C. p. 160.) O exemplo espanhol serviria, para ele, à nossa burguesia “materialista, agnóstica, grosseira, comodista”, como uma advertência. Já o integralismo seria uma “campanha sagrada de reavivamento das energias nacionais”. Assume uma retórica bíblica: “Como os antigos profetas, não com as virtudes deles, porém, com o sentimento profundo da alma dos simples, dos humildes... falo-vos, ó pais de família, ó esposos, ó irmãos... grandes são os castigos que Deus envia àqueles que não diligenciam no serviço sagrado.” Condena os “políticos de todos os partidos” que freqüentam os “cassinos”, as “praias”, o “hall dos hotéis elegantes”, as *garçonnières*, os *rendez-vous*, as corridas de cavalo, as confeitarias, etc. Revela que ele, Plínio, lhes falava “com as cóleras sagradas de uma Nação que vos condena pela minha boca... chego a imaginar que Deus, na sua infinita justiça, não deverá poupar-vos”. (P.C. p. 17-21.) A seguir, continua contestando que o integralismo seja um “extremismo de direita”, lembrando que também na Espanha os que eram igualmente rotulados de direita (Franco), eram, na verdade, os “bravos que hoje representam tudo o que a sua Pátria ainda tem de são, de salvador dos últimos redutos, da dignidade de um povo”. Logo a seguir, no entanto, Plínio admite o integralismo como um movimento de direita, ainda que não “extremista”: “Todos os países estão apreensivos... cada qual deverá tomar o seu lugar na esquerda ou na direita. A esquerda é a violência, é o golpe cruel, é-o assassino frio, é o defloramento em massa, é o saque organizado, é o massacre, é o incêndio, é a blasfêmia. A direita é a união sagrada em torno da bandeira da Pátria, das tradições nacionais, é a virtude, é a castidade, é o heroísmo, é a religiosidade, é a delicadeza de sentimentos, é o pudor individual e coletivo, é o sacrifício, é a honra de uma nação.” (P.C. p. 19-22.) No artigo Filantes, ele descreve uma situação em que os integralistas são vistos como defensores e vanguardas das instituições, enquanto os burgueses, que deveriam ser os primeiros interessados, se “acomodavam”, “filando” os “sacrifícios dos camisas-verdes”. Nega, com veemência, que os integralistas fossem “capangas de vadios, de indolentes e de aventos”. (P.C. p. 27-30.)¹¹² No artigo Em face do dilúvio, ele declara que os inimigos ou adversários do integralismo ou eram “cretinos manobrados pelas forças secretas da Internacional moscovita, ou estão mancomunados com os bandidos da tcheca e do czarismo vermelho... Só existe uma coisa impermeável ao Soviete: o integralismo. Só existe uma coisa que o Soviete odeia: o integralismo”. Aqui,

¹¹² Mussolini dissera: “Si la bourgeoisie, disais-je alors, croit trouver en nous des paratonnerres, elle se trompe. Nous devons aller audevant du travail... Nous voulons habituer les classes ouvrières à être capables de diriger, ne fût-ce que pour les convaincre qu’il n’est pas facile de faire marcher une industrie ou un commerce.” (*La doctrine du fascisme*. cit. p. 25.) E Hitler, referindo-se aos primeiros passos do nacional-socialismo alemão: “A fonte de reserva, na qual o movimento incipiente tem de conquistar seus adeptos, será, em primeiro lugar, a massa dos nossos operários. Esta é que nos cumpre, a todo preço, arrancar à mania internacional, salvar da miséria social, levantar da crise cultural, para integrá-la na comunhão geral e, como um fator bem distinto, precioso, desejando agir conforme o sentimento e espírito nacionais.” (*Minha luta*. cit. p. 219.)

Salgado declara apoiar os pedidos de prorrogação de “estado de guerra” que o governo, sob a presidência de Vargas, vinha endereçando, sempre com sucesso, ao Legislativo. Mas, advertia que “fora do integralismo não há salvação. Ou o integralismo vence, ou a Nação morre. . . O milagre do integralismo é exatamente esse: ter organizado o patriotismo. . . ter objetivado numa realidade tangente as reservas ocultas das energias nacionais. . . Sem mística não se pode garantir nenhuma defesa nacional, nenhuma eficiência da luta. . . Que adianta patriotismo disperso, sem direção, sem técnica, sem sacrifício e sem renúncia?” (P.C. p. 33-6.) Fazendo um retrospecto, afirma que de 1926 a 1931 ele trabalhara para “os primeiros afloramentos de uma consciência definitiva brasileira” e de 1931 a 1936, para “concretizar em ‘fato histórico’ o estado de espírito correspondente”: “Tudo no Brasil será inútil como salvação nacional, contra o comunismo, se não se opuser à mística vermelha uma outra mística mais forte. Contra a mística do bolchevismo, só a mística do integralismo.”¹¹³ Aqui, Salgado afirma que a AIB — já um partido político — possuía no País cerca de 100 jornais semanários, oito diários, uma revista ilustrada e uma de “alta cultura”, mais de 3 000 núcleos integralistas, mais de 1 000 escolas primárias integralistas bem como mais de 400 vereadores, algumas dezenas de prefeitos, vários deputados estaduais e um deputado federal. Concluía: “Somos uma força nacional.” (P.C. p. 36-9.) Afirma, com ênfase, a legalidade e o carácter legítimo do integralismo, apresentando-o como um movimento de apoio e de reforço da autoridade e do poder estatal institucional vigente: “Surgimos com a lei, pela lei, respeitando a lei, cultuando a lei. . . Dentro da lei, surgimos; com a lei marchamos; por ela nos batemos. . . Na lei temos encontrado o nosso amparo; da lei temos feito a nossa força. Da sua interpretação honesta temos deduzido a nossa norma de conduta. Leais para com a lei, dela temos recebido a lealdade, pela voz dos magistrados do Brasil.” Referindo-se a uma decisão do Superior Tribunal Eleitoral, que aceitava o registro da AIB como partido político, contra pedido de cancelamento do mesmo feito pelo Partido Trabalhista, dá esse último como “filiado à II Internacional” e diz que “Cristo foi levado ao tribunal pelos seus próprios compatriotas”, exprimindo “a gratidão do povo brasileiro e o seu orgulho pelo Poder Judiciário que possuímos: o Brasil tem juízes!” (P.C. p. 41-4.) Reafirma

¹¹³ Hitler assim colocara este problema: “Como já dissemos, só um espírito crédulo pode aceitar regras de jogo com um parceiro para o qual elas só vigoram para *bluff* ou quando lhe são úteis e que as despreza logo que deixam de ser-lhe vantajosas. Como em todos os partidos da chamada classe burguesa, toda luta política na realidade consiste na disputa de cadeiras individuais no Parlamento. . . Falta-lhes aquela forte atração magnética, que sempre seguem as massas, sob a impressão incoercível dos altos, dominadores pontos de vista e da força convincente da fé inabalável. . . Mas, numa época em que uma parte, aparelhada com todas as armas de uma nova doutrina, embora mil vezes criminosa, se prepara para o ataque a uma ordem existente, a outra parte só pode resistir-lhe sempre se adotar fórmulas de uma nova fé política; em nosso caso, se trocar a senha de uma defesa fraca e covarde pelo grito de guerra de um ataque animoso e brutal. . . Não se combate o terror com armas intelectuais, mas com o próprio terror. . . (*Minha luta*. cit. p. 227, 237.)

a fidelidade da AIB ao Presidente da República e condena os “políticos” que “criam dificuldades ao poder público, impedindo-o de agir como é mister, em relação aos comunistas, e, ao mesmo tempo, pregam abertamente a guerra aos integralistas”. Declara que a única liberdade que o integralismo queria abolir era a dos comunistas, dos materialistas, dos ateus, etc.: a liberdade de se atentar contra a liberdade... queremos, não derrubar o regime, porém fortalecê-lo contra o assalto de seus fingidos defensores.” Confessa-se respeitador da Constituição Federal, da Lei Eleitoral e da Lei de Segurança Nacional: “Os métodos violentos não se justificam, nos países onde os tribunais estimulam aos amigos da ordem, a defenderem essa mesma ordem, dentro das leis vigentes.” Revela que a AIB mereceu elogios do chefe de polícia da capital (então Filinto Müller), assim como “do há tempos chefe do Estado-Maior do Exército e do próprio Presidente da República, que declarou estarmos agindo dentro das normas legais”. (P.C. p. 43-51.) Menciona, no entanto, perseguições aos integralistas em alguns estados como Minas Gerais, Paraná, Bahia, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. No Paraná, o governo estadual determinara o “fechamento de todos os núcleos integralistas”. Para ele, 1936 era o “V Ano da Era Integralista”. (P.C. p. 54-5.) Nega o caráter de extremismo de seu movimento, uma vez que jamais este fora conspirativo ou violento: “Eu nunca tomei parte, nunca chefieei, nunca aplaudi revolução nenhuma no País... Em 30, a minha palavra foi a mesma de 32: é preciso educar, educar, educar. Hoje, acrescento outra palavra: educar e vigiar.” (P.C. p. 64-6.) O artigo O drama de um herói, datado de 1936, apesar de não mencionar expressamente o nome de Luís Carlos Prestes parece-nos de fato a este dedicado. Aqui, Salgado confessa ter sido adepto da Coluna Prestes, a qual “simbolizava bem nossa inquietação, nosso desespero, porque não tínhamos, nós, os espíritos inquietos, encontrado o caminho necessário”. Agora, no entanto, qualifica Prestes de seu “inimigo”, seu “pólo oposto”, seu “antípoda”. O Brasil, afirma Salgado, “será dele ou será meu”. Prestes teria se “transviado” e ele condena o seu messianismo: “Nós estamos numa Idade Nova, das máquinas e da técnica... Esta fase da civilização humana já não comporta ídolos, profetas políticos, taumaturgos, monges misteriosos, místicos exaltados. Vivemos um tempo de novo misticismo equilibrado, com um profundo senso de realidades espirituais e materiais.” (P.C. p. 77-80.)¹¹⁴ Ao final do artigo, ele sugere que Prestes fora vítima de uma “enfermidade psíquica fatal”, tendo sido “explorado” e “encarcerado” por “estrangeiros e judeus”, “implacáveis e cruéis”: “Oh! Até quando, brasileiros, toleraremos que miseráveis estrangeiros, dentro da nossa Pátria, façam o que fizeram a esse herói nacional?” (P.C. p. 81-3.) Em Virtude de camisas-verdes, depois

¹¹⁴ O conceito de “misticismo equilibrado” revela, a nosso ver um impasse ideológico, do mesmo tipo daquele contido no ensaio positivista de conciliar ciência e religião, fé e conhecimento da realidade, etc. Salgado almejava uma fé “bem comportada”, condicionada por um racionalismo conservador e tradicionalista (no sentido de uma recuperação “modernizada” da tradição). Linhas atrás, no entanto, no mesmo livro, vimos como Salgado se afirmava imbuído do “sentimento” dos “antigos profetas”, ameaçando os burgueses com as “cóleras sagradas de uma nação”.

de reafirmar que a AIB era “o único partido nacional do Brasil”, revela: “Lutar: eis a grande alegria deste movimento. Encontrar dificuldades: eis a nossa volúpia. Sermos perseguidos: eis o motivo poemático. Sermos incompreendidos: eis um prazer singular que nos mostra uma superioridade deliciosa.” E quanto à hora da vitória integralista “só o Chefe (ele, Plínio) deverá saber, no instante supremo em que o destino dos povos lhe falar aos ouvidos”. (P.C. p. 87-9, o parêntese é nosso.) Em Segurança de direção, após reafirmar o seu apoio ao “estado de guerra” decretado pelo Governo (declarando ainda que era o mesmo gerido com “perfeito senso de equilíbrio” e “adequadamente” aplicado, “sem excessos, sem arbitrariedades... pelo superior critério das autoridades”) e de condenar os políticos por suas “atitudes vagas” e oportunismo “criminoso”, assinala: “Como pretendemos vencer? Pelos métodos constitucionais. Em que ambiente desejamos prosperar? No ambiente de ordem.” (P.C. p. 92-6.) Em Vejo-vos e estou alerta!, Salgado revela que, em 1935, telegrafara ao Presidente Vargas oferecendo-lhe 100 000 camisas-verdes para a defesa das instituições, ameaçadas pelo comunismo: “Estou em condições de cooperar para a manutenção da ordem... Ninguém mais, no Brasil, precisa tanto da ordem, como eu... nos utilizamos dos meios facultados pelo regime, na objetivação de reformas que reputamos indispensáveis à racionalização e fortalecimento da democracia.” (P.C. p. 99-103.) Exclama: “Não sou um ambicioso vulgar, porém, um grande ambicioso... porque prefiro, com os camisas-verdes, um lugar na história, coisa muito mais sedutora... do que um lugar no governo... Minha obra dirige-se, pois, aos séculos futuros... Sou doutrinador, sou político e fiz-me caudilho da dignidade da minha Pátria.” (P.C. p. 102.) Percebia, no entanto, que a AIB começava a ser combatida e hostilizada pelo Governo. Afirmando que “somos mais de 1 000 000 em todo o Brasil”, pergunta: “Para onde estão nos empurrando? ... Quererá o Governo da República nos obrigar pela força e pela violência, a sairmos desta luz clara... para aquele ambiente de onde saem as surpresas da história?” (P.C. p. 118.)¹¹⁵ Noutro artigo, expõe, em itens, o programa da AIB. Dele extraímos as seguintes idéias-força: Deus-Pátria, unidade nacional, tradições nacionais, soberania financeira, anticapitalismo internacional, família, propriedade, anticomunismo, alfabetização, moralidade, civismo, história do Brasil, Brasil grande potência, justiça social, cultura integralista, autoridade, ordem, assistência social, legalidade, legitimidade, antidemagogismo, raça brasileira, disciplina, harmonia e concórdia de classes, anticospopolitismo, antipoliticagem, antibarganha, idealismo puro, prestígio e aliança com as

¹¹⁵ Diz Levine: “By the end of 1937, integralist leaders claimed between 300,000 and 400,000 adherents in 4,000 local cells. Based on the knowledge that most units inflated their rolls for reasons of prestige and that only one third of the rank and file attended meetings faithfully, a more accurate estimate of integralist strength, would fall between 100,000 and 200,000 activists. Nevertheless, the figures are impressive, considering their urban concentration and the generally low level of political mobilization in Brazilian society.” (op. cit. p. 95.)

Forças Armadas, hino nacional, culto dos heróis do passado, nova era, grande Nação, civilização do futuro, pensamento novo. (P.C. p. 107-19.) Em outro artigo, mencionando os centros de assistência médica e as escolas da AIB, assinala que estes núcleos tornavam os homens “fortes, eugênicos, disciplinados”. Mostra que, depois de “arrancar” a mocidade dos cabarés, o integralismo, entre outras coisas, “pegara” o homem do campo, “abatido e doente”, tornando-o “desempenado”, ensinando-lhe “o ritmo de marcha, as atitudes corretas”, ministrando-lhe, ainda, remédios contra a maleita. (P.C. p. 124-5.) Afirma: “O integralismo é a ordem profunda, a ordem estrutural, a ordem substancial, enquanto a outra, a da liberal-democracia, é a ordem da violência, arbitrária, sofisticadora, sem base e sem lógica.” E ao chefe de polícia de Santa Catarina, que proibira o uso da camisa-verde e a propaganda doutrinária em excursões integralistas, exclama, após procurar “convencê-lo” do “mal” que fazia: “Enxugue essa lágrima!” (P.C. p. 121, 130-4.)¹¹⁶ Noutro artigo, ele enumera os inimigos do integralismo. São eles: a) os comunistas; b) o capitalismo internacional; c) a maçonaria; d) alguns governos estaduais; e) os “jornais burgueses” (citando aqui *O Estado de São Paulo*); f) a liberal-democracia aliada e instrumento do comunismo. (P.C. p. 145-54.) Assinala a vigilância e o controle policial do Governo sobre a AIB e invoca ainda uma vez “uma tradição de três anos de defesa da ordem legal”. Nega que a AIB seja financiada por Hitler, por Mussolini, pelo Papa, pelo governo, pelos industriais e pelos latifundiários. (P.C. p. 149-52.)¹¹⁷ Finalmente, a 23 de maio de 1937, candidato à Presidência da República, Salgado pronuncia um discurso intitulado “Salvemos a democracia!”, onde se declara dentro do “espírito da Constituição”, não pretendendo “atentar” “contra o regime vigente através de cuja prática honesta objetivamos, de futuro, as reformas indispensáveis à sua estabilidade definitiva”. Ele parece ter aderido ao legalismo constitucionalista de 1934, declarando que este “assenta em normas democráticas insofismáveis”. Já agora assinala ser uma “condição

¹¹⁶ A retórica de Plínio é toda ela acentuadamente melodramática. Em *Cartas aos camisas-verdes*, que inclui alguns relatos de caravanas políticas, todos os contatos dele com os núcleos integralistas são descritos em termos de lágrimas, delírios, emoções sufocadas ou em explosão, entusiasmos incontidos, bravuras cívicas, etc. (C.C.V. p. 147 e outras.)

¹¹⁷ Hélió Trindade, baseando-se em testemunho de dirigente integralista, revela-nos que a AIB recebia contribuições financeiras de “homens de negócios”, de “grandes proprietários ou usineiros do Nordeste” e também “ajuda externa”. Neste último tópico alude à contribuição financeira mensal do Conde Galeazzo Ciano, ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália e genro de Mussolini, concluindo todavia Trindade: “Entretanto, a extensão desta ajuda não foi até o presente suficientemente estudada mas parece que não foi decisiva para o funcionamento da AIB”, a qual se autofinanciaria. (op. cit. p. 194-5, nota 45.) Levine, por sua vez, esclarece: “Financial support for the movement came from dues, gifts from private contributors, and foreign sources. The integralists denied that they received foreign help; probably it was minimal, contributed mostly to AIB German and Italian front groups... In the early days of the movement, Salgado financed his organization himself.” (op. cit. p. 95-6.)

fundamental das democracias” a “existência de partidos políticos cuja viabilidade se expresse nas legítimas deliberações dos seus componentes”. Passa a defensor das aspirações democráticas de representação partidária, condenando o “caciquismo político” e o “poder pessoal” dos chefes de partidos e dos governadores de estados, os quais, por seus regionalismos, ameaçavam a “unidade da Pátria”. Condena, igualmente, as “compressões eleitorais desabusadas, a sistematização da violência, o exercício da fraude através das máquinas administrativas”, etc. Dizia pretender “reformas” que assegurassem a “vitalidade” do “regime democrático representativo”. Estas reformas implicariam maior “força do Estado”, pois “democracia e autoridade se afinam por um só ritmo”. A AIB se propunha “salvar a democracia em nosso País e a unidade da Pátria”. Mas a “reforma constitucional” a ser proposta pela AIB implicaria a “substituição” da “ficção hipócrita dos partidos regionais... pelas corporações, capazes de captar e exprimir a legítima soberania do povo”. Salgado nega ser a AIB um “extremismo da direita”. Pretendia “reformas justas e honestas” num “ato de fé na democracia”, a qual cumpria “defender a todo transe”: “Temos todo o interesse em que as eleições se realizem. Pomos todo o empenho em que a ordem seja respeitada no País. Queremos a paz necessária às lutas eleitorais.” Denunciava, por outro lado, a infiltração de “agentes bolchevistas” nas duas correntes “oficialistas” que sustentavam as candidaturas presidenciais Armando de Sales Oliveira e José Américo de Almeida. Já a AIB, era a mais legítima, a mais pura expressão da democracia brasileira. (I.P.N. p. 84-96.) Em junho desse ano em O Cristo e o Estado integral, declara: “Por Cristo me levantei; por Cristo quero um grande Brasil; por Cristo ensino a doutrina da solidariedade humana e da harmonia social; por Cristo luto; por Cristo vos conclamo; por Cristo vos conduzo; por Cristo batalharei.” (I.P.N. p. 98.) Revela que neste mesmo mês o Presidente Vargas, ao receber a comissão que lhe fora comunicar a candidatura de Salgado à Presidência da República, garantira a realização de eleições, a imparcialidade do Governo, declarando ainda que o integralismo o “impressiona satisfatoriamente” e que nunca encontrara, “da parte dos integralistas nenhuma dificuldade para o meu governo”. (*O integralismo perante a Nação*. p. 99-100.) Não obstante as alegações de Salgado concernentes à ordem constitucional e ao regime de 1934, é de se assinalar que, alguns meses após estes artigos, ele participou de conchavos visando o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, declarando-se favorável ao mesmo, conforme se verá a seguir.

5. Do integralismo à democracia cristã: 1937-1945

Desferido o golpe de 10 de novembro de 1937 que instaurou o Estado Novo (ou Estado Nacional), outorgada uma nova Constituição, de natureza corporativista e dissolvidos os partidos políticos, Plínio escreve, a 28 de janeiro de 1938, uma carta ao Presidente Vargas, onde se dizia traído e ludibriado por uma bem sucedida manobra golpista. Não obstante

tudo isto, ainda faz, imbuído de “boa vontade”, um apelo ao presidente, em tom conciliatório e com espírito de colaboração. De início, refere-se ao convite que lhe teria sido feito para ocupar a Pasta da Educação e relembra a colaboração efetiva que a AIB prestara ao golpe de novembro, pelo “clima” favorável que ela criara para o desenlace golpista. (*O integralismo perante a Nação*. p. 109.)¹¹⁸ Após sumariar a atuação da AIB desde 1932, assim como resumir seus princípios doutrinários e mostrar os serviços sociais por ela prestados (escolas de alfabetização, ambulatórios, lactários, farmácias, campos de esporte, bibliotecas, etc.), assinala também a sua “nobre aspiração religiosa”. Enfatiza a importância fundamental da mística integralista, do uniforme, do anuê e do sigma. “Pede” ao Presidente Vargas autorização para manter estes símbolos e procura negociar a permanência da AIB como “mística desinteressada” que passaria a funcionar em apoio do Estado Novo: “Milhares de vezes declarei em cinco anos de propaganda: o meu objetivo último não é o poder, mas a formação da consciência nacional e o início de uma obra civilizadora no Continente. . . O poder, para nós, sempre foi encarado como uma contingência, jamais como uma aspiração. . . Nem aspirávamos ao poder, nem nos furtaríamos à sua conquista, tudo dependendo de circunstâncias históricas imperativas.” Salgado condiciona apenas o seu apoio ao Estado Novo ao fato de que este instaurasse uma “ordem nacionalista e cristã”. Afirma, ainda, que de 1932 a 1937, toda a ação da AIB “coincidira com a linha política do Presidente da República”. (I.P.N. p. 110-16.) Nesta carta, Plínio historia e confirma todos os entendimentos que teve com a cúpula governista do País, visando o golpe de 10 de novembro de 1937. Assim é que recebera antecipadamente uma cópia da nova Constituição a ser promulgada, aprovando-a em suas linhas gerais: “Tomaríamos a Constituição a outorgar-se como uma etapa inicial até atingir-se a demo-

¹¹⁸ Hélio Silva relata: “Ninguém melhor que Plínio Salgado descreve os entendimentos do candidato à Presidência da República, Plínio Salgado, sua colaboração, seu apoio ao golpe de 10 de novembro de 1937 que derrotaria a Constituição de 34, impedindo as eleições para as quais se apresentavam, democraticamente, três candidatos: Plínio Salgado, José Américo e Armando de Sales Oliveira.” Silva menciona também uma carta do General Newton Cavalcanti, da qual transcrevemos o seguinte trecho: “O golpe de 10 de novembro. . . foi, não há dúvida, o resultado concreto da cooperação corajosamente cívica das três únicas forças genuinamente nacionais e organizadas no Brasil — o integralismo, a Marinha e o Exército. Quem as mobilizou e quem as dispôs, articulando-as para a defesa da Pátria, foi S. Ex.^ª o Sr. Presidente da República. . . Foi por intermédio da minha pessoa que o Ex.^{mo} Sr. Presidente da República efetivou a aproximação considerada necessária e indispensável, antes do golpe de 10 de novembro, com o Dr. Plínio Salgado. . . Do encontro entre ambos resultaram entendimentos seguros no sentido feliz da objetivação dos superiores propósitos em que se encontrava o Chefe do Governo de salvar o Brasil. . . Em troca, porém, da certeza absoluta do apoio moral e, se necessário, material, do integralismo ao Governo, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Getúlio Vargas ofereceu e prometeu segurança, também absoluta, de que respeitaria e garantiria, após o estabelecimento do novo estado de coisas no País, a existência desse até hoje único movimento de alto sentido cultural e sentimental que possui a história político-social do Brasil.” (*1938 — terrorismo em campo verde*. Civilização Brasileira, p. 107, 141-2. 1971.)

•racia orgânica como a tínhamos sonhado.” Reafirma que as idéias integralistas — “as minhas idéias de Estado... são absolutamente brasileiras e nenhum parentesco apresentam com nenhum tipo de ditadura”. Salgado qualifica o então Ministro da Justiça, Prof. Francisco Campos, de “fascista”, aludindo aqui ao “fascismo governamental”. Afirma que Francisco Campos lhe teria garantido que a AIB seria “a base do Estado Novo”. (I.P.N. p. 118-9, 127.) Lembra que o integralismo “não criaria dificuldades ao golpe”, que aceitaria o Estado Novo como um “fato consumado”, de acordo com a ética integralista. Revela entendimentos cordiais com o General Eurico Dutra, então Ministro da Guerra, o qual “elogiava os oficiais integralistas”, mencionando ainda o General Newton Cavalcanti. (I.P.N. p. 117, 120-1.) Declara que a 1º de novembro, já ciente do golpe, prometera “colaborar numa ordem nova com o Presidente da República”. (I.P.N. p. 124.) Relata a audiência que tivera com o próprio Presidente Vargas, quando este último lhe agradecera a colaboração que, desde 1931, o integralismo viera prestando ao seu governo, em sua “campanha nacionalista, anticomunista e anti-regionalista”. A Vargas, Plínio afirmara a “mística do martírio” do integralismo: “Eu tinha a impressão de que se iria formar uma união nacional de que o integralismo seria o cerne”, confessa Plínio. (I.P.N. p. 122-3.) Ele só se convence de que fora “enganado” no próprio dia 10 de novembro, dada a atitude do Ministro Francisco Campos, e o discurso de Vargas: “Enganados, mas fiéis à palavra dada... Fomos, desde o primeiro dia do golpe tratados como inimigos... Nunca pensei que o único partido nacional... e que era o único capaz de conter a mística indispensável à construção de uma nova ordem, fosse considerado na mesma plana dos partidinhos egoístas e de visão estreita, além do mais inimigos do corporativismo e do fortalecimento do poder central.” Salgado acreditava, então, que a AIB continuaria como “sociedade cultural, esportiva e beneficente”, mas o Governo acaba por proibi-la, também, como tal: “Desencadeia-se a perseguição aos integralistas.” (I.P.N. p. 124-31.) Queixa-se a Vargas: “Encontro-me hoje, Sr. Presidente, na mais dolorosa das situações a que um homem de bem, pelo seu patriotismo, pela sua desambição, pela sua lealdade e pela sua dignidade poderia ser levado.” Admitindo ter sido vítima de uma “rasteira” e de um “tombo”, revela ter desenvolvido dentro da AIB, não obstante, uma missão pacificadora, acalmando os exaltados, “reduzindo-os à disciplina a fim de evitar que façam loucuras”.¹¹⁹ Lamenta que após o 10 de novembro as autoridades governamentais hajam “invertido” a realidade, chamando os integralistas de “extremismo de direita” e ao Estado Novo de “defensor da democracia”. Ao final da carta, “ressentido”, mas com “nobreza”, Salgado pede a Vargas que lhe recomende “de que maneira poderíamos trabalhar com dignidade pela grandeza do Brasil”. (I.P.N. p. 126,

¹¹⁹ Sugerimos a hipótese de que, contrariamente às “revoluções” nazi-fascistas européias, onde a pequena burguesia teria sido “traída” após ter chegado ao poder, entre nós, dada sua extrema debilidade (“ingenuidade”), ela teria sido “traída” antes de chegar ao poder, não obstante ter colaborado para o “golpe” (de novembro).

132-5.) Após o *putsch* de maio de 1938, que ele nega ter sido uma “revolta integralista”, mas sim um movimento misto de integralistas e de liberais descontentes visando o restabelecimento da Constituição de 1934 (I.P.N. p. 136-7),¹²⁰ redige o chamado “Manifesto de maio” (15.5.1939). Neste documento, recomenda aos integralistas “que se abstenham de quaisquer agitações subversivas e de manifestações de caráter político, perturbadoras da ordem pública... O panorama sombrio do mundo exige que todos os brasileiros se unam no terreno comum do amor à Pátria”. O integralismo, afinal, eram “os princípios de Cristo aplicados à estrutura moral da grande Nação”. (I.P.N. p. 142.) Assim interpretava a “lição da Europa” naqueles dias: “A lição que a Europa nos oferece, neste instante, é suficientemente clara... Vemos, naquele continente, as derrotas diplomáticas sucessivas dos povos divididos internamente e sem vibração mística pelas aspirações nacionais, ao passo que os povos unidos, coesos, empolgados por um sonho único e mantidos em permanente estado de entusiasmo por milhares de propagandistas do patriotismo em função evangelizadora, esses traçam o mapa das nacionalidades com a ponta das baionetas.” (I.P.N. p. 143.)¹²¹ E indaga, a seguir: “Pretendemos que esses

¹²⁰ A participação efetiva de Salgado nas conspirações e na intentona liberal-integralista de 1938 é tratada por Hélio Silva às p. 146-9, 240-4, 250, 257 e 328-9 de seu livro *1938 — terrorismo em campo verde*. cit. Ver sobretudo os depoimentos do Almirante Nuno Barbosa e de Jair Tavares. Silva assinala, também, que faltou à intentona a cooperação efetiva dos militares integralistas: “Enquanto alguns assomam no palco, a grande massa desaparece. Havia dois mil oficiais integralistas no Exército. Não vamos encontrar mais os seus nomes. A Marinha de Guerra estava comprometida, em 70% de seus efetivos, na Revolução Verde. Restará o nome de Nuno Barbosa de Oliveira e Silva, deslocando o *Bahia*...” (op. cit. p. 146.)

¹²¹ Em nota ao pé desta página, na terceira edição, de 1955, Salgado nega que este trecho de seu Manifesto de Maio seja apologético das nações nazi-fascistas, sem contudo nos convencer. O argumento de Salgado resume-se em citar um trecho semelhante de um discurso do Presidente Getúlio Vargas, pronunciado em 11 de junho de 1940, alegando ser inconcebível que Vargas também fizesse “propaganda nazista.” (I.P.N. p. 143.) Neste discurso, pronunciado um mês após o início da ofensiva alemã contra o Ocidente, Vargas dizia: “A humanidade inteira transpõe um momento histórico de graves repercussões, resultantes de rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política. E sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o princípio tumultuoso e fecundo de uma nova era. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo das suas aspirações, sem se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruínas. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis. A economia equilibrada não comporta mais o monopólio do conforto e dos benefícios da civilização por classes privilegiadas... Por isso mesmo o Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras para dar ao povo tudo quanto seja necessário ao seu engrandecimento, como coletividade. Não o poderia fazer, entretanto, com o objetivo de garantir lucros pessoais exagerados ou limitados a grupos cuja prosperidade se baseia na exploração da maioria.” Face ao estrangulamento do comércio exterior, assim respondia Vargas: “Se há mercados fechados à venda dos nossos produtos em consequência da guerra, em compensação para eles não se canalizam economias nossas

povos, fortalecidos pela unidade política, nos encaremos como um povo enfraquecido pelas dissensões, fácil presa de seus apetites, melancólica disponibilidade humana à mercê de todas as circunstâncias históricas?" Pede ordem, paz interna e união nacional face à "hora internacional, que exige tréguas nas lutas internas": "Como trabalhar? Cumprindo... a nossa doutrina... ser bom pai, bom filho, bom esposo, bom profissional, bom cidadão, bom patriota... a moralidade é a base da grandeza de um povo... Dai tudo ao Brasil... uni-vos... respeitando as autoridades constituídas e não perturbando, de forma alguma, a ordem pública." (I.P.N. p. 143-5.) Ainda no mesmo ano de 1939, 12 dias após este manifesto, Plínio redige uma "Mensagem ao Exército", sob forma de carta ao então Ministro da Guerra, General Eurico Dutra. Nesta, Salgado exalta e elogia o Exército Nacional, prevenindo-o de intrigas (de origem comunista) visando incompatibilizá-lo com o integralismo. Coloca "sob a égide do Exército, na minha ausência, a grande massa civil, nacionalista, espiritualista, anticomunista, arrebatada por uma incomparável mística da Pátria". Exclama, ao final: "Senhor General: entrego, nesta hora, à guarda vigilante, à inteligência e à defesa do Exército a obra que levei seis anos a construir... Essa força nacional, que eu criei, não poderá por felicidade do Brasil, ser jamais destruída... Esta força existe, e é preciso que essa força seja captada e aproveitada para fins bons e úteis e nunca abandonada". Menciona, expressamente, que sem o integralismo o "cabocio nor-

em troca dos artigos que nos forneciam. O que resulta, em última análise, é o aumento da produção nacional, procurando o País bastar-se a si mesmo, ao menos enquanto persistirem os empecilhos atuais ao comércio exterior. O Governo age... com o propósito de desenvolver as trocas internas... Estamos criando indústrias, ativando a exploração de matérias-primas, a fim de exportá-las transformadas em produtos industriais... No período que atravessamos, só os povos endurecidos na luta e enrijados nos sacrifícios, são capazes de enfrentar tormentas e vencê-las. A ordenação política não se faz agora à sombra do vago humanitarismo histórico... Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordens. A democracia política substitui-se a democracia econômica... A disciplina tem que ser baseada na justiça social, amparando o trabalho e o trabalhador para que este não se considere um valor negativo, um pária à margem da vida pública, hostil ou indiferente à sociedade em que vive. Só assim se poderá constituir um núcleo nacional coeso, capaz de resistir aos agentes da desordem e aos fermentos de desagregação. É preciso que o proletário participe de todas as atividades públicas como elemento indispensável de colaboração social. A ordem criada pelas circunstâncias novas que dirigem as nações é incompatível com o individualismo... Felizmente, no Brasil, criamos um regime adequado às nossas necessidades, sem imitar, sem filiar-se a quaisquer das correntes doutrinárias ou ideológicas existentes. É o regime da ordem e da paz brasileira..." (*O Estado de São Paulo*, 12.6.1940.) A repercussão negativa deste discurso deve ter sido grande junto ao governo dos Estados Unidos, tanto assim que o D.I.P. fez publicar uma nota com as seguintes manchetes: "A interpretação autêntica do discurso do Sr. Getúlio Vargas. Revogadas, diante desta, as anteriores. O discurso pronunciado pelo Presidente Getúlio Vargas a 11 do corrente não traz qualquer modificação à política internacional e do Brasil... A política externa do Brasil é de inteira solidariedade americana na defesa comum do Continente contra qualquer ataque vindo de fora... As relações entre o Brasil e as outras nações da América, principalmente os Estados Unidos, nunca foram tão boas quanto agora." (*Correio da Manhã*, p. 16, 14 jun. 1940.)

destino” se transformaria em “elemento nocivo à ordem”. (I.P.N. p. 147-8.) Já exilado em Portugal e face à guerra recém-declarada,¹²² ele envia uma “Diretiva”, datada de 5 de outubro de 1939, onde assinala: “Estamos com o Brasil seja qual for seu destino... única atitude será abstenção integralista iniciativas revolucionárias.” E ainda: “Absoluta frieza totalitários relação integralismo e procedimento faccioso seus governos demonstrado tantas vezes favor Presidente Vargas contra nós e ainda agora, são motivos suficientes nossa completa neutralidade principalmente tendo-se em vista Tio Sam ainda neutro... Nossa neutralidade não deve ser passiva mas ativa relação serviços nossa Pátria... sem sairmos linhas discretas atenta incerteza atitude governo brasileiro conflito mundial... Avise companheiros não tomarem atitude ou partido qualquer beligerante, pois não sabemos qual será atitude futura nosso Governo e além do mais os Estados Unidos com quais Brasil tem compromissos devemos honrar, ainda estão neutros.” (I.P.N. p. 151-2.)¹²³ Noutro documento, uma Carta-credencial (25.1.1941) dirigida a Gustavo Barroso, para que este o representasse junto a Vargas, Salgado assinala que o Presidente procurava a “cooperação dos integralistas com o Governo”. (I.P.N. p. 161.) Em setembro de 1941, Plínio lança outro manifesto (7.9.1941), onde assinala a “perplexidade” e a “confusão caótica” da situação mundial, causadas pela aliança da União Soviética com as democracias ocidentais, aludindo à “tormenta” do “fantasma do bolchevismo”. Recomenda a “união nacional” dos brasileiros naquele momento, para enfrentar as ameaças da situação mundial: “Essa forma consiste em darmos o nosso integral apoio ao atual governo do Brasil, em tudo o que ele houver de se empenhar para defender a intangibilidade da nossa soberania e independência... a família brasileira... o presente e o futuro da nossa Pátria.” Assinala, com ênfase: “Nenhum motivo de ordem doutrinária nos impede de assim proceder. Os fundamentos ideológicos da doutrina integralista são, em parte, os mesmos

¹²² Em carta a Raimundo Padilha, datada de 20.8.1940, Plínio afirma que Vargas o convidara mais de uma vez, mesmo após a intenciona de 1938, para ocupar a Pasta da Educação ou uma embaixada no exterior. (I.P.N. p. 156-7.) Aqui, ele afirma ainda que muitos temas e idéias do Estado Novo haviam sido “bebidos” na doutrina integralista. (I.P.N. p. 156.)

¹²³ A compreensão de que a posição do Brasil deveria, naturalmente, acompanhar aquela dos Estados Unidos parece ter sido comumente aceita pelo conjunto de nosso pensamento político dominante, fossem quais fossem suas divergências de ordem doutrinária ou política. A idéia de que o Brasil viesse a tomar uma atitude contrária ou independente dos Estados Unidos em matéria de política externa, parecia de fato inconcebível, ainda que, ao nível do discurso, isto não ficasse bem claro. Francisco Campos, então Ministro da Justiça, alguns meses depois da queda de Paris e alguns meses antes de Pearl Harbor, em um contexto, pois, de ascensão nazi-fascista e de neutralidade norte-americana, declarava a uma revista argentina: “En medio de la tragedia que está viviendo el mundo, la experiencia ajena debe servirnos para crear un frente único de las naciones de América y prepararnos para afrontar los trastornos sociales y políticos... La desunión favorece designios de conquista y en la hipotesis de una hegemonia nazi sobre el continente europeo, la fuerza expansiva de las nuevas doctrinas políticas seria tan grande que todos caeriamos, fatalmente, bajo su influencia avassalladora.” (*La Nación*, 8.7.1941.)

que inspiraram a Constituição de 10 de novembro de 1937... não houve divergências, *quanto a certas bases doutrinárias*, entre o integralismo e o regime que presentemente vigora no Brasil. O que se procurava solucionar em fins de 1937 e princípios de 1938 em sucessivas *démarches* com o Governo era a *forma da realização integralista* da nova ordem.” (I.P.N. p. 169-70, os grifos são de Salgado.) Prossegue: “Tanto é verdade não haver diferença entre a nossa doutrina política e a que em parte inspira o atual regime brasileiro, que uma a uma das aspirações políticas integralistas estão sendo realizadas pelo Estado Novo. A abolição das bandeiras estaduais, a extinção dos partidos regionais, a supressão do sufrágio universal, a restrição das autonomias estaduais, a federalização das milícias dos estados, as leis de amparo aos trabalhadores, o fortalecimento do Poder Central — tudo isso eram pontos do nosso programa... Se, pois, ideologicamente, nada nos impede de apoiar o atual Governo do Brasil, moralmente sentimo-nos nas atuais circunstâncias levados a essa atitude, que constitui um dever. Esse dever impõe-se num instante em que o Brasil precisa ter à sua frente um governo fortalecido pela unanimidade da opinião nacional.” Em conseqüência, recomenda aos integralistas a abstenção de quaisquer atos de “caráter político”. (I.P.N. p. 170-1.) Por ocasião da declaração de guerra do Brasil ao Eixo Nazi-fascista (22.8.1942), Salgado envia telegrama de solidariedade ao Ministro da Guerra e ao Presidente Vargas. (I.P.N. p. 181-2.) Em novembro de 1943, ele lança outro manifesto, onde afirma que “a minha filosofia política nunca dependeu de ideologias estrangeiras nem se subordinou a qualquer partido do mundo... Se alguma coisa de universalista há nessa doutrina, é aquilo que deriva do ensino da Igreja, transmitido da cadeira de São Pedro”. Afirma também a “invariável política pan-americana” do Brasil. Assinala que “nesta guerra contra as potências do Eixo, só traidores poderiam deixar de trabalhar pela vitória de nossa Pátria e das nações suas aliadas”, protestando contra a “vil calúnia” que afirmava ter ele se valido de “entendimento ou concurso nazista para fins partidários” no Brasil. (I.P.N. p. 185-7.) No que se refere à produção doutrinária nesta fase, temos, com destaque *A vida de Jesus* (1942), *A aliança do sim e do não* (1944) e *O conceito cristão de democracia* (1945): De *A vida de Jesus*, Plínio nos informa que foi iniciado nos últimos dias de 1938 e concluído em agosto de 1940, em Portugal. (I.P.N. p. 193.) Mais tarde, em 1946, referir-se-ia a este romance como “o livro que mais amo entre todos os que produzi”. (*O Jornal*, 11 ago. 1946.) A propósito deste livro e de *A aliança do sim e do não* ele nos relata a opinião elogiosa do Cardeal Cerejeira, o qual coloca lado a lado Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado, ambos identificados “pelos caminhos da ação política e construção social anticomunista”. (I.P.N. p. 192.)¹²⁴ *A vida de Jesus* pareceu-nos uma retomada, em ponto maior, da conferência de Plínio “A boa nova”, de 1919. Extraímos

124 Parece-nos que, uma vez afastado pelo exílio das atividades político-partidárias diretas e considerados os rumos políticos da II Grande Guerra que colocaram, lado a lado, as potências democrático-liberais e a União Soviética socialista (justamente a aliança do liberalismo ao socialismo, ou seja, dos dois “inimigos” essenciais

os seguintes tópicos que fixam, a nosso ver, o perfil do pensamento social cristão de Salgado ao início dos anos 40: a) *sobre o poder*: “Satanás dará aos seus vassalos as chaves do poder sobre os povos. Essas chaves chamam-se: *mentira, traição, ingratidão, crueldade, cinismo*. É com elas que se abrem todas as portas aos dominadores do mundo... Todas estas regras seriam um dia compendiadas por homens doutos, que se chamariam, por exemplo, Maquiavel, Nietzsche, e praticadas por indivíduos que se chamariam Bórgia, Fouché, Tayllerand, Lenine... Triste mundo! É abrir os olhos e contemplá-lo: a arrogância, o orgulho, a frieza, o desdém, a brutalidade, a intransigência, a injúria, a calúnia, o latrocínio, o cinismo, horrenda procriação dos espectros do mal... O mal do mundo é a ausência de Cristo nas almas... Cada tempo assumirá a sua feição, mas, debaixo de todas elas, estará o ‘mundo dos homens’, que escraviza o homem, lutando contra o ‘mundo de Deus’, que liberta o homem dos homens... Em todos os aspectos do drama moderno... falta... a luz do Cristo... Os bons governos do mundo não são os que traçam as gloriosas destinações dos povos, os que interpretam as superiores finalidades nacionais; esses não são compreendidos. O que interessa ao povo é o dia de hoje, a boca cheia, o estômago satisfeito. Não importa saber se, no futuro, à custa do bem-estar de agora, os filhos serão escravos e o chicote cantará sobre seus ombros; o que importa é comer bem.” (V.J. p. 10, 316, 318, 324, 326, 368, os grifos são de Salgado); b) *filosofia da dor*: “No dia em que não houvesse mais pranto, nós teríamos abdicado direitos imortais; ter-nos-íamos submetido a tudo que a vida oferece de precário e destrutível. Seríamos os cidadãos do País do Efêmero, os usufrutuários das coisas apodrecíveis... É mil vezes preferível sofrer do que fazer sofrer uma ofensa... Por que herdarão a terra os brandos, os tranqüilos? Pela força moral.” (V.J. p. 309, 313, 314); c) *filosofia da ciência*: “É através do coração que o espírito consegue ver; se limpo não for o coração, como será possível enxergar? ... Alongando-se das verdades eternas, o homem perde a percepção das linhas simples, das tonalidades puras do Universo; lança-se na confusão dos sentimentos, perturba os sentidos e as idéias e acaba por abdicar da própria personalidade, subordinando-se à mutação constante dos efêmeros... Julgando-se livre, desorienta-se e escraviza-se; imaginando-se forte, é fraco; supondo-se feliz, é desgraçado; e querendo ser alegre, é triste... Se os homens rezassem profundamente esta oração (o padre-nosso) e tudo fizessem para transformar em atos vivos o seu conteúdo, o mundo seria bem feliz! Essa oração traz em potencial todas as forças renovadoras da terra e todo o milagre transformador e salvador dos homens! ... Vinte séculos são passados sobre o equívoco dos escribas e ainda hoje a sua raça confusionista baralha as teses mais estranhas umas às outras. Andam ainda pelo mundo os que

do integralismo), de cujo lado nos alinhamos, Plínio Salgado se transforma num escritor católico *tout court*, como veremos do exame destes três livros produzidos no período 1938-1945. Esvaziado o conteúdo propriamente político do integralismo, restou, nesta fase, seu embasamento cristão e foi nesta linha que Salgado se concentrou.

pretendem aplicar os processos do raciocínio experimental à demonstração de verdades transcendentais; os que confundem os métodos da filosofia com os métodos das ciências particulares; os que não sabem distinguir a hierarquia dos planos das cogitações intelectuais, o objetivo dos ideais, segundo a natureza de cada um, o caráter de cada obra e o endereço de cada missão.” (V.J. p. 320, 323, 335, 434-5); d) *pobres e ricos*: “Não se é rico apenas pelo fato de ser dono de uma riqueza; pode-se ser hediondamente rico sem ter um vintém. E também não se é pobre somente pela circunstância de nada possuir; é possível nadar no ouro e ter a perfeição do verdadeiro pobre.” (V.J. p. 613);¹²⁵ *César e Deus*: “Se a jurisdição de César é legítima e reconhecida por Cristo, o território de Deus é inviolável e nele jamais César pode tocar. . . Toda dificuldade tem sido separar as ‘coisas que são de César’ das ‘coisas que pertencem a Deus’. Essa dificuldade origina-se do orgulho humano e do fato de César esquecer-se, freqüentemente, da fonte do seu poder e da finalidade do seu governo. César é uma expressão do homem, governando os homens. . . Deus criou o homem e deu-lhe liberdade; o homem organizou o Estado para tornar garantido o *cumprimento do dever de ser livre*, contra os crimes dos que se afastam de Deus, atentando contra a liberdade de outrem. O Estado exprime-se em César: o homem em função da liberdade humana. São as leis de César que garantem a paz material do mundo, como são as leis de Cristo que asseguram a paz das consciências. . . Sendo o reino de César, ou do Estado, deste mundo, isso não significa que César, ou o Estado, se desinteressem pelo reino de Cristo, porque o reino de Cristo é para os homens. . . É claro que César não deverá ultrapassar as fronteiras do seu Império. Quais são essas fronteiras? As do respeito à personalidade humana, e a tudo o que dela se origina, pois tais coisas já pertencem ao reino de Cristo. Jamais César deverá penetrar nos umbrais da consciência de seus dirigidos, como estes jamais deverão transpor os arcanos da consciência de César. . . O povo não pode ser uma criação de César, nem César uma criação do povo. E toda a vez que César quer criar o povo, fabrica um monstro; e toda a vez que o povo quer criar um César, fabrica um Anticristo. . . César e Cristo não são antíteses um do outro. Para que César viva é necessário que Cristo morra; e para que Cristo impere é preciso que César seja eliminado. . . César é o ápice da pirâmide humana; é o homem na sua máxima expressão de cultura científica, de progresso moral, de aspiração coletiva, realizando o Estado,

¹²⁵ Spengler, que nos parece ter contribuído para a crítica ideológica fascista ao mundo “moderno” nos anos 20 e 30 com o ponto de vista da aristocracia prussiana, refere-se à riqueza de forma diversa de Salgado: “A riqueza não é somente uma condição prévia, mas, antes de tudo, uma consequência e a expressão da superioridade; e isso não somente pela maneira como foi adquirida, mas também pela capacidade de organizá-la e de usá-la como um elemento de autêntica cultura. . . A alta cultura está ligada inseparavelmente ao luxo e à riqueza. . . E a riqueza que se acumula em poucas mãos e nas classes diretoras é, entre outras, uma condição prévia para a educação de gerações de cérebros de chefes às quais dá o modelo de um ambiente altamente desenvolvido.” (*Anos de decisão*. cit. p. 91, 94.)

síntese ética e jurídica de longas marchas na história.” (V.J. p. 656-61.)¹²⁶ *A aliança do sim e do não* (a nota dos editores portugueses é de maio de 1944), é uma conferência que Salgado pronunciou em Portugal. Neste livro, ele qualifica de “voz profética” a de Pio IX (o “ancião heróico, e intemerato batalhador”), o qual teria chamado “à luz da razão os homens de boa vontade”. Pio IX qualificara, em 1874, o sufrágio universal como uma “loucura”, por “entregar a decisão de questões gravíssimas às multidões naturalmente ignorantes e apaixonadas” (texto citado por Plínio em *Conceito cristão de democracia*, p. 160). Fora também o proclamador do dogma da Imaculada Conceição e da infalibilidade papal, assim como subscriptor da Encíclica *Syllabus* (1864). Salgado identifica os adversários de Pio IX na franco-maçônica, nos liberais, nos socialistas, nos anarquistas e nos literatos irresponsáveis. Define-se a si próprio como “católico” e contesta que os católicos sejam “adversários do progresso” pelo fato de se insurgirem “contra a imoralidade falsamente baseada em conquistas científicas”. O que se combatia era o materialismo, a “substituição da fé pela ciência”. Repudia o agnosticismo, “a mais orgulhosa das formas de negar”. Pede “disciplina religiosa” para enfrentar “a filosofia do êxito, consequência natural do paganismo, a que se chamou falsamente espírito de progresso”. (A.S.N. p. 31-8.) Pouco à frente afirma, quase nos mesmos termos de Alceu Amoroso Lima (neste período): “O homem, volvidas as costas aos fundamentos espiritualistas do seu destino, perdera o senso das medidas e proporções.” Repete a sua crítica de sempre ao século XIX: “A oposição que todos esses teorizadores manifestam ao cristianismo tem um caráter evidentiíssimo de libertação dos elos morais e das sanções da consciência, inibitórios da expansão do individualismo sem peias. Sendo o cristianismo o defensor supremo das prerrogativas da ‘pessoa humana’, cuja integridade e intangibilidade ele preserva traçando nitidamente as normas das ações segundo um ritmo de moralidade cuja medida é a Lei de Deus, por isso mesmo se opõe aos impulsos da loucura individualista.” As correntes de pensamento dominantes no século passado são condenadas em conjunto: o positivismo seria um “verdadeiro egocentrismo materialista”; o evolucionismo, uma forma de materialismo darwinista; o idealismo hegeliano e o criticismo kantiano, ambos ateus, pois que tinham o homem, e não Deus, como eixo de suas teorizações; o pragmatismo seria uma “filosofia do utilitarismo de Wall Street” e um “cientificismo experimental”, uma forma de materialismo (A.S.N. p. 46-50), com as “conclusões da ciência divorciadas da moral do espírito”. (A.S.N. p. 57.) Citando São Paulo, afirma que os homens do século XIX “dizendo-se sábios, tornaram-se loucos”. (A.S.N. p. 72-3.) Prossegue: “A liberdade, o mais precioso

¹²⁶ Em *O conceito cristão de democracia* (1945), Salgado revelará que, afinal, sua digressão sobre as relações César/Deus (teoria do Estado) era um desenvolvimento da perspectiva já fixada por Pio XI na encíclica *Ad salutem humani generis*, de 1930. É de se assinalar que, neste período, e para toda esta fase, o pensamento político de Salgado identifica-se praticamente com o de Alceu Amoroso Lima (ver nossa Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro, IV — Alceu Amoroso Lima, capítulo Autoritarismo político: segunda fase. RCP 1/1975).

dom que nos foi outorgado por Deus, exige, como condição de sua própria existência, um condicionamento religioso. Digo 'religioso' e não 'moral', porque sem uma concepção religiosa do mundo, a moral não passa de uma atitude personalista. . . . Que faz a sociedade burguesa do nosso tempo, senão aceitar, na prática, esses princípios materialistas, conquanto não tenha coragem para o declarar abertamente? . . . O que vemos, o a que assistimos é a aliança monstruosa do *sim* e do *não!*" (A.S.N. p. 74-5.) Assinala que a palavra dos Papas, todos eles "sábios conselheiros", de Pio IX a Pio XI (nesta fase, toda a crítica de Salgado ao liberalismo e ao socialismo é sustentada nas Encíclicas papais), não fora ouvida: "O materialismo de Freud infeccionou os costumes. . . E eis que os homens enlouqueceram. . . uma humanidade que perdeu suas forças na dispersão dos espíritos e no afrouxamento das virtudes que constituem a única base segura da nossa resistência nas tempestades históricas. . . salvai-nos, Senhor!" (A.S.N. p. 79-83.) Os cristãos, "sentinelas noturnas num acampamento adormecido", erguiam-se "para varrer as teias de aranha do confucionismo e arejarmos o mundo com a luz solar de afirmações categóricas, irreduzíveis, impositivas", separando "o trigo do joio, a luz das trevas" neste "vergonhoso conúbio do 'sim' e do 'não'" (A.S.N. p. 88-90.) O problema religioso era o essencial no mundo moderno: "Porque o gravíssimo problema de hoje não é um problema econômico: é um problema religioso. . . os verdadeiros motivos das rebeliões residem nas razões morais e, podemos acrescentar, religiosos." O modelo ideal de vida era o cristão: "A vida cristã modelo de recato, de comedimento nos prazeres, de caridade nos atos e nas palavras." (A.S.N. p. 95-8). O debate filosófico, político, sociológico e cultural de nossos dias é visto por ele como "confucionismo": "Queremos dizer um basta a toda essa confusão. Afirmar ou negar. Sermos de Cristo ou de Satã, mas definirmo-nos de uma vez por todas." (A.S.N. p. 100.) Aos "pioneiros de Cristo" impunha-se penetrar "nas florestas dos arranha-céus, nas cidades tentaculares", onde predominava a "superexcitação afrodisíaca dos cinemas, das praias e dos bailes. . . degradantes lascívia". A "revolução interior" seria a condição do "apostolado": "O apóstolo terá antes de tudo, de realizar em si mesmo o apostolado. . . . o sentimento da presença de Cristo é essencial à obra evangelizadora." (A.S.N. p. 112-4.) Plínio via então uma "missão" lusobrasileira: "E nós dizemos: quem não for capaz de nobres sonhos não compreenderá jamais D. Sebastião. . . o papel que nos cabe, a portugueses e brasileiros, irmanados no espírito lusíada, como anunciadores da verdade a um mundo que desmorona e rola, de abismo em abismo. . . Faremos relampejar no mundo imerso na barbárie a luz d'Aquele que é a única e verdadeira luz." (A.S.N. p. 123-32.) Exaltando a caridade e a humildade, assim como o perdão, sacrifício, cooperação e harmonia, assinala que Jesus nunca falara em "humanidade" e, sim, no "próximo": o conceito de humanidade fora forjado pelos "filósofos socialistas". E aludindo elogiosamente ao "infatigável Tristão de Athaíde", conclui: "E até hoje os problemas sociais só podem ser resolvidos com esses três elementos: amor, obediência e confiança. . . É preciso combater as teorias

capazes de suscitar contendas... Substituir todos os princípios de divisão pelos princípios de união.” (A.S.N. p. 142-54.) Finalmente, *O conceito cristão de democracia* (1945), livro que é oferecido à Imaculada Conceição, reduz-se a uma conferência realizada por Salgado em Coimbra, em dezembro de 1944. Aqui, se não nos enganamos, pela primeira vez ele se refere expressamente ao termo “democracia cristã”: “A verdadeira democracia cristã... a única exequível”, que “vivificaria” a “liberdade dos homens e a autoridade do Estado, fazendo a primeira fundamento da segunda e a segunda condição da primeira. Sua base está em Deus e sua inspiração nos ensinamentos do Evangelho.” O totalitarismo e o liberalismo, prevalecentes no mundo de então — “a autoridade que asfixia a liberdade e a liberdade que decompõe a autoridade, ambas tateando à procura de insensatas quimeras” — eram frutos do “orgulho” do homem, que recusara aqueles ensinamentos evangélicos. (C.C.D. p. 5-6.) A situação da democracia cristã é fixada: “A posição cristã corajosamente enfrentando os dois excessos: o da autoridade sem limitações dos Césares, tanto da direita como da esquerda, e o da liberdade, também sem limitações das massas, que conduz os povos àqueles extremos.” (C.C.D. p. 8-9.) Como epígrafe a seu ensaio, Salgado cita o seguinte trecho de uma mensagem de Pio XI do Natal de 1944: “Como antítese deste quadro do ideal democrático de liberdade e igualdade em um povo governado por mãos honestas e providas, que espetáculo apresenta um Estado democrático deixado ao arbítrio da massa!” Na “democracia de massa”, segundo Pio XII, “a liberdade moral da pessoa se transforma em pretensão tirânica de desafogar livremente os impulsos e apetites humanos... a igualdade degenera em nivelção mecânica... o sentimento da verdadeira honra, a atividade pessoal, o respeito pela tradição, a dignidade... tudo o que dá à vida seu valor... desaparece...” Na outra epígrafe, também uma citação de Pio XII, este último condicionava o exercício da autoridade à inspiração cristã. (C.C.D. p. 11.) Já quase ao final da II Grande Guerra, exclama Plínio: “O que desejamos é que nos digam claramente se havemos de assentar o mundo de amanhã numa concepção materialista ou espiritualista. Não pode haver cooperação nem transigência entre essas duas concepções.” (C.C.D. p. 21.) Ainda aqui ele mantém o mesmo conceito de materialismo, avaliando-o em termos de “destino biológico”: “O materialismo para ser materialista tem de ser determinista. No universo concebido pelo materialismo nenhuma intervenção é possível... também o homem não pode intervir no sentido de modificar os fatos históricos, pois estes se conduzem pelo imprescritível curso do determinismo... O objetivo, portanto, do homem, sob o conceito materialista da existência, é realizar-se na expressão biológica mais completa... O cientista é o sacerdote do novo culto... o materialismo... só pode ter uma base moral no egoísmo, ou seja a expansão biológica do indivíduo levada ao máximo.” (C.C.D. p. 26-7, 152.) Revela-nos que considera “o materialismo de Spencer o mais lógico dos materialismos”. (C.C.D. p. 39.) Este materialismo spenceriano, o “verdadeiro materialismo”, é aquele que “vai matando sutilmente a nossa crença religiosa, por meio de resultados sociais que provoca... pela moral utilitária, pelo conformismo... pela transigência”.

(C.C.D. p. 48.) Nietzsche e Marx seriam os apóstolos de um “materialismo agressivo... que nega abertamente a Deus e ao espírito”. Sorel, por sua vez, dera um “sentido altamente dinâmico” a este “materialismo agressivo”. (C.C.D. p. 51-3.) O Estado socialista é assim definido: “Uma espécie de tecnocracia, dirigindo a grande massa dos trabalhadores constituída por indivíduos sem família, sem pátria e sem Deus, exatamente como os vêm plasmando o próprio capitalismo, através da moral utilitária e da concepção materialista da existência.” (C.C.D. p. 56.) Previne contra o “Estado totalitário nacionalista” (ou “socialismo materialista nacional”) ou seja, o nazi-fascismo, assim: “Querendo livrar-se de um Estado totalitário destinado a absorver a espécie humana (o socialismo), cai na armadilha de um Estado totalitário que se propõe absorver a Nação.” Considera agora o totalitarismo nazi-fascista como um “erro” e um “desvio”, pois que o Estado aí não soubera “distinguir os limites entre o poder de César e o poder de Deus”, “triturando” desta forma a “personalidade humana”. (C.C.D. p. 84-5, o parêntese é nosso.)¹²⁷ A democracia cristã é definida como “uma democracia de *consequências*; é um efeito, jamais uma causa. A sua fonte, neste caso, não pode ser a massa bruta e incapaz de discernimento, a vontade da multidão inconstante conduzida ao sabor dos audaciosos. A sua fonte são os princípios, a doutrina, as regras originárias de uma concepção de vida... A democracia, portanto, considerada como meio da multidão julgar a idoneidade de regimes, constituições, códigos e leis, não tem autoridade nem filosófica, nem científica, nem técnica”. (C.C.D. p. 90, 96.)¹²⁸ A democracia cristã seria uma democracia “controlada”: “O uso que os inimigos da democracia têm feito dela contra

¹²⁷ Hitler, no entanto, considerava o nacional-socialismo uma doutrina basicamente cristã. Referindo-se aos seus partidários, ele dizia, em 1933: “They regard christianity as the foundation of our national morality, and the family as the basis of national life.” (*The speeches...* cit. p. 113.) Neste mesmo livro, ele definia o nacional-socialismo como legítimo intérprete da cristandade, assim como o principal baluarte da religião, da moral, dos costumes e da família: “I believe in Providence and I believe Providence to be just. Therefore I believe that Providence always rewards the strong, the industrious, and the upright.” (op. cit. p. 240, 370, 404, 804.) Admitia suas divergências com a Igreja no tocante à esterilização dos incapazes como forma de aprimoramento da saúde pública, mas assinalava como forma de cooperação sua, as subvenções e dotações orçamentárias que destinava à Igreja. (op. cit. p. 384, 398.) Gabava-se Hitler de haver retirado os padres dos abismos da luta político-partidária, devolvendo-os à Igreja: “And above all we have dragged the priests out of the depths of the political party struggle and have brought them back again into the Church.” (op. cit. p. 378.) Declarava, afinal, que o nacional-socialismo “is a cool-headed doctrine of realities”. (op. cit. p. 395.) A idéia de que o nazi-fascismo se “desviara” de seus propósitos e de seus caminhos, além de ser de Plínio era também de Francisco Campos. Este, em entrevista a *O Jornal*, em 3.3.1945, mencionava a “traição” que os fascistas europeus haviam praticado ao “esquecerem” os “valores de sentido e direção” do fascismo.

¹²⁸ A democracia cristã para Salgado, como se vê, não teria sua base na vontade e na soberania popular, mas sim nos dogmas e nas “verdades reveladas” do cristianismo. A democracia cristã seria, assim, de certa forma, uma “concessão” feita ao povo, às “multidões”, pelos exegetas e pelos sábios católicos encarregados de velarem pela pureza e pela obediência aos dogmas. Ela se fundamentaria mais nos “deveres”

ela própria é uma das maiores evidências históricas dos nossos tempos... Sendo a democracia a forma mais sensata de governo dos povos, não só pelas garantias que oferece internamente a cada pessoa contra arbitrariedade doutrina ou do próprio Estado... cumpre corrigir nela o que existe de contrário à sua permanência e vitalidade... Ou a democracia se proclama abertamente espiritualista e cristã e, nesse caso, pode outorgar todas as liberdades aos cidadãos, menos a de se utilizar dessas liberdades para implantar regimes que contrariem aqueles seus princípios fundamentais, e nem por isso deixará de ser democracia.” (C.C.D. p. 96, 101-2.) Volta a atacar e a condenar o debate ideológico de nossos dias: “Vivemos pela fé e pela razão e rejeitamos tudo o que se nos apresentar como excesso de intelectualismo, num mundo de irrealidades e delírios. O mundo por nós concebido é um mundo de formas nítidas e linhas bem definidas... Há valores eternos imutáveis. São os que exprimem realidades tanto subjetivas como objetivas. E neles que se baseia a doutrina social e política do cristianismo. Os tão numerosos erros do nosso tempo são o resultado de visões obliteradas, deformadas ou hipertrofiadas de verdades evidentes.” (C.C.D. p. 121-2.) A seguir, procura realçar as incompatibilidades insuperáveis entre cristianismo e socialismo: o cristianismo seria espiritualista, e o socialismo materialista; a economia cristã seria “grupalista”, enquanto a socialista seria “coletivista”; o cristianismo pregava a “caridade” ao “próximo”, não cogitando da “humanidade”, posição esta que não seria a do socialismo; o cristianismo era teocêntrico, enquanto o socialismo era homocêntrico, liberal, agnóstico e determinista; e, por fim, o cristianismo “colaboraria” com o Estado (César), não se “subordinando” todavia a ele, enquanto que o socialismo seria o próprio estatismo totalitário. (C.C.D. p. 135-7.)

6. O integralismo sem o sigma: 1945-1946

Ao se dar a reabertura democrática em 1945, Plínio Salgado concede uma entrevista à United Press, em março daquele ano. Nesta entrevista, ele invoca a sua “posição nitidamente pan-americana”, já fixada, conforme alega, no Manifesto de 1939. Menciona seu apoio à política externa do Estado Novo, aludindo ao Manifesto de 1941. Reafirma a “doutrina anti-totalitária do integralismo”, consubstanciada no seu lema “Cristo e Nação”. Procura mostrar que sua doutrina pleiteava um “governo suficientemente forte para garantir liberdades justas, o respeito à pessoa humana, a justiça

do que nos “direitos”: estes últimos seriam uma espécie de “prêmio” ao cumprimento dos primeiros. A democracia cristã não dependeria do “livre curso da vontade geral”. (C.C.D. p. 102.) Afirmava: “Não há, por conseguinte, outro meio de defesa e sustentação da democracia senão a considerarmos *democracia de efeito*, em função de uma consciência religiosa... uma democracia indestrutível, porque não traz em si, como um fruto bichado, a antítese de si mesma... Temos o direito de exigir que se nos diga para onde vamos. Democracia de olhos abertos, com itinerário nas mãos, eis a nossa... A democracia cristã é... um cheque nominal e com quantia

social, a independência e a honra da Nação”. (I.P.N. p. 197-9.) Em abril do mesmo ano, em entrevista à Associated Press, ele nega as ligações passadas do integralismo com “doutrinas ou partidos totalitários”, invocando aqui o testemunho do clero brasileiro, assim como de líderes cristãos, entre os quais “meu velho amigo” Tristão de Athaide: “A minha doutrina é essencialmente cristã e, portanto, antitotalitária. . . O que sempre ensinei e preguei foi o antimaterialismo, portanto, o anti-racismo, o antitotalitarismo.” Assinala que seu livro *A vida de Jesus* é o “resumo de todo o meu pensamento e que representa uma obra de meditação durante 10 anos, desde 1930 a 1940. . . idéias cristãs e democráticas”. (I.P.N. p. 200-1.) Em julho de 1945 subscreve uma carta-aberta à Nação brasileira, onde reafirma todas estas coisas, ou seja, sua posição antitotalitária, negando que tivesse sido antidemocrático e antipan-americano. As acusações em contrário partiriam, segundo ele, de “inimigos perversos”, não passando de “invenções” e “infâmias”. (I.P.N. p. 203-4.) No mesmo mês lança um manifesto-diretiva aos integralistas brasileiros onde, através de uma condensação histórica, confirma e valida, com base em todos os documentos anteriores do integralismo, de 1932 a 1945, os princípios *doutrinários* de seu movimento. Em um dos itens, expressa seu “repúdio ao Estado totalitário, seja o nazista ou seja o comunista, ambos baseados no que eles próprios denominam ‘materialismo histórico’, isto é, o transformismo de Darwin. . . que substituiu a condenável ‘moral utilitária’ pela igualmente condenável ‘moral científico-experimental’ dando origem ao *racismo* (luta de raças) e à revolução dialético-marxista (luta de classes)”.¹²⁹ Ao considerar o item “cultura cívica e física” da antiga Ação Integralista Brasileira, ele procura mostrar que a adoção, nos anos 30, do uniforme integralista e demais símbolos e rituais, fora motivada pelo fato de que, ao Sul do País, os nazistas (emigrantes e descendentes de alemães) usavam também seus uniformes, tinham suas bandeiras e realizavam seus desfiles, e o que ele, Plínio, visava, era combater tais práticas antibrasileiras usando técnicas e métodos semelhantes. Este procedimento condenável dos nazistas ao Sul é que, de acordo com Salgado, determinara “por parte dos antitotalitários nacionalistas o uso de exterioridades semelhantes para captar, nacionalizar brasileiramente tais elementos e impedi-los de formar quistos

escrita em caligrafia bem legível. . . Só os loucos e os perversos poderão aceitar uma democracia que não sabe para onde vai. . . desde que só vale o arbítrio das multidões volúveis e inconscientes. . . Como permitir, sem uma prévia preparação cultural, indispensável à capacidade crítica e ao exercício do livre-arbítrio, que alguém seja iludido por mentirosas promessas?” (C.C.D. p. 113-7, 165.) E por fim: “Democracia, considerada como autodeterminação de indivíduos e de povos, sem prefixação de princípios e de regras de conduta, é regime que atenta contra os direitos humanos, porque desarma o Estado em face de todos os erros e loucuras.” (op. cit. p. 113.)

¹²⁹ Assinale-se que Salgado enfatiza sua posição *antinazista*, mas menciona uma única vez seu *antifascismo*. Enquanto o *antimaterialismo* e o *anti-racismo* são invocados como posições *antinazistas*, no que se refere ao *antifascismo* em geral somente o *exagerado* estatismo deste é lembrado. Já o salazarismo e o franquismo não serão jamais citados para efeito de distinção com o integralismo.

raciais que poderiam ser utilizados pelo imperialismo nazista”. Alega mesmo que os nazistas de Santa Catarina eram “perseguidores” da AIB, “aliados aos políticos dominantes que mantinham em todo o estado, à custa dos cofres municipais, escolas em que só se ensinava em língua alemã: “Assim, fomos ali muitas vezes proibidos de desfilar com a camisa-verde brasileira mas vimos cheios de revolta os nazistas promoverem suas festas ostensivamente usando suas camisas-pardas... Os jornais alemães atacaram-me dizendo pretender eu ‘caboclicar os arianos’... A maior prova de que a camisa-verde, hoje inexistente, não era um símbolo de totalitarismo está no fato de as duas maiores festividades integralistas de 1937 terem sido honradas com a assistência do Sr. Presidente da República... Aliás, devo a S. Ex^a, o Sr. Presidente Vargas, as maiores provas de que nunca fui considerado chefe de um partido totalitário ou inspirado por doutrinas estrangeiras.”^{130, 131} Invoca, em favor de sua posição “liberal”, nos anos 30, o apoio da Liga Eleitoral Católica ao único candidato integralista à Assembléia Legislativa paulista, bem como o convite que recebera para ocupar o Ministério da Educação, no Estado Novo. Reafirma seu pan-americanismo, manifestado segundo ele já durante a guerra, apelando aqui para o testemunho do “ilustre brasileiro Dr. Oswaldo Aranha”, e

¹³⁰ Salgado trata, com evidência, de maneira diferente e com enfoques diversos este problema da mística e dos rituais integralistas, antes e depois de 1945. Após esta última data, seus argumentos já não são da mesma natureza daqueles formulados por ele entre 1932 e 1937. Além do texto citado, de 1945, acrescentemos estes dois outros, dos anos 50: “Quanto ao uso da camisa verde... ele não se relacionava, em absoluto com o conteúdo doutrinário da mesma Ação Integralista, pois a doutrina desta sempre foi profundamente brasileira, democrática e espiritualista, em contraposição ao nazismo e ao fascismo.” Alega que o uso da camisa-verde fora “aprovado e consentido por uma portaria do Ministro da Guerra” e que a própria cor da camisa tivera “aprovação oficial”. Concluiu: “Apontar, pois, o integralismo como totalitário ou inspirado em ideologias exóticas será ofensivo ao Sr. Presidente Vargas, assim como à idoneidade das autoridades públicas do Brasil.” (*O integralismo na vida brasileira*. cit. p. 204-5 e *O integralismo perante a Nação*. cit. p. 215.) Veja-se agora, no entanto, como colocava este mesmo problema na carta que escreveu ao Presidente Getúlio Vargas, em janeiro de 1938: “Nenhum integralista, à hora da morte... deixa de pedir que o enterrem com a sua camisa-verde. O gesto indígena de braço para o ar... e a palavra ‘anauê’ já fazem parte da personalidade mesma do integralista. O ‘sigma’ lembra-lhe toda uma filosofia e um conceito de vida, um sentimento e uma mística... a camisa-verde, o gesto, a palavra, o símbolo, são a única recompensa que os integralistas desejam porque são essas coisas que distinguem os místicos da Pátria dos aproveitadores das situações... Os integralistas, o que queriam era construir uma espécie de ordem religiosa de sacrifício pela Pátria... conservando entretanto, todos os característicos... as exterioridades que exprimem a objetivação concreta de uma comunhão de homens.” (I.P.N. cit. p. 112-3.) E o argumento de Salgado de usar a “mesma arma que o adversário emprega”, foi também particularmente explorado por Hitler. Este último, em discurso de setembro de 1922, dizia: “Extremes must be fought by extremes. Against the infection of materialism, against the jewish pestilence we must hold aloft a flaming ideal. And if others speak of the world and humanity we say the fatherland — and only the fatherland.” (*The speeches*... cit.) Já no que se refere ao relacionamento dos integralistas com os alemães e teuto-brasileiros no Sul do País, bem como da AIB com a seção brasileira do Partido Nazista, encontramos em Stanley Hilton alguns esclarecimentos. No que concerne ao último tipo de relação mencionado, Hilton assinala que, não

Plínio completava: “Hoje o maior apóstolo da política de aproximação dos povos americanos sob o signo da verdadeira democracia.” (I.P.N. p. 221.) e do Dr. Ademar de Barros, “interventor de São Paulo e intermediário do Sr. Presidente da República” junto a ele, Salgado. Voltando à atualidade (1945), afirma: “Por conseguinte, o integralismo, como atitude em face da vida e ação espiritual pelo bem do Brasil, não há forças que o destruam, nem o seu próprio fundador o poderia extinguir. O integralismo continuará a existir como ordenação de idéias políticas e sociais inspirada nos ensinamentos de Cristo... Continuará a existir como disciplina moral e sustentação de princípios filosóficos... Vive e viverá, porque existindo o Brasil, existe o integralismo, que é um modo de ser... É agora um inspirador político, um gerador de forças de opinião.” Recomenda, face à conjuntura política do País: “Sob o ponto de vista objetivo da política nacional e considerando ser o voto obrigatório a todos os brasileiros, por conseguinte aos integralistas, devem estes ingressar numa organização partidária cujo programa... não colidir com os pontos essenciais da doutrina do integralismo.” Estes “pontos essenciais” e “básicos” eram em resumo, os seguintes: “O conceito espiritualista da vida... o respeito à pessoa humana e a defesa da... família, propriedade, salário justo, inicia-

obstante as simpatias ostensivas de personalidades integralistas para com o nazismo e com Hitler e mesmo apesar de contatos eventuais entre aquelas personalidades e agentes nazistas, não se conhece nenhuma prova evidente de relações sistematizadas e permanentes entre a AIB, como um todo, e o Partido Nazista. Mais ainda, ao abordar as relações da AIB com os alemães (ou seus descendentes) radicados no Sul do País, mostra Hilton que o partido e a diplomacia nazistas não viam com bons olhos o entusiasmo dos teuto-brasileiros com o integralismo: “Integralism obviously borrowed from nazism and fascism a great deal in ideology, tactics and symbols... But NSDAP members were ordered not to join the AIB in any case whatsoever’... Integralist nationalism clashed sharply with German cultural interests in Brazil since in their desire to forge national unity, the greenshirts insisted on the assimilation off all ‘foreign colonies’... Salgado also voiced ideological criticism of nazism on several occasions... He pointed to the ‘dangerous pagan tendency of hitlerism’ and lamented that nazi mysticism lacked a christian basis... The German minister opined early in 1936 that Salgado’s depiction of nazism, ‘which distorts and misrepresents the picture of the New Germany in unbelievable fashion’... German officials in Brazil expressed similar misgiving. The minister made a trip through the southern States early in 1935, endeavoring everywhere to convince Teuto-Brazilians of the risks involved in supporting integralism... It is clear that German interests, desirous of strengthening Germanic culture in southern Brazil, did not encourage integralism.” (op. cit. p. 10-14.) Hilton assinala, porém, “a clandestine subsidy from the Italian government” para a AIB no começo de 1937, citando como fonte o *Diário de Galeazzo Ciano* (op. cit. p. 11). Para o contato efetivo de personalidades integralistas com altas autoridades nazistas, sugerimos consulta à carta de Dario de Bittencourt, chefe provincial do integralismo no Rio Grande do Sul, endereçada a Rudolf Hess, em “Como era verde o meu Brasil”, reportagem de Justino Martins. (*Reportagens que abalaram o Brasil*. Ed. Bloch, p. 69-70. 1973.) Por fim, também Hégio Trindade assinala: “Muitos integralistas de origem alemã e italiana entraram no integralismo pensando que se tratasse de um movimento brasileiro inspirado nos movimentos ideológicos fascistas de sua pátria de origem... Mas deve-se ressaltar que um grande número de descendentes de imigrantes se opuseram abertamente à propaganda nazi-fascista e lutaram pelos ideais integralistas sem nenhuma vinculação com movimentos estrangeiros.” (op. cit. p. 225-6, nota 64.)

tiva particular, liberdade religiosa... o repúdio aos regimes totalitários... a defesa da independência e da soberania da Pátria.” A filiação do integralista ao partido (ou partidos) que acatassem os “pontos básicos” enumerados não significaria, no entanto, o desligamento dele “dos compromissos intelectuais e morais assumidos para com o integralismo”. (“Manifesto-Diretiva”, *O Jornal*, 9 set. 1945.) Em agosto de 1946, ao ser homenageado pelos intelectuais portugueses por motivo de seu retorno ao Brasil, Plínio afirma: “O direito não é a vontade arbitrária de um homem ou de um regime, porém a síntese de uma cultura humana informada por princípios eternos. Ora, só a concepção espiritualista da vida nos faculta o livre-arbítrio que outorga aos indivíduos os direitos legítimos e os deveres imprescritíveis, assim como confere à Nação poderes cujos limites se pre-estabelecem como garantia das liberdades naturais... Entretanto, sem espiritualismo... sem cristianismo, não pode haver nem autodeterminação das pessoas nem o conceito de Nação como instrumento garantidor daquela autodeterminação... é neste sentido cristão de vida que encontra o segredo da nossa unidade pelo nosso bem e o bem dos povos.” Tudo se resumiria,

¹³¹ Fazemos notar que Plínio sempre se referiu ao longo de sua obra, de maneira elogiosa ou respeitosa ao Presidente Getúlio Vargas, assim como a Alceu Amoroso Lima, a Oliveira Vianna e a Azevedo Amaral — os três últimos, autores que ora estudamos. Mas Plínio nunca se referiu elogiosamente a Francisco Campos. Ao contrário, este último é sempre mencionado como “fascista”, maquiavélico, etc. Se for possível aqui, na investigação das causas desta “animosidade”, abstrair-se o incidente do golpe de 10 de novembro de 1937, quando Salgado teria sido envolvido e “iludido” por Campos, então Ministro da Justiça, parece-nos viável a hipótese de que havia também divergências ideológicas não superficiais e não desprezíveis entre ambos. Um estudo acurado do que havia em comum e do que havia de específico no pensamento político dos dois, parece-nos destinado a resultados fecundos para a compreensão do pensamento político brasileiro nos anos 30. Sugerimos desde logo que se enfatize, ao nível da análise do discurso, o *ceticismo realista e irônico* de Campos (talvez fruto de seu kantismo) como o *avesso do misticismo fideísta e maniqueísta* de Plínio. Este *ceticismo realista*, romântico, anti-racionalista e faustiano de Campos, ao que nos parece, aliás, encontrava um modelo em Spengler. O estilo da crítica ao racionalismo, tanto filosófico quanto político, é praticamente o mesmo em Campos e em Spengler. Afirmações como estas, de Spengler, colhidas um pouco ao acaso, encontram eco ao longo da obra política de Campos: “No fundo, o racionalismo não é mais do que crítica, e o crítico é exatamente o contrário do criador: disseca e reúne. Conceber e dar à luz são para ele coisas estranhas”; “Como última atitude intelectual, diante dos fatos tais como *são*, surgiu o *ceticismo*, a dúvida radical quanto ao sentido e valor do pensamento teórico e quanto à sua possibilidade crítica e conceitual para descobrir o que quer que seja ou realizar qualquer coisa praticamente: o *ceticismo* como expressão das grandes experiências históricas e fisionômicas, da visão incorruptível dos fatos, do verdadeiro conhecimento do homem, que ensina como o homem foi e é, e não como *devia* ser; esse *ceticismo* é a forma do conceito histórico real que mostra, entre outras coisas, que a crítica, toda-poderosa, teve os seus dias e passou inutilmente; o *ceticismo*, como *respeito* pelos fenômenos do universo, que são e permanecem mistérios impenetráveis, e que só podem ser dominados, praticamente, por homens de raça forte, que são *igualmente fenômenos históricos*, e não por programas e sistemas sentimentais” (os grifos são de Spengler); “O *ceticismo*, condição prévia da consideração histórica, isto é, da contemplação dos fatos de cima — da mesma maneira como o desprezo dos homens é condição necessária para o seu profundo conhecimento...”; “...como

como sempre, na cristianização dos homens através de uma “revolução interior” individual, servindo o integralismo como instrumento doutrinário “cívico” deflagrador daquela “revolução”. Neste discurso, Salgado refere-se, em agradecimento, aos integralistas lusitanos, que representam o mais notável movimento de idéias destes últimos tempos na história do pensamento português”. (*O Jornal*, 11 ago. 1946.)¹³² A 18 de agosto de 1946, já fundado o Partido de Representação Popular, Salgado chega ao Brasil, depois de sete anos de exílio em Portugal. Valia-se da anistia então concedida por nosso Governo aos presos políticos. Em entrevista a *O Jornal*, reafirma que o integralismo “como doutrina é uma coisa eterna. Como partido não está funcionando. Considero-o como um gerador de partidos”

derradeiro triunfo do racionalismo político, isto é, da pretensão de dominar a história viva com sistemas e ideais de papel”; “Falta-lhe ainda o ceticismo cesariano, o desdém dos homens, o profundo saber acerca da volubilidade de todas as aparências”; “O cesarismo perfeito é uma ditadura, mas não a de um partido, mas aquela de um único homem contra todos os partidos, principalmente contra o próprio”; “Ressuscitam as legiões de César.” (*Anos de decisão*. cit. p. 19, 22, 97, 105, 164-5 e 200.) Sugerimos, outrossim, um aprofundamento do estudo da “visão faustiana” de mundo — comum a Spengler e a Campos — como um dos pilares da ideologia fascista e/ou de “direita” no período histórico que estudamos.

¹³² Em carta a Olbiano de Mello, datada de março de 1932, Salgado já se referira ao integralismo lusitano através da obra de Antonio Sardinha: “Vou divulgar, por um sistema que engendrei, a obra de Alberto Torres, de Oliveira Vianna, de Tristão de Athaide, de Otávio de Faria, de Alberto Faria, de Euclides da Cunha, de Oliveira Lima, de Nabuco, a literatura do Rocco, do Gentile, do Mussolini, do Prezzolini, as obras de Sardinha, que é o que Portugal nos oferece de mais interessante.” (*Plínio Salgado*. ob. col. cit. p. 192.) O integralismo lusitano, a que Salgado se refere em termos elogiosos em 1946, teve considerável influência, a nosso ver, sobre o nosso integralismo. Lançado em 1914 por um grupo de intelectuais artavés da revista *Nação Portuguesa* (antecedendo, portanto, o nosso integralismo em cerca de duas décadas), o movimento se definia, no dizer de Antonio Sardinha (talvez seu mais destacado intérprete), como um “renascimento tradicionalista” liderado por uma “nova geração católica e monárquica”. Do livro de Sardinha *A prol do comum*... Lisboa, Liv. Ferin, 1934, transcrevemos alguns trechos produzidos nas duas primeiras décadas de nosso século — anteriores assim ao nosso integralismo — e que demonstram o parentesco e a identidade evidentes entre o nosso e o português: “...o integralismo, sendo um movimento nacionalista, não é apenas um movimento político. É também e principalmente um movimento de renovação intelectual... com o fito supremo do alevantamento da Pátria.” (p. 3, 11); “Porque tudo o que é repousa sobre tudo o que foi, é que para nós a tradição não é um ponto fixo no passado. É antes, e conforme a revisão científica do nosso tempo, a *permanência na continuidade*... Não nos podemos deste modo furtar a aceitação das regras sociais em que os nossos antepassados viveram, adaptando-as e corrigindo-as segundo as necessidades e as tendências reais da época em que vivemos... Eis no que se fundamenta o nosso tradicionalismo, pedindo a Maurras a sua fórmula lapidária: ‘Restaurar pela razão e pela vontade a obra que os nossos maiores consolidaram pelo costume e pelo sentimento’.” (p. 18-9, os grifos são de Sardinha); “País natal do intelectualismo, nós vemos em França o pensamento de Charles Maurras não faltar à cruzada de salvação nacional” (p. 28); “Temos também uma *alma* a restaurar — a alma da nacionalidade... Se a alma coletiva vive obscurecida e como que encarcerada na descida da nossa sensibilidade, é no lirismo natural da raça que

e que o integralismo é “antitotalitário”, explicando: “Sempre foi. O que há é uma confusão entre o problema da liberdade e da autoridade.” (*O Jornal*, 18 ago. 1946.) Em entrevista a *A Época*, de São Paulo (24 ago. 1946), assim se refere ao integralismo: “Eu desfraldei uma bandeira de legítimas reivindicações para a classe operária, e que objetivava, sobretudo, o bem-estar e a concórdia social. Em suas dobras não se ocultavam os

nós devemos dirigir-nos num apelo imediato” (p. 28-9, o grifo é dele); “A guerra não acabou — a guerra continua! É uma guerra espiritual, de que sairão vitoriosos os direitos de Deus, e, mais nobre e mais invencível, a autoridade esquecida do sangue.” (p. 34-5.) Todos estes textos são datados de 1918. E ainda: “Já sabemos de há muito que a plutocracia é uma das doenças congênicas dos regimes democráticos (p. 47); “O futuro a ratificará (o ‘robustecimento da realeza’) plenamente, quando a sindicalização dos interesses e das classes exigir, como fiadora da paz social, uma força centrípeta que chame e conjugue harmonicamente todas as outras, sem violência nem menosprezo para nenhuma delas” (p. 47); “Fundamentado no voto, o poder nas repúblicas vive de corrupção e de parasitismo. Por isso as repúblicas, aparentemente tomadas como governos do povo pelo povo, são os governos em que o povo menos conta e aquele em que é mais expoliado” (p. 48); “Eis um princípio a renovar, com as possíveis e necessárias cautelas! Não que se negue à riqueza a sua importante função social. Mas se não lha negamos, reconhecendo-lha até com todos os estímulos que a economia tradicionalista lhe confere, não lhe permitimos por isso mesmo que se torne, de elemento poderoso de prosperidade coletiva num agente-fator de perturbação permanente... O que não deve consentir-se é o capitalismo no seu desaforo atual. A missão das futuras monarquias será exatamente constrangê-lo a servir a utilidade comum, integrando-o, a bem ou mal, na realização das grandes obras de fomento nacional (p. 49-50); “Ser patriota... É principalmente não atentar contra a inalterabilidade duma alma coletiva, que fundada na continuidade da história e na consciência dum povo, constitui o que em verdade se pode chamar o gênio duma nacionalidade” (p. 71); “Quem diz ‘democracia’... diz, dum lado, ‘capitalismo’, diz, do outro, ‘parlamentarismo’: Nós chegamos exatamente a um ponto da nossa curva histórica em que ser-se tradicionalista é ser-se simultaneamente radical. O nosso radicalismo, porém, é de índole renovadora; e em vez de recorrer aos meios violentos de expropriação e de guerra, socorre-se dos claros ditames da Igreja e da lição herdada do nosso passado católico e monárquico... Já os espíritos menos suspeitos se começam a alarmar com esta ‘americanização’ da vida, que outra coisa não é senão a sua ‘paganização’ completa... Pelo predomínio desaforado da plutocracia nós assistimos ao desenvolvimento duma como que nova escravidão... Abandonado ao pior individualismo econômico, o produtor é esmagado por uma concorrência a que não resiste e que lhe rouba por inteiro a dignidade do trabalho. O trabalho volta a ser um fardo sem grandeza nem outro sentido que não seja o duma grilheta de que é urgente libertar-nos” (p. 95-7); “É na restauração do regime corporativo que reside a equação do problema. Só na *corporação*, no *sindicato* e na *associação de classe*, como quiserem, a garantia do trabalho se obterá no equilíbrio devido aos direitos dos patrões e dos operários... Nem de outra forma, senão com esta base técnica, a *representação* política traduzirá uma verdade e uma função” (p. 99-100, os grifos são dele); “Com o advento da liberdade tudo se extinguiu, veio o cosmopolitismo, veio a mentira, veio a desordem” (p. 101); “Contra os bárbaros de dentro e de fora, é o Exército a condição primeira dos povos que desejam remoçar-se e fortificar-se pelo regresso às suas instituições tradicionais... Importa para isso despertar no Exército a dignidade da sua função restauradora” (p. 106, 118); “Não seremos só nós, os da extrema-direita, a subir os degraus da guilhotina, se a fome atirar para os desvarios da comuna os legionários da miséria e do desespero” (p. 134); “Entre outros defeitos graves, porque representam defeitos de constituição, as democracias manifestam-se sempre de natureza intimamente plutocrática” (p. 135); “Eis porque nós, maximalistas da direita, nos

germes da discórdia e da convulsão social... A doutrina integralista... continua sempre a mesma: espiritualista e nacionalista; sua doutrina social é a das Encíclicas nas quais estão toda a sabedoria cristã e as verdadeiras idéias de justiça social.” E quanto ao Partido de Representação Popular, dizia vê-lo “com a maior simpatia, pois que se trata na realidade de um grande partido em cujo programa estão inscritos os princípios fundamen-

não apavoramos em face do estridor de terremoto que vai à nossa roda, em plena ordem burguesa... nós sabemos que outra ordem surgirá... a ordem natural e tradicional, instaurando na sociedade o nome e o reinado de Cristo... O que rui não é a idéia católica e monárquica... O que rui é a utopia democrática... seu idealismo dementado e criminoso... tudo quanto representa o predomínio da matéria sobre o espírito... O que expira, na ira sacrílega da sua revolta secular, tão antiga que é irmã da revolta de Satanás, é a soberba estulta do individualismo” (p. 155-6, 159); “Não são outras as nossas reivindicações, em harmonia com a gloriosa Encíclica *Rerum Novarum* e com a estrutura econômica da nacionalidade portuguesa” (p. 159); “Assim se define o nosso *nacionalismo*, que não é *nacionalismo* somente, porque o tempera, como regra filosófica, o mais rasgado e mais genuíno *tradicionalismo*. Aceitação das razões fundamentais da Pátria com todas as leis derivadas da raça e do meio...” (p. 169, texto de 1922); “O verdadeiro nacionalismo, que, naturalmente orgânico, é por isso mesmo antidemocrático e antiindividualista... contra-revolucionário...” (p. 184); “Como o Brasil se dirige pela aspiração legítima de se afirmar potência mundial... de certo que o não obceca a miragem dum imperialismo montado apenas no jogo das forças materiais. A defesa do tipo de civilização em que o Brasil se insere e que tão nobremente enriqueceu, conduz-o, sobretudo, para um campo de natureza espiritual.” (p. 219, texto de 1923.) Sardinha sempre se refere a Mussolini em termos elogiosos: a “energia heróica de Mussolini”, a “mão resoluta de Mussolini”, a “intervenção intrépida de Mussolini”, a “ditadura legalizada de Mussolini”. (p. 235, 238, 258.) O fascismo e a Action Française são igualmente elogiados por Sardinha: “Surgiu Mussolini — e verificou-se que a alma centenária da nação se mantinha incorrupta... Coube à Itália romper a jornada sonhada por nós para Portugal... O que nós quiséramos para Portugal, pôde Mussolini empreendê-lo... como uma soberba e convincente demonstração pelo *fato* de que o Ocidente não morreu e de que na sua volta às virtudes clássicas do poder reside o segredo do seu inevitável ressurgimento... Quando enfileiramos com tão chamejante entusiasmo em torno da idéia dum chefe, escusado é declarar que não nos subordinamos à simples imposição materialista de qualquer pretoriano, mordido de cesarite aguda. Saudamos no chefe — ou seja rei, ou ditador, o realizador necessário das aspirações de resgate... O que caracteriza, pois, o movimento fascista... É antes, e unicamente, uma obra de reparação e de equilíbrio que se começa, um pouco cirurgicamente, é certo, usando-se de métodos adormecidos por uma longa época de sonâmbula e hipócrita legalidade... Benito Mussolini e Primo de Rivera... confirmam experimentalmente a admirável atitude contra-revolucionária assumida em França por Maurras... atitude que o integralismo lusitano, por seu turno, corporizou e definiu entre nós, quando em 1914, se lançava aos acasos da publicidade o primeiro número da *Nação Portuguesa*” (p. 240, 255-6, 258-9); “Ameaçada de novo a Europa de cair, de mergulhar, e talvez irreparavelmente, numa como que ‘anarquia mongol’, à ‘ordem cristã’ necessitamos de nos devolver, porque só na ‘ordem cristã’ o homem deixa de ser ‘indivíduo’ para se tornar ‘pessoa’...” (p. 276); “Efetivamente, o problema imerso, o único problema a que, no fundo, se reduzem as agitadas questões do nosso mundo... é um problema de puros elementos condutores, de minorias renovadoras, que se sobreponham energeticamente às apáticas... É urgentíssimo, como assinalamos, promover a preparação dessas ‘élites’.” (p. 273, 284.) Em livro de crítica ao “integralismo lusitano”, o político e intelectual português Raul Proença diz, entre outras coisas, o seguinte: “Fazendo a análise e a discussão do ‘integralismo lusitano’, temos a clara

tais pelos quais me bato”.¹³³ A 27 de outubro de 1946, na II Convenção Nacional do Partido de Representação Popular, realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Plínio é eleito presidente do partido. No discurso que então pronuncia, aceitando sua indicação, ele alude ao PRP como “grande partido verdadeiramente nacional”, imbuído do “sentido profundo da brasilidade, da independência, da soberania e do pundonor do Brasil”. Designará também o PRP como Partido Nacional Democrático Cristão e o sentido “populista” deste. Volta a qualificar seu temperamento como de “caboclo sertanejo e quase índio”. Ao contrário dos anos 30, agora dispensa a solenidade do juramento de fidelidade ao chefe nacional: “A fase crítica da nacionalidade que exigiu, num grave instante histórico a assinatura de um compromisso solene é uma fase ultrapassada. Naquele momento, uma corrente ideológica colocada fora da lei costumava usar por técnica e tática a ação violenta direta, perturbadora da ordem democrática da Nação... E só por esse motivo exigia-se um compromisso que hoje não é mais necessário, porque todas as ideologias têm presentemente o direito de se representar e defender seus princípios.” Num retrospecto, define o integralismo basicamente como “uma corrente nacionalista e espiritualista”. Mais uma vez, nega o caráter totalitário do integralismo: “Não poderíamos ter sido totalitários, porque o Estado totalitário é aquele que absorve a personalidade humana que faz do indivíduo um escravo do Estado. Portanto, o Estado que se considera absoluto, que se considera acima da personalidade humana, é um Estado materialista. Não pode existir totalitarismo espiritualista. Todo totalitarismo põe o homem ao sabor

consciência de que não fazemos mais que analisar e discutir as idéias fundamentais do reacionarismo francês que tem por epônimos Maurras, Barrès, Tour de Pin, Henri Vaugois e outras amas-secas dos *camelots du roi*. Como mostraremos em um dos artigos consagrados a esta doutrina, não há uma só *idéia integralista que não tenha pago na alfândega direitos de importação*” (os grifos são de Proença). E ainda: “Estes pretensos realistas concebem a filosofia da História, da Revolução Francesa para cá, como a mais fenomenal ativação das forças ideológicas que se pode imaginar. Afirmam, assim, mais uma vez, o que tanto censuram nos democratas: a confiança ilimitada na eficácia das idéias. Foi Rousseau quem criou o democratismo; ele saiu da sua cabeça esquentada e neurótica como Minerva da cabeça de Júpiter. Por isso os reacionários lhe não poupam os últimos sarcasmos. ‘Le misérable Rousseau! ... Pour parler net, il est fou!’ — assim diz Maurras. Toda a História européia, de então para cá, tem sido o desenrolar das conseqüências tiradas naturalmente das premissas de Rousseau — a lógica rousseauiana em realização. É evidente que basta, apenas, uma pequenina dose de salutar realismo histórico para não ver as coisas com esta simplicidade miraculosa... Para as idéias se universalizarem e se realizarem, necessário é que no corpo da sociedade alguma coisa de bem concreto explique o seu êxito.” (Proença, Raul. *Acerca do integralismo lusitano*. Coleção de artigos publicados nos anos 20 e 30. Lisboa, Seara Nova, p. 5, 48, 1964.)

¹³³ Em discurso pronunciado no Senado Federal, em outubro de 1946, o Sr. Hamilton Nogueira, líder cristão, afirmava: “O Partido de Representação Popular, apesar da afirmação de ser um partido democrático e respeitador das liberdades, temos provas de que a violência, a calúnia, a perfídia, a deturpação da verdade estão nele iminentes. Nos jornais do PRP os católicos democratas são atacados.” (*Correio da Manhã*, 31 out. 1946.)

exclusivo do Estado.” Insiste no argumento de que a condenação do integralismo como movimento totalitário era fundada num raciocínio errôneo e na confusão indevida de “exterioridades” com a essência doutrinária do mesmo: “Havia naquele instante, uma exterioridade como método de propaganda. Fomos tomados pela exterioridade e não pela nossa interioridade. Viam em nós a roupa e não a doutrina. . . Entretanto, isso não significa que tenhamos ou tivéssemos tido uma ideologia contrária aos princípios cristãos, ou seja, uma ideologia totalitária. A prova de que o uso de roupa semelhante não identifica uns homens com outros é que um exército não copia o outro pelo fato de cada exército ter uma farda.” Prossegue: “Se uma camisa tivesse significado ou significasse uma ideologia ou a identidade com outras ideologias, então eu vos pergunto como é que em plena guerra eu assisti, em Lisboa, um dos mais extraordinários campeões da democracia, um homem que eu admiro como uma das expressões mais puras da defesa dos ideais democráticos — o meu ilustre amigo Dr. João Neves da Fontoura. . . ofertar à Legião Portuguesa, que usa a camisa-verde, uma bandeira de nossa Pátria?”¹³⁴ No tocante à participação dos integralistas na II Grande Guerra, Salgado procura avocar para os mesmos uma posição de ativa militância em favor dos aliados e contra o eixo nazifascista. Procura capitalizar para o integralismo a atuação de nossa Marinha de Guerra na “batalha do Atlântico”, alegando que “80% dos oficiais e marinheiros da Marinha de Guerra tinham profissão de fé da nossa doutrina e tinham sido fichados no integralismo”. Além disso, cita inúmeros integralistas, integrantes da FEB, mortos nos campos de luta da Itália. O *putsch* de maio de 1938, até então explicado por ele em termos de “desespero” e “desorientação” de alguns grupos isolados de integralistas aliados a determinados setores liberais, inconformados ambos com o golpe do Estado Novo, é agora visto como um ato de bravura — “os únicos brasileiros que derramaram seu sangue para restaurar a liberdade”. Agora, também, diversamente dos anos anteriores, Plínio admite ter sido posto ao par do *putsch*, através de entrevistas numerosas que tivera, entre outros, com Otávio Mangabeira, e com os generais Castro Júnior e Guedes da Fontoura, “e também homens dos partidos que hoje constituem a maior parte da chamada UDN, principalmente o grupo de São Paulo”. Justifica: “A maior prova de que não éramos totalitários é que merecíamos a confiança desses homens.” Afirma também agora não ter aceito a Carta Constitucional estadonovista, em flagrante contradição com a sua afirmativa anterior, conforme se depreende da carta que escreveu ao Presidente Getúlio Vargas, em janeiro de 1938 (àquela época, fazia algumas restrições à Carta de 1937, mas declarava aceitá-la, como um todo, alegando que, basicamente, tudo aquilo que o integralismo pleiteava ela incluía em seus dispositivos): “Não aceitei. . . porque vi que a Carta era totalitária. Não colaboramos no golpe de Estado. . . Assim, o golpe veio sem nossa interferência, mas, em seguida, fui convidado para tomar parte no Governo. Não aceitei.” O Estado Novo, ao qual Plínio, como vimos nas páginas

¹³⁴ Ver nossa nota n. 130.

anteriores, prestou colaboração, do exílio, é agora definido por ele em termos de “oito anos tenebrosos de totalitarismo fechado”.¹³⁵ Dedicando a segunda parte de seu discurso à “visão panorâmica do Brasil atual”, Salgado a define em termos de “triste situação”: “Pobre Pátria! Encontrei-a com uma população maior, com uma produção menor; mais pobre, portanto.” Assinala e condena a existência das filas para a compra de gêneros de primeira necessidade; a “riqueza ilusória” dos ricos; a “população melancólica dos subúrbios e partes pobres da cidade mal alimentada, e mal vestida, assistindo à festa dos ricos”; “os nossos campos mais pobres... nossos agricultores mais pobres, nossos campos despovoados”. Lembra e sustenta, como solução, a tese de que “mais vale criar riquezas do que socializar a miséria”: “Refiro-me à utopia do socialismo... que só pode ser agente do empobrecimento das energias vitais do Brasil. O problema... não é o socialismo: o problema é a produção. De que adianta socializar a nossa miséria? Construamos primeiro as nossas riquezas. Sem isso, os operários não terão sua sorte melhorada.” Reafirma, a seguir, nos termos de sempre, o espiritualismo e o providencialismo: “O problema humano, o problema universal preliminarmente, é um problema religioso... O mundo está dividido hoje, em materialistas e espiritualistas. O problema é este: crer em Deus ou não crer em Deus.” A crítica ao materialismo,

¹³⁵ Alguns anos mais tarde, em 1958, Salgado qualificaria mesmo o Estado Novo como “nazi-fascista”, “a ditadura nazi-fascista que dominava o Brasil”. (*O integralismo na vida brasileira*. cit. p. 252-3.) Ver também, a propósito da participação de Salgado no *putsch* de maio de 1938, as nossas notas n. 118 e 120. Stanley Hilton assim descreve a participação e apoio de Salgado ao golpe de estado de 1937: “In an article in *A Ofensiva* entitled ‘Defining an attitude’ he said that the return to a state of siege revealed the inadequacy of the existing constitutional framework and showed the need for its radical reform. What was the party’s position? ‘To support the head of the Nation and the Armed Forces is our duty’, he exclaimed, ‘and we must not shirk it if we want to save our Fatherland’. The government in turn quietly but obviously encouraged the AIB’s propaganda activities which contributed to the creation of a climate propitious for the projected *coup d’état*... The effects of the partnership between the party and government were visible to all. Catete Palace had drawn ‘extraordinarily near’ the AIB and military leaders were encouraging the party ‘in all ways’...” (op. cit. p. 22-3.) O artigo citado, Definindo uma atitude, foi publicado em *A Ofensiva* a 2 de outubro de 1937. Lembremos aqui um trecho do manifesto, lançado por Plínio Salgado em 7.9.1941: “Tanto é verdade não haver diferença entre a nossa doutrina política e a que em parte inspira o atual regime brasileiro, que uma a uma das aspirações políticas integralistas estão sendo realizadas pelo Estado Novo.” (I.P.N. p. 170.) Quanto ao episódio do convite para o Ministério da Educação, Hélio Silva assim o descreve: “Mesmo assim o Governo continuou a se entender com o chefe integralista. Emissários iam e vinham até que à AIB foi oferecido o Ministério da Educação. Plínio Salgado outorgou a um pequeno e heterogêneo grupo de líderes a solução do problema, afirmando, porém, que se da reunião a se realizar opinassem pelo apoio à nova situação não indicassem o seu nome, mas sim aquele dos companheiros que, por maioria de votos, fosse o escolhido. Efetuada a reunião resolveu-se pela colaboração com o Governo... Os presentes escolheram o nome de Gustavo Barroso para ocupar a pasta da Educação. O Prof. Alcebíades Delamare, encarregado de levar o resultado ao chefe do Governo, fê-lo, porém, inadvertidamente, por intermédio do Ministro da Justiça e este, ao que muitos anos depois declarou o Sr. Getúlio Vargas a Gustavo Barroso, não lhe transmitiu o dito resultado.” (op. cit. p. 145.)

ao socialismo e ao marxismo é feita também nos mesmos termos e dentro da mesma perspectiva dos anos 30 e 40: “Quem é materialista tem de ser, forçosamente, determinista. E o determinismo é uma filosofia que nega a liberdade humana... Ser materialista é ser determinista, é negar o livre-arbítrio... É fenômeno mental tipicamente século XIX.” Refere-se expressamente ao Partido Comunista: “Nós, no momento atual, entendemos que ele deve ter plena liberdade de expor suas idéias e de conquistar adeptos. É um direito garantido pelas democracias... Não combatemos os comunistas. São brasileiros, muitos deles revoltados por injustiças reais... muitos deles com maior teor de dignidade do que o burguês, que tem uma má vida, vida de prazeres... Eu, portanto, recomendo... que tratem carinhosamente o comunista combatendo vigorosamente o comunismo, combatendo essa doutrina materialista, pela nossa convicção espiritualista.” Conclui: “Nestas condições, nós apoiamos a política democrática de fundo cristão que defende a liberdade humana e de que são hoje pioneiras as nações civilizadas do Ocidente... Admiramos a expressão magnífica de cultura dos velhos partidos da Inglaterra unidos na defesa das idéias da cristandade, ameaçada pela onda bárbara do Oriente... Admiramos a linha política dos Estados Unidos da América do Norte, neste momento em que se fazem pioneiros como irmão mais velho, da defesa do hemisfério...” (*A Manhã*, 2 nov. 1946.) Alguns anos depois (1958), já no contexto da guerra fria, afirmará que a sua concepção integralista de estado como “democracia orgânica” era, afinal, a mesma dos “políticos e estadistas, em particular dos Estados Unidos, que somente viram *a posteriori*, os perigos que hoje ameaçam o mundo, os quais foram por nós, integralistas, anunciados desde 1932”. Declara, ainda, que via o integralismo, após 1945, em sua “forma de expressão mais perfeita”, já expungido de seus defeitos, erros e “exterioridades” do passado. Pouco antes, um acórdão do Supremo Tribunal Eleitoral, ao denegar um pedido de cancelamento de registro do Partido de Representação Popular, declarou a doutrina deste “perfeitamente democrática”. (*O integralismo na vida brasileira*. p. 31-2, 41, 43.)

Bibliografia

Plínio Salgado

- A.S.N. *A aliança do sim e do não*. Rio, Ed. Ocidente, 1944.
 B.N. *A boa nova*, conferência publicada em *O Estado de São Paulo*, 1919.
 C.C.D. *O conceito cristão da democracia*. Coimbra, Ed. Estudos, 1945.
 C.C.V. *Cartas aos camisas-verdes*. Liv. José Olímpio, 1935.
 C.P. *Críticas e prefácios*. Obras completas de Plínio Salgado. São Paulo, Ed. das Américas, 1956. v. 19.
 D.E. *Discurso às estrelas*. São Paulo, Ed. Helios, 1927.
 D.N. *Despertemos a Nação!* Rio, Liv. José Olímpio, 1935.
 E. *O estrangeiro*. 5. ed. São Paulo, Ed. Panorama, 1948.
 Esp. *O esperado*. 4. ed. São Paulo, Ed. Panorama, 1949.
 I.P.N. *O integralismo perante a Nação*. 3. ed. Liv. Clássica Brasileira, 1955.

- I.V.B. *O integralismo na vida brasileira*. Rio, Liv. Clássica Brasileira, 1958.
 L.P. *Literatura e política*, 1927. Obras completas de Plínio Salgado. São Paulo, Ed. das Américas, 1956. v. 19.
 M.E. *Madrugada do espírito*. Lisboa, Pro Domo, 1946.
 P.C. *Páginas de combate*. Rio, Liv. H. Antunes, 1937.
 P.N.T.N. *Palavra nova dos tempos novos*. Liv. José Olímpio, 1936.
 P.R. *A psicologia da revolução*. Coleção Azul. Civilização Brasileira, 1933.
 Q.H. *A quarta humanidade*. Rio, Liv. José Olímpio, 1934.
 Q.I. *O que é o integralismo*. Rio, Schmidt-Editor, 1933.
 S.U. *O sofrimento universal*. 3. ed. Liv. José Olímpio, 1936.
 T. *Thabor*. 1919.
 V.J. *Vida de Jesus*. 8. ed. Lisboa, Ed. Atica, 1954.
 V.O. *A voz do Oeste*. 2. ed. Liv. José Olímpio, 1937.

Artigos

- Como eu vi a Itália. *Hierarquia*, mar./abr. 1932.
 Os conspiradores paulistas de 38. *Folha da Noite*, São Paulo, 8 nov. 1946.
 Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo. *O Jornal*, 5 mar. 1931.
 Manifesto-Diretiva. *O Jornal*, 9 set. 1945.
 Palavras de despedida do Dr. Plínio Salgado. *O Jornal*, 11 ago. 1946.
 Plínio Salgado fala à Nação. *A Manhã*. Rio, 2 nov. 1946.
 O regresso do Sr. Plínio Salgado. *A Época*. São Paulo, 24 ago. 1946.

Diversos

- Andrade, Mário de. *O movimento modernista*. Rio, Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1942.
 Barbosa, Rui. A questão social e a política no Brasil, 1919. In: *Campanhas presidenciais*. 3. ed. Liv. Ed. Iracema, 1968.
 Baynes, Norman H. ed. *The speeches of Adolf Hitler, April 1922-August 1939*. Oxford Uni. Press, 1942. 2 v.
 Bock, Hans-Manfred & Lenk, Kurt. El fascismo. In: *Introducción a la ciencia política*. Barcelona, Ed. Anagrama, 1971.
 Cearense, Catulo da Paixão. *Meu Brasil; Meu sertão; Poemas bravios*.
 Coutinho, Lourival. *O General Góes depõe...* Rio, Liv. Ed. Coelho Branco, 1956.
 Cruz Costa. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Civilização Brasileira, 1967.
 Dean, Warren. *A industrialização de São Paulo*. Dif. Européia do Livro, 1971.
 Faria, Otávio de. *Maquiavel e o Brasil*. 1931.
 Hilton, Stanley E. Ação Integralista Brasileira: fascism in Brazil, 1932-1938. *Luso-Brazilian Review*, Dec. 1972.
 Hitler, Adolf. *Minha luta*. 8. ed. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1962.
 Huxley, Aldous. *Admirável mundo novo*. Cia. Brasileira de Divulgação do Livro, 1971.
 Levine, Robert M. *The Vargas regime: the critical years, 1934-1939*. Columbia University Press, 1970.
 Lima, Hermes. Madariaga e o clericalismo na Espanha. *A Manhã*, 30 ago. 1935.
 ——. Ordem burguesa e ordem socialista. *A Manhã*, 12 jul. 1935.
 ——. *Problemas de nosso tempo*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1935.
 ——. Que significam liberdades democráticas? *A Manhã*, 18 out. 1935.
 ——. Sentimento religioso versus Igreja. *A Manhã*, 24 maio 1935.
 Maurras, Charles. Pour en sortir. Ce qu'il faut à la France. Ce que l'Action Française veut, ce qu'elle fait, ce qu'elle pense. 1925.
 Martins, Justino. Como era verde o meu Brasil. In: *Reportagens que abalaram o Brasil*. Bloch, 1973.

Mendonça Teles, Gilberto. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Vozes, 1972.

Monteiro Lobato. *Urupês*. Obras completas. Ed. Brasiliense, 1950. v. 2.

Mussolini, Benito. *Aspectos da crise mundial*. Rio, Ed. Arturo Vecchi, 1934.

—. *La doctrine du fascisme*. Vallecchi, Florence, 1938.

—. *Quatro discursos sobre o Estado corporativo*. Ed. Laboremus, 1935.

Pereira, Astrojildo. Manifesto da contra-revolução. *Revista Nova*, n. 2, 15 jun. 1931.

Perroux, François. *Os mitos hitleristas*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1940.

Plínio Salgado. São Paulo, Ed. Panorama, 1936. obra coletiva.

Proença, Raul. *Acerca do integralismo lusitano*. Lisboa, Seara Nova, 1964.

Realismo e anti-realismo na literatura brasileira. Paz e Terra, 1974. obra coletiva.

Ricardo, Cassiano. *Viagem no tempo e no espaço*. Memórias, Liv. José Olímpio, 1970.

Sardinha, Antonio. *A prol do comum... — doutrina/história*. Lisboa, Livraria Ferin, 1934.

Schmitt, Carl. *Romantisme politique*. 1928.

Silva, Hélio. *1938 — terrorismo em campo verde*. Civilização Brasileira, 1971.

Spengler, Oswald. *Anos de decisão*. Ed. Meridiano, 1941.

Trindade, Héglio. A Ação Integralista Brasileira: aspectos históricos e ideológicos. *Dados*, Rio, n. 10, 1973.

—. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo, Dif. Européia do Livro, 1974.

—. Plínio Salgado e a revolução de outubro de 30: antecedentes da AIB. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, jan. 1974.

Vargas, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Liv. José Olímpio, 1942.

Velasco, Domingos. *Rumos políticos*. Agir, 1946.

Entrevista de Oliveira Vianna sobre o Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo. *Correio da Manhã*, 11 mar. 1931.

Manifesto da Legião Mineira. *O Jornal*, 27 fev. 1931 e 3 mar. 1931.

...o Sr. Hamilton Nogueira condenou as tendências totalitárias do Partido de Representação Popular. *Correio da Manhã*, 31 out. 1946.

O Instituto de Organização Racional do Trabalho do Rio de Janeiro — IDORT-RJ —, com seus congêneres de outros Estados, propõe-se a realizar e proporcionar a seus associados e demais interessados:

Intercâmbio internacional	Revista
Forum de estudos	Biblioteca
Treinamento	Prêmio de organização
Assistência técnica	e administração
	Congressos

Sede: Rua Prof. Alfredo Gomes, 22 — Rio de Janeiro, RJ.